

Lasar Segall, *“Cabeça de negro”*

(1929, xilogravura sobre papel, 20 x 15cm)

Lasar Segall, 1891 Vilna – 1957 São Paulo

Acervo do Museu Lasar Segall-IBRAM/MinC



*Organizadores*

**Daniel Alfonso e Daniel Matos**

# **Questão negra, marxismo e classe operária no Brasil**

*1ª reimpressão*

**São Paulo  
Edições Iskra  
2013**

Copyright desta edição © Edições Iskra, 2013

*Título original:* Questão negra, marxismo e classe operária no Brasil

*Coordenação:* Daniel Alfonso e Daniel Matos

*Comitê editorial:* Ana Carolina (Cacau), Jenifer (Tristan), Leandro Lanfredi, Letícia Parks, Marcela Darido, Marcelo (Pablito) Santos, Thiago de Barros (Thiagão), Val Lisboa

*Diagramação:* Carolina Carrion, Fernanda Peluci, Fernando Sousa, Filipe da Souza, Mayra Moraes

*Revisão:* Lourival Custódio (Aguiar), Luciana Machado, Thiago Villela

*Capa:* Arte gráfica de Filipe da Souza baseada da obra “Cabeça de Negro”, de Lasar Segall.

*Contracapa:* Arte gráfica de Juliana Esposito sobre o mapa da Serra da Barriga, região de Alagoas onde se instalou o Quilombo de Palmares.

---

CIP-BRASIL | CATALOGAÇÃO-NA-FONTE | CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL

Questão negra, marxismo e classe operária  
no Brasil / Daniel Alfonso e Daniel Matos (orgs.). –  
São Paulo: Edições Iskra, 2013.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-61474-11-9

1. Questão negra 2. Movimentos sociais 3. Brasil -  
História

I. Alfonso, Daniel e Matos, Daniel.

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Questão Negra : Ciência Política

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a expressa autorização da editora.

1ª Edição: novembro de 2013

EDIÇÕES ISKRA

Praça Américo Jacomino, 49

05437-010

Vila Madalena, São Paulo-SP

## Apresentação

Em dezembro de 2012, a Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional realizou uma conferência especialmente dedicada à questão negra. Este livro reúne uma coletânea dos textos debatidos nesta conferência, antecedidos por um prólogo especialmente dedicado a refletir como a questão negra vem se relacionando com a nova etapa da luta de classes aberta pelas jornadas de manifestações que sacudiram o Brasil em junho de 2013.

Os trabalhos *O espírito guerreiro de Palmares como exemplo à classe operária* e *Inconfidência Mineira – entre a resistência negra e a opressão da metrópole* permitem aprofundarmos uma compreensão marxista da formação do estado brasileiro. Esta contribuição demonstra, através da análise da Inconfidência Mineira localizada em meio às grandes lutas dos negros e negras, como a negativa das elites dominantes em armar as massas negras e populares para lutar por uma genuína independência nacional não era um problema de força de vontade e sim uma questão de sobrevivência, uma vez que a afirmação do negro como sujeito histórico desde o início – ainda mais com armas na mão – colocava em xeque o domínio da elite colonial. Localizar a luta negra como uma determinação social e política tão importante como a pressão imperialista da metrópole cumpre um papel essencial para

compreender a debilidade originária das elites dominantes brasileiras para encarar de forma minimamente séria qualquer uma das demandas democráticas estruturais ou formais mais sentidas do país.

A intelectualidade e a esquerda brasileira historicamente basearam-se – e ainda baseiam-se – numa compreensão da história do país que nega ou subvaloriza o papel da luta negra na formação do Estado. Como muito, a exemplo de setores importantes do reformismo (que estudam e resgatam a história dos negros e negras no Brasil), enxergam esse papel como algo que poderia ter cumprido um papel auxiliar às classes dominantes caso essas tivessem mostrado maior coragem no enfrentamento contra a metrópole e o imperialismo. Trata-se de uma concepção profundamente influenciada por uma matriz de pensamento weberiana, que interpreta o desenvolvimento histórico como uma soma de vontades dos sujeitos sociais e não a partir das determinações sócio-históricas estabelecidas pela relação dialética entre a economia, a política e a luta de classes. Apesar de distinta, essa concepção, ainda que nem sempre de forma consciente, termina se adaptando à ideologia dominante de que o Brasil foi formado por um povo “pacato e pacífico”.

Compreender profundamente como e porque o pensamento social e político brasileiro se manteve preso a essa matriz metodológica (que influencia demasiadamente as interpretações do marxismo brasileiro) cumpre um papel fundamental para valorizar corretamente a superioridade da Teoria da Revolução Permanente elaborada por León Trotsky como base metodológica para uma interpretação científica do desenvolvimento histórico brasileiro que coloque em seu devido lugar o papel que a classe trabalhadora historicamente deveria ter cumprido e ainda precisará cumprir. Entendemos que esse é um aporte completamente original, fundamental para a constituição de uma tradição revolucionária no Brasil.

O conjunto dos ensaios demonstra como a forma específica de desenvolvimento do capitalismo brasileiro depende orgânica e estrutu-

ralmente da fusão entre a burguesia capitalista, o latifúndio e o capital imperialista. Tal dependência está fundamentada na negação de uma reforma agrária que permitisse o desenvolvimento de uma acumulação primitiva de capital interno capaz de assentar as bases para uma economia nacional relativamente mais independente do capital estrangeiro. A Lei de Terras, implementada no Brasil em 1850, duas semanas depois de promulgada a lei que extinguiu o tráfego negreiro, teve a função de impedir que os negros “livres” e os colonos imigrantes se assentassem como camponeses para sobreviver da terra. Por mais importante que fosse a realização de algum nível de reforma agrária para o desenvolvimento de um mercado interno, o medo que a burguesia brasileira nascente tinha de uma possível revolução das massas negras determinou o aprofundamento de sua dependência em relação ao grande latifúndio e ao capital imperialista.

Os trabalhos *A questão negra na formação do proletariado no Rio de Janeiro*, *Identidade negra e subjetividade proletária* e *O racismo como pilar estruturante da formação do Brasil* debatem a complexa relação entre a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, a luta contra a opressão racial ao povo negro e a constituição da classe trabalhadora como um sujeito político independente.

O texto *A estratégia de independência de classe frente às tarefas democráticas* resgata os debates estratégicos e programáticos feitos na III Internacional antes de sua degeneração stalinista e na IV Internacional acerca da questão negra como parte das tarefas democráticas historicamente não resolvidas pela burguesia. Deste resgate, destacamos a concepção que define porque as tarefas democráticas mais sentidas pelas massas dos países atrasados só podem ser resolvidas se a classe operária as assume a luta política contra todas as frações da burguesia.

Em *O PCB frente à questão negra* e *O ascenso negro dos anos 70-80 e a tradição petista*, partindo de um relato da profunda relação que historicamente se estabeleceu entre os ascensos da luta de classes no país

e os ascenso da luta negra, debatemos como o anarco-sindicalismo das primeiras décadas do século XX, o stalinismo, o petismo e as correntes de origem trotskista nunca encararam a questão negra como um problema fundamental para que a classe operária pudesse emergir como um sujeito político independente da burguesia. Nenhuma delas encarou a resposta à questão negra como uma pré-condição para que a classe trabalhadora pudesse afirmar-se como sujeito político ao mesmo tempo em que afirmava a identidade negra de amplos contingentes de seus batalhões, e por essa via não só unificar suas fileiras trazendo para a linha de frente os setores mais explorados da classe, mas também hegemonizar as massas negras não proletárias que historicamente compuseram a maioria mais oprimida do país. Tal contribuição demonstra como o balanço do golpe de 64 e da posterior transição à democracia, ao diminuir as tendências revolucionárias do movimento de massas e embelezarem o papel cumprido pelo stalinismo e pelo petismo, são funcionais ao abandono da estratégia de independência de classe para encarar as questões democráticas; ao mesmo tempo em que constituem um fundo ideológico às concepções reformistas que negam a possibilidade e a necessidade da revolução proletária.

Por fim, o trabalho *Ofensiva neoliberal, 'ações afirmativas' e estratégia revolucionária* busca refletir sobre os impactos que as derrotas que a classe operária mundial sofreu nessas décadas impactou sobre a questão negra, e particularmente como as ações afirmativas se constituíram como um instrumento a serviço das elites dominantes para cooptar e disciplinar o movimento negro à miséria do possível determinada pelo "Estado mínimo" neoliberal. A partir dessa análise, polemizamos com a maneira pela qual a esquerda que se reivindica socialista e revolucionária se adaptou às ações afirmativas e apontamos chaves programáticas para responder à questão negra nos dias atuais.





*Tristan Jenifer*

*O marxismo ensina que toda história é história da luta de classes. Aqui no Rio de Janeiro isso não foi exceção. O Rio foi o principal porto negreiro das Américas, e esta cidade se construiu no enfrentamento cotidiano dos negros com a elite racista e assassina. Mas chegou a hora de dizer basta! Chegou a hora de vingarmos nossa história e construir uma sociedade livre de exploração e opressão!*

*Nós, mulheres negras, a gente trabalha fora, na limpeza, nas fábricas, na construção civil, nas salas de aula, nos metrô, dentro de casa, e precisamos nos organizar. A maioria dos terceirizados são negros. Lutar pela efetivação dos terceirizados sem concurso público, com direitos e salários iguais e salário mínimo digno para todos, é essencial para unificar todos os trabalhadores, efetivos, terceirizados e temporários.*



*Silvana Ramos*



*Leticia Parks*

*De todas as demandas democráticas mais sentidas pela população mundial, as do povo negro lideram a lista das mais urgentes. Na luta por direitos mínimos, como um pedaço de terra, uma casa para morar, o cessamento do genocídio, o negro perceberá que não é pelas mãos do Estado Capitalista que poderá conquistar sua vida plena e digna. Este livro é uma mostra de que caminhamos lado a lado na luta por cada uma dessas demandas, divulgando a necessidade de ir por mais e de arrancar esse Estado da mão de parasitas para colocar sob controle dos reais transformadores da sociedade, os trabalhadores de todas as raças e etnias.*



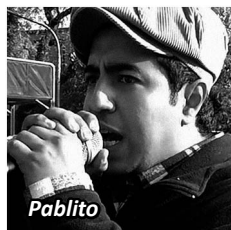
*O Rio foi construído em cima do suor dos negros escravos e depois tabalhadores negros precários. Nossas lutas desvendam isso na realidade dos negros hoje. Junho sacudiu o Rio e deixou à vista de todos o que estava escondido: os milhares de Amarildos, a violência e opressão das UPPs, do Estado racista e assassino...Tenho certeza, a luta dos negros e a revolução no Rio estão entrelaçadas, sem uma não haverá a outra!*

*Quando conheci a verdadeira história de palmares, senti algo novo, até hoje não sei muito bem o que foi, mas deve se parecer com que os negros sentiam ao chegarem no quilombo fugidos dos senhores de engenho. Os 100 anos de resistência de palmares acima de tudo nos inspiram na luta contra a exploração do homem pelo homem.*



*O movimento estudantil deve se colocar como tribuno do povo, levantar as demandas dos negros dentro da universidade se colocando contra as reitorias e o Estado racista. Para isso é preciso lutar por uma educação a serviço dos trabalhadores e do povo pobre e preto, onde todos tenham direito de entrar na universidade e o conhecimento produzido estará de acordo com as demandas dos oprimidos e explorados e não servirá mais para o lucro dos exploradores!*

*O esforço coletivo de elaboração e debate que deu origem a esse livro tem o objetivo de, utilizando as ferramentas do marxismo, contribuir para o desenvolvimento de bases programáticas e estratégicas que respondam à questão negra numa perspectiva revolucionária.*





*Para a classe operária brasileira, a questão negra está ligada à sua própria origem e formação, à sua própria identidade. Porém, temos o problema da suposta democracia racial, uma farsa por trás da qual está muito mal dissimulado o profundo preconceito racial que leva ao assassinato, pelas mãos da polícia, de dezenas ou centenas de jovens negros todos os meses, o que equivale a dezenas de milhares todos os anos. Dar respostas desde já às demandas do povo negro, e de forma clara e objetiva, apontar os meios de desmascarar a farsa da democracia racial, é condição imprescindível para que a classe operária brasileira consiga hegemonizar e acaudilhar não só o conjunto da população pobre e oprimida do país, mas principalmente para que consiga pôr em movimento suas franjas mais abnegadas compostas majoritariamente pelo povo negro.*

*Depois de 12 anos de governos petistas, em conciliação com os capitalistas, a situação dos negros e negras continua exprimindo a profundidade da exploração no Brasil. Mesmo as “políticas públicas compensatórias” dos governos petistas preservam o racismo como mecanismo de superexploração e extração de taxas ainda maiores de mais-valia. Em*



*2011, conforme estudos do Dieese, os negros trabalharam a mesma jornada que os não negros (em média 42 horas semanais), mas o seu rendimento correspondeu a apenas 61,7% do recebido pelos não negros, e para as mulheres negras o quadro é ainda pior. A crise capitalista mundial prepara catástrofes sociais que afligirão mais cruelmente os negros e negras. Não há conciliação possível entre explorados e exploradores. Apenas uma revolução vitoriosa mudará radicalmente a relação entre as classes – relações de propriedade – e a relação entre as raças, garantindo aos negros e negras o lugar que lhes corresponde no Estado, de acordo com seu número.*



## Prólogo

# A questão negra frente às jornadas de Junho

A questão negra esteve presente nas principais demandas levantadas pelas jornadas de Junho de 2013, mesmo que não de forma direta, questionando o racismo. A maioria negra da população é a que mais sofre com a precariedade das condições do transporte, da saúde, de moradia e da educação no país.

Em São Paulo e em Brasília, onde a própria geografia social das cidades separa a maioria negra da população em regiões periféricas isoladas, enquanto as manifestações nas regiões centrais eram predominantemente de brancos, os atos e cortes de rua nas periferias da cidade eram em sua esmagadora maioria compostos por negros. Em Belo Horizonte, as marchas ao estádio do Mineirão, onde acontecia a Copa das Confederações, ao passarem em meio a grandes favelas, ganhavam a adesão da juventude negra em colunas que se constituíram como a linha de frente mais radicalizada e combativa dos enfrentamentos que fizeram a cavalaria da tropa de choque recuar por diversas vezes, como assistimos nos vídeos que percorreram o país. No Rio de Janeiro, uma cidade em que as favelas nos morros atravessam as regiões centrais, a massividade dos atos mostrou a juventude negra na

linha de frente dos enfrentamentos que fizeram a Tropa de Choque e o BOPE recuarem.

Pós-junho, a crise e a comoção nacional que se abriu com a campanha e as manifestações de rua que, em torno à luta da família de Amarildo por seu aparecimento com vida ou pela punição dos responsáveis por seu assassinato, colocaram a realidade dos trabalhadores negros e pobres, que são dia a dia assassinados nas favelas, como um dos principais temas políticos nacionais. Esse fato, antecedido por inéditas manifestações contra uma chacina na baixada fluminense no próprio mês de junho, trouxe consigo um questionamento de massas à violência policial, que recai sobretudo sobre os negros e pobres das periferias e das favelas. Chegou ao ponto inclusive de questionar as próprias Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), símbolos da “naturalização” da condição militarizada dos morros do Rio de Janeiro, e “modelo” utilizado pelas classes dominantes para lidar com as contradições inerentes à pobreza crônica e estrutural do país.

Mesmo com a quarta maior população carcerária do mundo (duplicada enquanto o PT esteve à frente do governo federal), composta majoritariamente por negros, o massacre do Carandiru em 1992 não despertou o questionamento à violência social que emergiu com a campanha pelo aparecimento de Amarildo. Amarildo se tornou o símbolo dos inúmeros negros, trabalhadores precários e pais de família que morrem nas favelas vítimas inocentes não só do gatilho fácil da polícia, mas também de todos os métodos de tortura e intimidação que garantem a “pax” dos cemitérios das UPPs. Esta não é apenas uma realidade carioca. Dados do próprio governo mostram que entre 2002 e 2010, enquanto os indicadores apontavam uma queda em 25% do número de homicídios, neste mesmo período se observou um aumento de 30% dos homicídios de negros, em sua maioria decorrente da brutal repressão policial.

Na tentativa de responder às mobilizações de Junho e ao enorme descontentamento com as instituições políticas e a impunidade reinante em nosso país, ganhou importância na imprensa o julgamento e condenação de 25 policiais pelo massacre do Carandiru ocorrido em 1992. Mas a condenação destes policiais se dá ao mesmo tempo em que Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), governador de São Paulo na época do massacre, segue impune, mesmo depois de reconhecer em seu depoimento que “a polícia tinha obrigação legal de agir”.

Antes e depois de junho, juntamente com o questionamento da violência policial, a cor negra emergiu através da onda de ocupações de movimentos de moradia em São Paulo e outras cidades do país, que se ligam às recorrentes explosões sociais nas periferias pelos mais distintos motivos: os descasos com os serviços públicos, as enchentes, as tentativas de desalojamento ou a própria violência policial, muitas delas ligadas às remoções a serviço das obras voltadas aos eventos e à sede de lucro capitalista com a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Esse emergir da questão negra pós-junho já era antecipado pelas greves selvagens que vinham sendo protagonizadas pelos peões e peoas – em sua maioria negros e negras – da construção civil e dos serviços de limpeza em todas as regiões do país. Essas greves foram protagonizadas por operários que viviam em condições semiescravas de trabalho nas obras do PAC de Jirau, Belo Monte etc., que constituem as “meninas dos olhos” do governo Dilma, onde o BNDES subsidia as grandes construtoras que depois financiam as campanhas eleitorais do PT; e também pelas faxineiras da USP, dita “universidade de excelência”, mas que conta com funcionárias que são obrigadas a fazer suas refeições no banheiro.

## **Os limites da questão negra nas jornadas de Junho**

Apesar de a questão negra ter se expressado por todos os poros de Junho e pós-Junho, a luta contra o racismo não esteve diretamente entre as principais demandas que foram tomadas pelas manifestações, lado a lado com as demandas por mais educação ou contra a corrupção.

Isso se deu porque vivemos num país em que tem um enorme peso a ideologia da chamada “democracia racial”. Essa ideologia mascara o racismo existente no país, no discurso de que a desigualdade social se dá independentemente da cor da pele e de que os negros hoje têm oportunidades iguais às dos brancos de ascender socialmente. Tal operação ideológica só é possível porque as classes dominantes historicamente trataram e ainda tratam de apagar a história de resistência do povo negro contra a opressão que vivem desde a escravidão (o contrário da relação “harmônica” entre a Casa Grande e a Senzala pregada por Gilberto Freyre). Em base a isso, “naturalizam” o fato de que os negros sempre ocuparam predominantemente os piores trabalhos do capitalismo, mais mal pagos, mais pesados e mais precários, pois os patrões utilizam o racismo como um instrumento para aumentar os níveis de exploração. Naturalizam o fato de que o Brasil é o país com maior número de empregadas domésticas do mundo, em sua esmagadora maioria mulheres negras que trabalham em condição ultra precarizada.

Além da influência ideológica exercida pela democracia racial, temos uma esquerda que, apesar de se colocar contra o racismo, não luta para que os sindicatos defendam um programa que articule as demandas proletárias com as demandas específicas do povo negro, ligando a uma estratégia para conquistá-las no calor da luta de classes. Pelo contrário, o que verificamos é a separação entre o corporativismo sindicalista que orienta as greves por um lado, e por outro



lado, campanhas de pressão sobre o Estado por “ações afirmativas” que ficam descoladas dos processos reais de mobilização das massas.

A maior parte dos setores da esquerda ligados ao movimento negro, que emergiu entre os fins da década de 1970 e inícios da década de 1980, questionando a dita “democracia racial” e colocando de pé o combate contra o racismo, terminou cooptada e corrompida pelo governo de Lula, de Dilma e do PT, abandonando as bandeiras e os métodos radicais de luta que os norteavam naquele momento. Tudo isso em prol de programas rebaixados e de uma estratégia de pressão institucionalizada sobre os políticos do regime para conquistar a miséria do possível dentro dos marcos do capitalismo e das alianças em prol da chamada “governabilidade” (as quais incluem nada menos que setores reacionários como o atual presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Marcos Feliciano). Desta forma, boa parte da esquerda e a maior parte do movimento negro organizado aplaudiram a aprovação no Congresso de um “Estatuto da Igualdade Racial” que abre mão de demandas elementares como posse das terras quilombolas; e passaram a concentrar sua militância na reivindicação das chamadas “ações afirmativas”, em especial as cotas para negros na universidade.

Essa realidade coloca a necessidade de colocarmos de pé uma nova tradição capaz de colocar a questão negra com a centralidade que esta deve ter junto ao conjunto das demandas operárias e populares.

### **Um programa transitório para responder à questão negra**

Depois de anos de implementação de uma política de cotas nas universidades, descoladas do questionamento mais profundo da estrutura universitária do país, é necessário fazermos um balanço. Nossa estrutura universitária – cuja base fundamental é o filtro do vestibular

– é tão elitista que, mesmo com as cotas, a esmagadora maioria dos negros segue excluída do ensino superior.

Ao mesmo tempo em que denunciemos o caráter restrito das concessões que o Estado oferece como “ações afirmativas”, por atingir apenas uma ínfima minoria de negros, acompanhamos a experiência dos setores do movimento negro que têm ilusões nessa perspectiva, criticando seus limites e alentando os métodos da luta de classes e da ação direta e independente do Estado e da burguesia para lutar até mesmo pelas demandas mais mínimas. Isso deve ser feito em combate contra as estratégias conciliadoras que aceitam restringir sempre um pouco mais as já parcas concessões para chegar a acordos pacíficos com as elites do país. As demandas mínimas específicas do movimento negro precisam se colocar no marco de direitos universais que beneficiem toda a população negra, em especial a maioria mais pobre. Na medida em que são encaradas como demandas de direitos universais que atinjam toda a população negra e não uma minoria privilegiada, as reivindicações mínimas do povo negro adquirem imediatamente um caráter mobilizador da luta de classes. Desta forma, a luta por cotas para as universidades precisa sempre estar vinculada à luta pelo fim do vestibular e para que o total das vagas seja dividida de forma proporcional ao peso da população negra de cada estado.

Junto à luta pela titulação das terras quilombolas e pela liberdade de culto das religiões afrodescendentes, um programa de luta contra a opressão racial deve defender o fim do trabalho precário na cidade e no campo, com a incorporação dos terceirizados, temporários e informais como parte das empresas em que trabalham (sem necessidade de concurso no caso do serviço público), com salários e direitos iguais para trabalhos iguais e um salário mínimo equivalente ao do Dieese. Frente às enchentes que todo ano assolam o país, a falta de moradias e a precariedade das moradias nas favelas, devemos lutar pela expropriação (sem

indenização) dos imóveis destinados à especulação imobiliária e por um plano de obras públicas controlado pelos sindicatos que acabe com as favelas e as enchentes, dando condições de moradia digna para todos e gerando empregos, a ser financiado com o não pagamento da dívida pública e impostos progressivos aos capitalistas.

Para combater o corporativismo que predomina nas categorias de trabalhadores mais organizadas – e assim transformar a luta contra a opressão ao povo negro como parte das tarefas fundamentais para que a classe trabalhadora unifique suas fileiras e emergja como sujeito político independente da burguesia –, esse programa deve ser defendido pelos sindicatos e organizações operárias, em primeiro lugar pelos que são dirigidos pelas correntes que se reivindicam da esquerda.

### **O que o caso Amarildo ensina sobre a polícia?**

O marxismo, no mínimo desde as claríssimas definições de Lênin que retoma Engels em *O Estado e a Revolução*, afirma que o Estado é, em última instância, uma força armada separada da população, que existe para conter as contradições da sociedade dividida em classes, ou seja, proteger pelas leis ou pela bala a propriedade da burguesia da tentativa de roubo ou expropriação por parte dos que não tem posses. A polícia, o sistema prisional, são as instituições que definem o Estado por excelência; e o programa marxista visa destruir e não reformar este Estado que existe para garantir os interesses da burguesia. A necessidade de acabar com todas as forças repressivas é um programa que muitos ativistas estão aprendendo pouco a pouco, claro que após uma boa dose de gás lacrimogêneo.

Alguns anos atrás, a burguesia obteve uma importante vitória ideológica (passageira) no Rio de Janeiro com reflexos em todo país. A polícia odiada por suas extorsões, escândalos de corrupção e intermináveis

assassinatos se reergueu perante as massas, tornou-se aceitável e mesmo desejável. Uma febre justificadora da tortura e dos assassinatos policiais varreu o país com o filme “Tropa de Elite”, e havia um massivo e quase unânime apoio às UPPs no Rio. Eram poucas vezes “pregando no deserto” contra as UPPs. Sequer denunciar as UPPs era moeda corrente entre a esquerda.

Grupos de direitos humanos, organizações do movimento negro e de favelas também sofriam uma inflexão no que denunciavam, no programa que levantavam. O máximo a que se chegava era a denúncia das UPPs como um projeto de cidade. Muitos militantes e mesmo figuras famosas por suas denúncias dos abusos da PM, como o deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL), adotavam uma postura ambígua entre exigir recursos para educação e denunciar as UPPs como projeto de cidade, mas não chegavam a denunciar o projeto em si como um projeto de controle social, repressão, assassinato, torturas, estupros de trabalhadores pobres – sobretudo negros. Volta e meia, Freixo levantava “UPP social”, uma cara mais “humana” a um projeto intrinsecamente reacionário.

O dado alarmante do plano das UPPs – que tem um policial a cada 80 habitantes, enquanto o estado sionista e terrorista de Israel usa um militar a cada 100 palestinos – ilustra o quão assassino é este plano, testado primeiramente pelo exército brasileiro na ocupação a serviço do imperialismo no Haiti. Tratava-se e segue se tratando de uma ocupação militar contra o povo, uma arma apontada contra as revoltas populares e dos trabalhadores, uma bota policial na porta de casa para impedir que o “morro desça”, através de métodos “comunitários” de controlar a vida dos moradores “legislando” sobre tudo, desde o direito de se reunir a fazer festas; ou através de métodos mais “BOPE”, como veio à tona com a morte de Amarildo na Rocinha. Com um método ou outro, trata-se da mesma coisa: de repressão, controle e assassinatos.

Junho está alterando esta percepção que era hegemônica sobre as UPPs e as polícias em geral e sobre a PM em particular. Setores das massas estão girando à esquerda. A atuação do serviço reservado (P2), a violência extrema contra manifestantes – incluindo se gabar disto no Facebook –, e a forja de provas nas manifestações levantou este questionamento, e levou a esta evolução no programa que amplos setores levantam. A coragem da família de Amarildo em trazer às ruas a denúncia de que a UPP (logo a UPP...) teria sumido com o pedreiro negro contribuiu mais ainda para desmoralizar esta instituição. Poucas coisas unificam mais os manifestantes do Rio que o repúdio à PM. Assim, finalmente, começam a surgir aqueles que, como nós, se atrevem a defender o programa de “fim das UPPs”, não de forma escondida em algum panfleto, mas em faixas, cartazes, cantos. Fazendo da luta contra esta polícia assassina e racista não uma pauta para um horizonte longínquo e indefinido (programa máximo), mas para ação de hoje.

Expressão disto se faz sentir no programa levantado nas ruas. Como esta evolução não é perfeita, mas parte justamente do atraso prévio, ainda traz consigo contradições. O programa que ecoa nas manifestações, “não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da polícia militar”, é expressão desta evolução à esquerda, mas contém uma importante ambiguidade.

Há aqueles que entendem isto como um passo para a autodefesa dos trabalhadores, que seja dissolvida (terminada, demitida, etc.) a polícia; outros que entendem isto como uma reforma da polícia (desmilitarização da PM, ou seja, que um BOPE viraria uma outra tropa de elite especialmente assassina como a CORE da civil), outros ainda falam em “desmilitarização das polícias” (incluindo a civil). Há ainda aqueles que querem menos ainda, somente que a polícia não tenha privilégios de foros especiais, que sejam julgados como qualquer civil, ou ainda aqueles que defendem que tudo fique do jeito que está, mas somente troquemos as munições letais por tasers e outras armas ditas não letais.

## **A origem da polícia, o BOPE, as UPPs e os motins policiais**

A polícia no Brasil foi criada para caçar negros. Na capital imperial, o policial que capturasse algum negro nas ruas e não conseguisse provar quem era “seu dono” o levava a uma prisão especializada, o Calabouço. Lá ele tinha suas medidas feitas e um anúncio ia ao diário oficial para que algum dono fosse lhe reclamar. O policial que o capturava ganhava um bônus. As principais funções da polícia e do Diário Oficial surgiram para reprimir os negros. O judiciário do império também se desenvolveu para tratar de questões de propriedade, sobretudo de negros. Em resumo, o Estado brasileiro, em suas instituições fundamentais, surgiu baseado na escravidão e em sua reprodução.

A bonificação por caça de negros, interrompida com o fim da escravidão, ressurgiu nos anos 1990 com uma bolsa que foi apelidada pelos movimentos de direitos humanos da época como “bolsa faroeste”. Havia uma remuneração ao policial que se envolvesse em algum “auto de resistência” (eufemismo para o assassinato de negros pobres por policiais), com limite de três. Ou seja, o policial que tivesse matado três pessoas ganhava mais que o que tivesse matado dois, que por sua vez ganhava mais que o que tivesse matado um, o qual ganhava mais que o policial que não havia matado nenhum. Esta bolsa foi extinta. Porém, ainda hoje algumas tropas especiais recebem uma bonificação extra. Estas tropas com bônus são o BOPE, o Choque (ambas com um adicional de R\$ 1.000,00 pagos pelo Estado), e as UPPs (R\$ 750,00, pagos pela prefeitura).

Este incentivo a estas tropas especiais indicam quais são os programas estratégicos para a burguesia manter seu domínio. Se por um lado todas as polícias são fundamentais para a garantia da ordem, há tropas que a burguesia presta especial atenção em seu estado de ânimo e busca complementar a lavagem cerebral com incentivos pecuniários.

São as tropas usadas para reprimir as manifestações (UPP e Choque) e aquelas que são usadas para matar o máximo possível de pretos e pobres nas favelas e periferias (BOPE, ROTA). De forma indireta, a “bolsa faroeste” e a caça dos negros do império seguem existindo. Ao olhar o número de mortos pela polícia, o número de desaparecidos nas UPPs, a polícia do Império revive.

O caso Amarildo mostrou exatamente esta trama de transformações e continuidades do pilar mais racista e assassino do Estado brasileiro: a polícia. A “joia da coroa” das UPPs, a Rocinha, maior favela do país, era até pouco tempo atrás liderada pelo oficial do BOPE, Major Edson, transferido durante as investigações do assassinato de Amarildo. Este mesmo major introduziu naquela UPP os conhecidos métodos desta tropa: tortura, assassinato. Criou dentro da UPP uma tropa especial que era composta justamente por ex-BOPEs. Os torturadores e assassinos de Amarildo eram policiais que tinham feito parte daquela tropa de elite e foram afastados da mesma em 2012 (e se tornado policiais comuns) por se recusarem a reprimir uma manifestação da polícia e de bombeiros em “greve” naquele ano.

Aquela “greve” de 2012, bem como a dos bombeiros em 2011, foi saudada por quase toda a esquerda. Nós da LER-QI nos opusemos. Entre outros motivos, afirmávamos que garantir melhores condições de trabalho para quem nos reprime e assassina leva a fortalecer – e não a enfraquecer – o Estado que queremos destruir. Muitas correntes da esquerda contra-argumentavam dizendo que se tratava de uma “greve” (aspas nossas) que levava a dividir o Estado burguês. Usavam como argumento desta divisão dois eventos emblemáticos: o Choque usar fitas vermelhas no braço na ocupação da ALERJ pelos bombeiros em 2011, e o BOPE se recusar a reprimir a manifestação de bombeiros e policiais na Cinelândia em 2012. Evidentemente, tratava-se de quebra de hierarquia e protocolo, e uma profunda crise no governo. Mas argumentávamos

que não se tratava de crise no Estado, no regime, pois eram motins que fortaleciam o legado de Cabral de militarização, mesmo que enfraquecendo seu governo. Eis que em cada manifestação de 2013 surge o Choque “rachado” de 2011, e aí está o “BOPE rachado com o comando” em 2012 que participou ativamente da tortura, assassinato e sumiço de Amarildo! Só há um programa a defender frente às forças de repressão: sua dissolução e a luta pela autodefesa dos trabalhadores.

### **Desmilitarização ou dissolução?**

Entendemos a motivação progressista de cada trabalhador ou jovem que reivindica a “desmilitarização da PM” ou das “polícias”. Querem segurar o gatilho dos assassinos e repressores. Nós também. Alertamos, no entanto, como este programa significa, por um lado, ignorar quão assassina também é a civil (que tem tropas tão especiais quanto o BOPE em uma CORE), e por outro, que ele também pode ser usado como uma reforma que deixe o essencial intacto (uma PM que vire civil, mas que mantenha os P2, Choque, as UPPs, os autos de resistência...).

Muitos jovens e trabalhadores que concordam conosco sobre a necessidade de acabar com todas as polícias questionam: mas o que fazer agora? Não seria se opor a algo mais “tangível”, mesmo que de autorreforma (“desmilitarização”), e colocar em seu lugar algo muito “longínquo”, como a autodefesa e a dissolução das polícias? Para avançarmos em um programa concreto que supere os limites e ambiguidades do programa de “desmilitarização”, é necessário, em primeiro lugar, clarificar o que se entende por “desmilitarização”.

Por um lado, há aqueles que querem somente os fins dos privilégios dos militares para que os policiais sejam julgados como qualquer brasileiro e não por leis e tribunais especiais. Trata-se de uma reivindicação mínima que somos favoráveis. Porém, por outro lado, ver nesta



reivindicação mínima uma completa “subversão” desta polícia assassina é um erro que limita nossa luta contra o genocídio e contra a impunidade. Em prol de uma reforma do Estado, altera um mecanismo auxiliar para manter seu coração intacto. Basta lembrar os casos de fuzilamento por helicóptero por parte da CORE (Civil) no Rio de Janeiro, que tomaram as manchetes no começo de 2013.

Outros setores ainda defendem um “desarmamento da polícia” como concretização da “desmilitarização”. Ninguém é contrário a desarmar a polícia. Fazê-lo seria um passo importantíssimo para sua dissolução. Porém, este programa não é implementável senão por meio de armas nas mãos dos trabalhadores organizados em comitês de autodefesa e milícias ligadas aos sindicatos e organizações populares em um processo abertamente revolucionário. Não há lei e negociação possível que leve a burguesia a autorizar perder seus cães de guarda. O “desarmamento” por meio de leis e pressões pacíficas sobre as instituições da democracia burguesa é tão utópico quanto achar que a burguesia vai ceder seu poder sem combate. Além disso, esse programa reduz o problema da repressão às armas de fogo, deixando de lado a existência de um sistema penal e jurídico que possui as mesmas bases e produz o mesmo resultado repressivo e assassino que as tropas policiais armadas.

A autodefesa e a dissolução da polícia não são um sonho utópico. São parte constitutiva e irremediável do avanço da luta de classes. Quanto mais os trabalhadores e jovens vão às ruas, mais se enfrentarão diretamente com a polícia. Frente a um processo revolucionário aberto, serão obrigados a se desfazer dos restos arcaicos do Estado capitalista, do qual a polícia é parte. Entretanto, reconhecemos que antes desse momento, uma série de eixos programáticos devem ser defendidos, no sentido não de considerar o problema da polícia apenas nas suas armas, em suas leis especiais, mas na sua estrutura

ideológica e, para além disso, no conjunto do sistema penitenciário e jurídico, que andam de mãos dadas com o genocídio, sendo responsáveis pelo aprisionamento e morte de dezenas de milhares de jovens pobres e negros, assim como pela impunidade dos responsáveis por essas mortes. Defendemos um programa concreto que ataque a raiz da repressão e dos assassinatos policiais, que não deixe de lado o fato de que a violência policial é apenas parte da violência cotidiana do Estado capitalista sobre os pobres e trabalhadores. Esse programa deve enfrentar o problema dos assassinatos pela polícia, sua repressão e seus privilégios, contribuindo para que os trabalhadores confiem em si mesmos (um pressuposto para a autodefesa).

### **Por um programa de ação para responder à violência policial**

Sabemos que um pilar fundamental da violência policial é sua impunidade. Por isso, devemos lutar pela apuração, investigação e punição por cada auto de resistência. Nas mãos do Estado e da polícia, salvo quando há uma comoção como no caso Amarildo, nada é investigado. Por isto, precisamos de comissões independentes de investigação conduzidas pelos moradores, sindicatos, organizações de direitos humanos, centros acadêmicos.

Outro pilar da impunidade são os tribunais militares e o julgamento que os policiais recebem de seus pares. Pelo fim dos tribunais militares! Julgamentos como de qualquer outro brasileiro! Exigimos que cada crime cometido por um policial ou qualquer outro agente do Estado seja julgado e punido por júri popular, juízes eleitos pelo povo, e que estes júris sejam compostos por uma maioria de negros e moradores de favelas, sobretudo nos casos que envolvem UPPs.

Antes de podermos ter a força suficiente para acabar com todas as polícias (que criaria ou teria como pressuposto uma situação

revolucionária), ou ao menos com a PM, desde as jornadas de junho milhares veem nas ruas que é preciso acabar com as tropas especiais que existem para infiltrar movimentos, nos reprimir em nossos bairros, acabar com manifestações, matar nas favelas e presídios. Pelo fim de todas as tropas especiais (P2, BOPE, CORE, GATE, ROTA, Choque, outras tropas especiais de cada estado)! As UPPs existem para retirar todos os direitos civis dos trabalhadores nos morros e ter estacionados em cada viela um policial para impedir as manifestações. Lutemos pelo imediato fim das UPPs!

Junto aos desmandos da polícia, sua impunidade, assassinatos e torturas, centenas de milhares de trabalhadores, de pobres, sobretudo de negros, padecem do extremo oposto: estão em prisão sem nenhum julgamento. São mais de 208 mil, que equivale a 38% da população carcerária. Pela liberdade imediata de todos os presos sem julgamento! Por novos julgamentos, com júris populares e juízes eleitos pelo povo, de todos os presos deste regime racista e que prende somente pobres, trabalhadores e negros, deixando impunes políticos, empresários e policiais! Por novos julgamentos, por júri popular, e que todos tenham direito a um júri de acordo com sua origem (de favela, negros, pobres, trabalhadores, nordestinos conforme o acusado).

Medidas como estas são muito mais efetivas que a “desmilitarização” para efetivamente tirar o gatilho da mão dos repressores e dos assassinos. Lutar por estas medidas, junto a um profundo debate que cada organização dos trabalhadores precisa fazer sobre a autodefesa, será um passo efetivo para combater o continuado genocídio negro e assentar as bases para construir uma força social em perspectiva revolucionária.



# Índice

*Os textos a seguir constituíram as bases dos debates realizados na Conferência especialmente dedicada à questão negra que a Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional realizou em dezembro de 2012. Estes foram elaborados por uma comissão dedicada à preparação da Conferência, da qual fizeram parte Pablito Santos, Letícia Parks, Thiago, Val Lisboa, Daniel Alfonso, Daniel Matos e Leandro Ventura.*

O espírito guerreiro de Palmares como exemplo à classe operária*.....	31
Inconfidência Mineira: entre a resistência negra e a pressão da metrópole* .....	47
A questão negra na formação do proletariado no Rio de Janeiro* .....	61
O racismo como pilar estruturante da formação do Brasil.....	73
Identidade negra e sujeito proletário*.....	79
A estratégia de independência de classe frente às tarefas democráticas.....	87
O PCB frente à questão negra* .....	95
O ascenso negro dos anos 70-80 e a tradição petista*.....	109
Ofensiva neoliberal, “ações afirmativas” e estratégia revolucionária.....	121

\* Ainda que tenham sido fundamentais para as definições estratégicas e programáticas aprovadas pela Conferência, os textos indicado com asterisco ficaram indicados para o aprofundamento dos debates posteriores à mesma.



## O espírito guerreiro de Palmares como exemplo à classe operária

O Brasil foi o país que mais recebeu africanos escravizados. Segundo Alencastro, *“12 mil viagens foram feitas dos portos africanos ao Brasil para vender, ao longo de três séculos, cerca de 4 milhões de escravos aqui chegados vivos”*<sup>1</sup>. Os números, ao contrário do que se pensa, não falam por si. Retratam de forma assustadoramente clara a magnitude do empreendimento escravista. Por trás dos números, ou melhor, antes de existirem como tais, era a vida de milhões de africanos que estava em jogo. Essas vidas fizeram história, tanto no que veio a ser o Brasil quanto na África. Os negros e negras sequestrados da África não podem ser reduzidos a esses números estrondosos; em cada momento de suas vidas, afirmaram-se como sujeitos. O grau de violência e opressão sofrida é imensurável. As respostas que as negras e os negros escravizados deram a essa violência e opressão são parte constitutiva da tradição de todos os povos e classes oprimidas. Neste pequeno artigo, queremos apontar rapidamente alguns aspectos importantes do principal quilombo das Américas: Palmares.

A escravidão alterou profundamente o modo de vida dos africanos. O capital ingressou na África pela via do cativo e extirpou esse

---

<sup>1</sup> Luiz Felipe de Alencastro. *Tratado dos Videntes*. Companhia das Letras, 1ª edição, 2000.

continente de seus habitantes, destruindo antigas relações e reestruturando-as sob novas formas. As negras e os negros da África reagiram a esse processo de diversas formas, num complexo de possibilidades por nós ainda não totalmente conhecido. Sua organização social era variada, assim como distinções de religião, visão de mundo. Os escravizados que chegaram ao Brasil vieram, em sua maioria, tanto do que se denomina África Ocidental – que aportaram principalmente no nordeste, especificamente na Bahia – quanto da África Central. São diversos os povos, tradições, visões de mundo entre os africanos nessa época, e seria necessário mergulhar nesse universo para captar a dimensão das alterações que a opressão e a violência escravista causaram. Em outras palavras, a tradição à qual nos referimos não se inicia no desembarque dos escravizados nos portos brasileiros, mas no próprio território africano. Como nosso tema neste trabalho é Palmares, vamos nos restringir a somente um pequeno, mas valioso exemplo. Em várias regiões, em diversos momentos, africanos responderam à escravização adotando ou aprofundando um modo de vida nômade, adotado com o objetivo de se defenderem de traficantes. Robert Slenes, depois de elencar alguns dos impactos da entrada do capital comercial na África e a relação com a vida nômade, afirma:

Chegamos, portanto, a uma descoberta insólita, mas não destoante do que sabemos sobre a enorme tragédia humana desencadeada em ambos os lados do Atlântico Sul pelo comércio de escravos. Antes de serem capturadas e trazidas ao sudeste do Brasil, muitas pessoas desterradas da África Central, talvez a maioria, já eram praticamente “quilombolas” – inclusive no sentido original da palavra, já que moravam em aldeias que eram pouco mais do que acampamentos (de guerreiros).<sup>2</sup>

Vejamos então um pouco da história dos quilombolas da capitania de Pernambuco. No final do século XVI, tem origem em Pernambuco (hoje Alagoas) o quilombo mais extenso das Américas e que por mais tempo resistiu à repressão da colônia. Palmares sem dúvida se constituiu em uma das maiores ameaças aos interesses da colônia

---

<sup>2</sup> Robert Slenes. *Na Senzala Uma Flor*. Unicamp, 2ª edição, 2011.



e, por extensão, de Portugal, ao longo de todo o século XVII. Não se sabe exatamente como surgiu o quilombo de Palmares; ao que tudo indica, “(...) *cerca de 40 cativos que promoveram uma insurreição no engenho próximo a Porto Calvo, uma das principais vilas, então, de Pernambuco*”<sup>3</sup>. A utilização do espaço físico da colônia se encontrava subordinada aos interesses da metrópole; nas regiões produtoras de açúcar dessa época, isso significava cidades perto do Atlântico, com boa localização para portos, e monocultura próxima às cidades. Assim, o interior das capitanias tardou a ser ocupado e constituiu ponto privilegiado para formação de quilombos. Em Pernambuco, ainda mais, pois o interior é topograficamente vantajoso: serras densas e de difícil acesso. Palmares se estabeleceu no coração da Serra da Barriga, a 120 quilômetros do litoral: “*Os palmaristas procuraram construir seus mocambos ao longo da serra [da Barriga], em uma região extensa que ia do rio São Francisco até o cabo de Santo Agostinho*”<sup>4</sup>.

Assim como todos os quilombos, no Brasil e na América, Palmares não se isolou. Ao contrário, entender sua existência e resistência por tanto tempo em uma das principais capitanias da colônia, assim como a dinâmica de Palmares, só é possível através da busca por elucidar sua relação com as cidades e fazendas próximas, os colonos livres e, claro, os escravos das senzalas. Os palmaristas ocupavam não somente um espaço físico, mas também uma intrincada e decisiva rede de relações com a colônia; relações que se expressavam das mais variadas maneiras: saques, roubos, destruição de engenhos, comunicação com escravos, troca mercantil e de informações, sequestro de escravos e escravas, entre outras. Fugas de escravos faziam parte da realidade colonial e fazendeiros e autoridades a elas deviam também se adaptar.

---

<sup>3</sup> Gomes continua: “o objetivo da revolta seria a fuga coletiva para a floresta para formarem um mocambo? Não sabemos. Em 1597, temos a primeira referência documentada sobre a existência de mocambos nas serras da capitania pernambucana.” Flavio dos Santos Gomes. *Palmares*, Contexto, 1ª edição, 2005.

<sup>4</sup> Idem, op. cit.

O grito por mais segurança de fazendeiros não poucas vezes foi respondido com eloquência governamental que não resultava em medida alguma. Os recursos coloniais eram escassos e perseguir escravos era uma empreitada cara, que não à toa era responsabilidade privada dos fazendeiros quando se tratava de poucos ex-cativos. Equilíbrio político-social nunca houve, era necessário embrenhar-se na precariedade: buscar a destruição de quilombos quando estes se apresentavam como ameaça maior, resfriar a repressão quando não faziam muito alarde. Palmares não fugiu a esta lógica. Porém, já no começo do século XVII, Palmares se torna fonte de tensão para a colônia:

De um estágio inicial de apenas preocupação, as autoridades coloniais começam a ficar em sobressalto com o crescimento de Palmares e as fugas em massa. Pior, o problema não era apenas esse. O que passou a assombrar senhores de engenho eram as razias que os palmaristas levavam a cabo nos engenhos, propriedades e povoados locais. Casas-grandes e sobrados eram saqueados, paióis das fazendas e armazéns das vilas roubados, canaviais incendiados e escravos – principalmente mulheres – sequestrados; os colonos que tentavam resistir eram mortos. Em uma época na qual havia temor permanente de invasões estrangeiras de franceses e holandeses, os fugitivos reunidos em mocambos eram considerados inimigos internos. A capitania estava em total estado de alerta. Fazendeiros e moradores em polvorosa. A metrópole atenta aos acontecimentos. Autoridades coloniais de sobreaviso. Escravos nas plantações ansiosos. A guerra estava apenas começando<sup>5</sup>.

No começo de 1630, a ameaça de invasão holandesa se concretiza. Não havia condições de Pernambuco oferecer uma forte resistência; em dois dias, as tropas holandesas já tomavam posse de Recife. Houve, porém, confrontos importantes nos arredores, e a principal resistência dos senhores se concentrava na colina Arraial do Bom Jesus, que somente foi tomada em 1635, colocando um ponto final à “guerra”. Na primeira metade do século XVII, a Holanda estava em pleno curso de se tornar protagonista nas transações atlânticas: já era o destino de

---

<sup>5</sup> Idem, op. cit.

considerável parte do açúcar brasileiro, mas ainda não tinha terras que a possibilitassem estreitar vínculos coloniais e potencializar seu desenvolvimento interno. A conquista de Pernambuco, e de regiões da África, fazia parte desse projeto, assim como partes do Caribe. Apesar do Arraial do Bom Jesus, a situação logo se estabilizou; não tardou para que os senhores de engenho aliassem seus interesses aos da Holanda. Os invasores holandeses remexeram a ordem sócio-política, e qualquer alteração na rotina era atentamente observada e analisada pelos escravos e palmaristas. Como ressalta Freitas, “os negros logo viram que aquela guerra não era sua”<sup>6</sup>. No Brasil de 1630, a experiência de 1624 somente ressaltou uma compreensão que se parecia generalizada entre os escravos: Holanda tinha o mesmo a oferecer que Portugal. Palmaristas se valeram do conflito entre Holanda e a colônia para fortalecer posições.

Bandos de escravos armados mantiveram durante toda a guerra uma constante pressão sobre os dois exércitos – chegaram a diminuir a animosidade entre os exércitos contra o inimigo negro em comum. No começo de 1636, tornaram desesperada a situação dos últimos portugueses que ainda resistiam na povoação de Porto Calvo. Passaram a interceptar sistematicamente os comboios terrestres procedentes da Bahia que conduziam víveres e munições para aquelas tropas. Foi só em maio de 1636 que uma expedição comandada pelo sargento-mor da Bahia, Belchior Brandão Dias, desbaratou a custo as guerrilhas negras e assim normalizou os abastecimentos. O conflito chegou a impactar profundamente a entrada de escravizados.

Palmares será a mais importante preocupação de ordem interna do Recife holandês. Apesar de mudanças importantes na capitania, Pernambuco era valioso justamente pela relação entre escravidão e açúcar, nó que a Companhia das Índias Ocidentais desejava que continuasse atado. Para tanto, destruir Palmares era essencial.

---

<sup>6</sup> Décio Freitas. *Palmares – a guerra dos escravos*, Mercado Aberto, 5ª edição.

Os holandeses estabelecem um novo patamar de enfrentamento com Palmares; cada vez mais a repressão se daria nas matas próximas à Serra da Barriga. Tardaria ainda mais de 50 anos para a destruição de Palmares, mas a partir da invasão holandesa, da recuperação de Recife pelos portugueses e, principalmente, a partir de 1660, a luta contra Palmares se eleva a um patamar superior.

A partir da década de 1660<sup>7</sup>, inicia-se uma combinação de métodos repressivos. Buscou-se o povoamento das cercanias com o objetivo de servir de base de mantimentos para expedições e forçar o deslocamento dos palmaristas cada vez mais para o interior, a construção de um posto militar em Serinhaém (1672) e ataques diretos, inclusive anistiando presos que se incorporassem às campanhas contra Palmares. A destruição de matas relativamente próximas a Palmares e um cerco mais forte, apesar das sucessivas derrotas, além de levar fome aos palmaristas, colocou em cena uma combinação mais forte entre expedições militares e respostas de Palmares. A relação, sempre complexa e intrincada entre a Serra da Barriga e as cidades, se tornou mais intensa. Em um confronto com uma importante expedição (mais de 300 homens) com mandato das câmaras de Serinhaém, Porto Calvo, Penedo e Alagoas, no ano de 1676, Zumbi, ainda um líder militar sob o comando de Ganga-Zumba, é atingido por uma bala na perna que o deixa manco. Palmaristas assassinados e 45 prisioneiros, soldados doentes, feridos e uma derrota foi parte do balanço dessa expedição. A resposta de Palmares não tardou:

No mês seguinte, os palmarinos retaliaram. Em toda parte – Porto Calvo, Alagoas, Ipojuca, São Miguel e Serinhaém –, as pequenas guarnições se mostravam impotentes para conter as formações palmarinas. Os índios fugiam aterrorizados. Senhores-de-engenho faziam à noite atalaia em suas casas. Engenhos e canaviais eram devorados pelas chamas. Não

---

<sup>7</sup> A todos os governadores de Pernambuco era dada a responsabilidade, primordial, de destruir Palmares. Pode-se dizer que os balanços dos governadores dependiam grandemente do grau de destruição afligido a Palmares.

havia como impedir os ataques palmarinos. Se as autoridades coloniais e os senhores-de-engenho reuniam contingente mais numeroso em algum lugar, os ataques ocorriam em outro. E assim foi como, em todo o resto de 1676, os antigos escravos de certo modo foram amos do sul de Pernambuco.<sup>8</sup>

A defesa dos mocambos a esse novo grau de ataques se deu através de táticas de guerrilha no mato e do aprimoramento de suas próprias fortificações. Em grande medida, essa reorganização interna, ou melhor, a adaptação, através de uma maior divisão social do trabalho, às necessidades militares, esteve sob o comando de Ganga-Zumba<sup>9</sup>. Segundo Gomes:

O poder central de Palmares no período de 1645 a 1678 esteve provavelmente nas mãos de Ganga-Zumba, ainda que houvesse autonomia militar e econômica em alguns mocambos. Em termos de organização prevaleceu uma espécie de política autocrática. A estrutura socioeconômica de Palmares – principalmente quando recrudesceram os ataques contra eles na segunda metade do século XVII – foi fortemente marcada pela organização político-militar.<sup>10</sup>

Com o avanço das expedições militares, ainda que com alto custo por parte da colônia e suas províncias, Palmares se vê cada vez mais ameaçado<sup>11</sup>. Mesmo com a intensificação das expedições – com os jesuítas, Antônio Viera à frente e com as tropas contando com o apoio de Santo Antônio, o santo que entre outros atributos protegia os dedicados à destruição de Palmares – o quilombo continuava a resistir. Ganha força a tentativa de obter a já aventada paz em meados

---

<sup>8</sup> Décio Freitas. *Palmares*, op. cit.

<sup>9</sup> Respondia a uma série de obrigações, não somente culturais e sociais, como governamentais – assim como tinha diversos privilégios, como o principal mocambo no quilombo de Macaco, várias mulheres, entre outros.

<sup>10</sup> Gomes, *Palmares*, op. cit.

<sup>11</sup> “A sistemática de guerras contra os palmaristas nas décadas de 1670 e 1680 foi paulatinamente enfraquecendo Palmares. Vários líderes militares foram durante esse período presos e mortos. Os constantes e necessários deslocamentos dos palmaristas minavam suas resistências. Não havia tempo suficiente para planejar novas evacuações e reorganizar suas economias” Idem, op. cit. 138.

dos anos 1660. Ganga-Zumba, até então líder de Palmares, aceitou a proposta de paz que, entre outros termos secundários, garantia a autonomia de Palmares, liberdade aos nascidos no quilombo e demarcação de suas terras pela Coroa. Cativos que fugissem para Palmares deveriam ser entregues às autoridades e os palmaristas seriam considerados vassalos do rei<sup>12</sup>.

Como se sabe, Ganga-Zumba aceitou o acordo, pelo que foi fortemente combatido por Zumbi. Uma divisão irreparável se selava no coração de Palmares, sob o impacto do tratado de paz e das contínuas expedições.

Os palmaristas dividem-se, porém, quanto à aceitação integral do referido tratado. Enquanto Ganga-Zumba e outros migram para a região do Cucaú, Zumbi, importante liderança militar, opta por continuar no mocambo Macaco com outros tantos. A negociação estava ameaçada. A guerra continuaria. Parte dela se daria no interior do próprio Palmares. Desse modo, os palmaristas comandados por Ganga-Zumba migraram para a região do Cucaú, como parte do acordo. Ao mesmo tempo, outros palmaristas – em outros mocambos – permaneceram estabelecidos na serra da Barriga. É possível que outros ainda tenham migrado para áreas de capitânicas vizinhas. Com a possibilidade do tratado de paz, a articulação entre vários mocambos em Palmares parecia estar fragilizada.<sup>13</sup>

Ganga-Zumba foi nomeado general da Coroa e seguiu com vários mocambos para Cucaú. Temia represálias internas e de palmaristas:

Diversos, inclusive, abandonaram o mocambo de Cucaú e passam a aumentar o número de seguidores de Zumbi. A preocupação do líder não era à toa: Ganga-Zumba acaba sendo envenenado e outros tantos seguidores são executados.<sup>14</sup>

Décio Freitas chega a afirmar que os seguidores de Ganga-Zumba nada mais eram do que fieis a Zumbi, que articulara um plano para

---

<sup>12</sup> Idem, op. cit.

<sup>13</sup> Idem, op. cit.

<sup>14</sup> Gomes. *Palmares*, op. cit.

destruir Cucaú, assassinar Ganga-Zumba e todos os demais que concordaram com os termos de paz<sup>15</sup>.

Palmares se rearticula, surgem novos mocambos. Zumbi e sua determinação em não negociar com a colônia se torna um sério problema político. A realidade obrigava a colônia a investir forte e decisivamente na destruição de Palmares. Portugal se encontrava imerso em dívidas fruto dos conflitos com Espanha, que duraram até 1668 e *“recambiam o reino lusitano à sua velha sina de pobretão da Europa. Em rigor o Brasil representava então o seu quase único meio de vida (...)”*<sup>16</sup>. Se os cofres estavam vazios, a colônia precisava cumprir melhor do que nunca sua função. É certo que a capitania de Pernambuco, por uma combinação de fatores, já não apresentava os mesmos níveis de produtividade como outrora. O açúcar, no final do século XVII, se encontra em importante crise – em grande medida proporcionada pela expulsão dos holandeses, que se fixaram no Caribe e passaram a produzir açúcar em condições mais vantajosas. Internamente, a crise se manifestou em repressão. Palmares passara a ser considerado símbolo dos problemas de Pernambuco e precisava ser destruído.

A Coroa sempre esteve atenta a Palmares. O rei D. Pedro II ainda não desistira de uma possibilidade de paz; sua intenção era buscar novamente um acordo. Souto Maior é nomeado governador de Pernambuco em 19 de fevereiro de 1695 com o objetivo expresso de obter a paz com os palmaristas. A proposta é recebida com desagravo pelos senhores de engenho, que entediam que qualquer tentativa de paz havia fracassado em 1678. O rei chegou a escrever uma carta a Zumbi, na busca por fazê-lo aceitar um acordo.

Eu El-rei faço saber a vós Capitão Zumbi dos Palmares que hei por bem perdoar-vos de todos os excessos que haveis praticado assim contra minha Real Fazenda como contra os povos de Pernambuco, e que assim

---

<sup>15</sup> Freitas, *Palmares – a guerra dos escravos*, op. cit.

<sup>16</sup> Idem, op. cit.

o faço por entender que vossa rebeldia teve razão nas maldades praticadas por alguns maus senhores em desobediência às minhas reais ordens. Convido-vos a assistir em qualquer estância que vos convier, com vossa mulher e vossos filhos, e todos os vossos capitães, livres de qualquer cativo ou sujeição, como meus leais e féis súditos, sob minha real proteção, do que fica ciente meu governador que vai agora para o governo dessa capitania.<sup>17</sup>

Não há notícia de resposta de Zumbi. Mais de um século antes de Toussaint L'Ouverture se corresponder com Napoleão, Zumbi recebia uma carta do rei de Portugal. L'Ouverture o fazia imbuído do que entendia ser o espírito da revolução francesa nas colônias, a liberdade, pela qual colocou de pé uma guerra da libertação nacional contra o império francês. Portugal não tinha nada a oferecer aos palmaristas, nem política nem ideologicamente. Zumbi compreendia isso melhor do que ninguém. De qualquer maneira, aproveitou a política do governador enviando contrapropostas para um acordo, que quando eram aceitas, substituíva deliberadamente por novas; certamente usou a oportunidade para ganhar tempo e se rearticular.

A expedição de João Marins e Alexandre Cardoso (precedida por uma constituída de tropas indígenas) chegou a destruir importantes mocambos e a “capturar centenas de palmaristas”<sup>18</sup>. Palmares não se limitou a reorganização interna – respondeu aos ataques, intensificou as “hostilidades”<sup>19</sup> com sequestro de mulheres brancas e assenhalados e ataques “contra vilas e povoados”<sup>20</sup>. Assim como em outros momentos, alterações na ordem social foram sentidas pelos escravos das senzalas. O fracasso no tratado de paz, o conflito em Cuaú, novas investidas dos palmaristas sobre cidades vizinhas e o desgosto intensificado por Palmares acabou por gerar “alarmante aumento das fugas”

---

<sup>17</sup> Idem, op. cit.

<sup>18</sup> Gomes. *Palmares*, op. cit.

<sup>19</sup> Freitas. *Palmares – a guerra dos escravos*, op. cit.

<sup>20</sup> Gomes, *Palmares*, op. cit.



e arrefecimento à vida escrava na capitania – como, por exemplo, “*en-jeitar o dinheiro oferecido pelas tradicionais confrarias de libertos para alforria dos escravos*”<sup>21</sup>.

Nas senzalas, cativos deviam estar ansiosos. A derrota de Palmares podia afetar suas vidas. As trocas econômicas e as redes de solidariedade seriam, então, destruídas. Sem falar no fim de um sonho de encontrar a liberdade naqueles mocambos. Era um momento de expectativa e apreensão. Denuncia-se, inclusive, que os cativos nos engenhos preparariam uma insurreição contando com o apoio dos palmaristas. É guerra total.<sup>22</sup>

Após o fracasso do tratado de paz, ressurgiu a ideia de utilizar paulistas para expedições militares contra Palmares. As forças repressivas locais, o Terço dos Henriques<sup>23</sup>, e as milícias formadas eventualmente provaram ser capazes de auferir grandes danos a Palmares, principalmente a partir de 1660, porém eram insuficientes para sua destruição total. A fama dos paulistas como caçadores de escravos fugidos e destruidores de quilombos já era a mais alta na colônia. Entretanto, os interesses em relação a Palmares eram diversos – destruí-lo, sim, porém o que fazer com as terras era outra história; havia uma série de militares e senhores de engenho que reivindicavam as terras como parte do pagamento de expedições anteriores.

A ânsia pelo fim de Palmares colocou os paulistas em uma situação de negociação vantajosa. O grande nome da expedição paulista que por fim derrotaria o Palmares é o de Domingos Jorge Velho, com uma tropa de quase mil homens. Apesar dos preparativos se iniciarem em 1688, uma “*sublevação de índios janduís no Rio Grande do Norte*” desloca os paulistas para a região. Só voltam a Pernambuco para atacar Palmares em 1691.

---

<sup>21</sup> Freitas. *Palmares – a guerra dos escravos*, op. cit.

<sup>22</sup> Gomes, *Palmares*, op. cit.

<sup>23</sup> Os Terço dos Henriques, batalhão de negros a serviço da colônia, formou-se na luta contra a Holanda.

Enquanto isso, palmaristas continuam movimentando-se nas serras. Voltam a se aproximar das vilas. Mais uma vez amedrontam autoridades e moradores. A operação de guerra dos paulistas tinha de ser iniciada imediatamente. Em agosto de 1692, depois de muita preparação, vários impasses e diversas discussões sobre as condições ajustadas para sua realização, a expedição de Domingos Jorge Velho inicia sua marcha. São centenas de soldados, enorme quantidade de armamento e provisões.<sup>24</sup>

A luta dos paulistas contra os palmaristas é verdadeiramente épica. Ambos os lados alteram suas táticas costumeiras: os palmaristas evacuam mulheres e crianças de seus quilombos e atacam as tropas para atrasar sua chegada; usam a noite para atacar e aterrorizar os arraiais<sup>25</sup>. Os primeiros embates são ganhos pelos palmaristas (vários expedicionários são capturados). *“Chegam reforços. Mais homens, provisões e munições. O principal objetivo da expedição punitiva era atingir o mocambo Macaco, a capital de Palmares.”*<sup>26</sup>

Palmares era dono de seus entornos. Táticas de “guerrilha do mato”, típicas de período das primeiras expedições, se combinaram com resistência militar sofisticada de Macaco, o principal quilombo. Jorge Velho e Zumbi sabiam que Macaco decidiria os rumos da guerra. A expedição não conseguiu se aproximar de Macaco a ponto de articular uma invasão sem maiores preparos. Macaco era fortemente defendido, não somente com uma cerca *“dotada de torneiras a dois fogos cada braça, de flancos, de redutos, de redentes, de faces e de guaritas que asseguravam aos defensores uma quase completa incolumidade”*<sup>27</sup>, mas com armadilhas de fossos *“dissimulados por vegetação, e crivados de estrepes – puas pontiagudas de ferro que chegavam à*

---

<sup>24</sup> Gomes. Palmares, op. cit.

<sup>25</sup> Continua: *Mesmo estacionando suas tropas em arraiais situados na serra, os costumeiros problemas de abastecimento surgiram: fome e falta de munição. Os ataques fulminantes dos palmaristas deixavam os integrantes das expedições cada vez mais amedrontados. A noite poderia ser transformada em terror. O perigo dos ataques palmaristas era eminente.* Gomes. Palmares, op. cit.

<sup>26</sup> Gomes. Palmares, op. cit.

<sup>27</sup> Freitas. Palmares – a guerra dos escravos, op. cit.

*altura ora das virilhas, ora da garganta de um homem*"<sup>28</sup> – e arqueiros distribuídos em postos defensivos. A situação era desvantajosa para os homens de Jorge Velho. A saída veio da combinação entre a construção de contracercas, para permitir a aproximação ao quilombo, e aumento do poder de fogo. A expedição foi novamente derrotada. A esta altura, a expedição se dividia em

três corpos principais: um no centro, sob o comando de Sebastião Dias Mineli; outro à direita, sob seu próprio comando [Jorge Velho]; e um terceiro à esquerda, sob o comando de Vieira de Melo. Contingentes foram distribuídos ao longo de toda circunvalação, fechando o cerco.<sup>29</sup>

Mais reforços, suprimentos e munição. Mais um assalto e mais uma derrota. O aumento do poder de fogo foi possível com a chegada de seis canhões e duzentos homens no dia 3 de fevereiro. Uma cerca complementar foi construída na virada do dia 4 para o dia 5, possibilitando maior precisão nos disparos. Segundo Freitas, Zumbi, tendo descoberto a construção da cerca no amanhecer do dia 5, mandou degolar o responsável pela vigilância. Certamente percebeu a profundidade da ameaça. Macaco cairia no mesmo dia.

Os palmaristas descobrem o plano dos paulistas quando a construção da contracerca estava quase terminada. Como contraestratégia, preparam uma rápida retirada dos mocambos. Antes que isso se concretize, começa o ataque das forças paulistas. Como Macaco ficava na parte mais alta da Serra da Barriga, alguns palmaristas em fuga acabam caindo em um abismo. Os que permaneceram como retaguarda da evacuação entraram em combate direto com as forças coloniais. Batalhas sangrentas são travadas. Duram horas e atravessam a noite. Mais de 500 palmaristas terminaram presos, a maior parte mulheres e crianças. Outros tantos foram mortos. Inúmeros retiraram-se para a floresta.<sup>30</sup>

A vitória dos paulistas foi festejada com autoridades em êxtase.

---

<sup>28</sup> Idem, op. cit.

<sup>29</sup> Idem, op. cit.

<sup>30</sup> Gomes. *Palmares*, op. cit.

Na madrugada do dia 7, correios partiram à pressa para o litoral levando a notícia da queda do baluarte negro. Melo e Castro celebrou o acontecimento atirando dinheiro ao povo das janelas do palácio, mandando rezar missa solene em ação de graças e autorizando luminárias em Olinda e Recife durante seis dias. Ao mesmo tempo, despachou para a Bahia o ajudante Antônio Gaioso Nogueiro a fim de noticiar o fato ao governador-geral e embarcar para Lisboa com uma carta destinada ao rei.<sup>31</sup>

Vieira de Melo e Sebastião Dias voltam ao litoral com suas tropas. Jorge Velho permanece na Serra da Barriga com as suas. Pretendia garantir suas terras e aproveitar a vantagem geográfica do local para caçar os sobreviventes e seguir em empreitadas próprias<sup>32</sup>. Zumbi conseguiu fugir com vários palmarinos. A princípio, acreditava-se que havia morrido no dia 5 de fevereiro, porém as autoridades não tardam a reconhecer que Zumbi vivia. Chegou a ser identificado

à frente de um grupo que irrompeu na vila de Penedo para se apoderar de armas e munições. Nos meses seguintes, continuou a registrar-se atividade de grupos armados no distrito de Penedo.<sup>33</sup>

Outros quilombos são atacados. Zumbi consegue fugir dos ataques e, da floresta, busca rearticular seu exército. Um de seus “lugares-tententes”, segundo Freitas, foi capturado e torturado a fim de entregar o paradeiro de Zumbi. Tendo resistido às torturas, teria “*fraquejado quando o paulista lhe assegurou em nome do governador a liberdade e a vida se entregasse Zumbi.*”<sup>34</sup> Zumbi aglutinava em torno de si cerca de 20 homens, “*mas quando Soares chegou seguido à distância pelos paulistas, a guarda se achava reduzida a 6*

---

<sup>31</sup> Continua: “O governador clamou sua exultação: ‘Não me pareceu dilatar a V. Majestade a notícia da gloriosa restauração dos Palmares, cuja feliz vitória se não avalia por menos que a expulsão dos holandeses, e assim foi festejada por todos estes povos...’” Freitas. *Palmares – a guerra dos escravos*, op. cit.

<sup>32</sup> A permanência de Jorge Velho após a queda de Macaco transformou-se em sério problema político, não somente por querer terras que outros acreditam ser suas por direito, como por seus métodos de terror.

<sup>33</sup> Freitas. *Palmares – a guerra dos escravos*, op. cit.

<sup>34</sup> Idem, op. cit.

*homens*". Soares se aproximou de Zumbi, "*enterrou-lhe um punhal no estômago e deu o sinal aos paulistas*"<sup>35</sup>.

Zumbi e seus homens foram assassinados em 20 de novembro de 1695. O cadáver seguiu para Porto Calvo, onde o exame do corpo "*acusou quinze ferimentos a bala e um sem-número de golpes de arma branca*". Como todos os opressores, Castro e Melo transformou o corpo de Zumbi em um recado aos que ousassem seguir seu exemplo, e através da mutilação do corpo de Zumbi morto buscar aterrorizar os negros ainda vivos: "*(...) depois de morto, o general negro fora castrado e o pênis enfiado na boca; haviam-lhe arrancado um olho e decepado a mão direita*". A cabeça seguiu para Recife, onde foi espetada até a putrefação "*em um chuço no lugar mais público da cidade*"<sup>36</sup>. Não adiantou; não seria o fim de Palmares.<sup>37</sup>

Palmares continuaria a ameaçar a colônia, como marca maior da resistência negra no imaginário das autoridades. Palmares era entendida, pelas autoridades coloniais, como a mais forte ameaça da resistência negra, sendo sempre necessário evitar que novos Palmares surgissem. A resistência negra era, de fato, um limite intransponível das elites coloniais. Onde havia escravidão, havia resistência. Não somente no Brasil, mas em todas as Américas. Palmares não acabou com a expedição de Jorge Velho. Sobreviveu como terror para as elites coloniais, sempre a lhes lembrar do que poderia acontecer. O medo de novos Palmares por todo o Brasil seguiu na mente e na política repressiva da colônia (e do Império) até o fim da escravidão.

---

<sup>35</sup> Idem, op. cit. Em outro trecho: "Em carta de 14 de março de 1696 para o rei, o governador Melo e Castro contou que 'Zumbi pelejou valorosa e desesperadamente, matando um, ferindo alguns e, não querendo render-se nem aos companheiros, foi preciso matá-los e só a um se apanhou vivo'. Contou, depois, Furtado de Mendonça [o paulista responsável pela expedição], que quando viu o 'negro morto e bem morto', agradeceu a Deus a Glória alcançada".

<sup>36</sup> Idem, op. cit.

<sup>37</sup> Gomes. Palmares, op. cit. Continua: "Nos anos de 1729, 1736 e 1757, a capitania de Pernambuco continuaria a ter notícia de mocambos ali estabelecidos nas regiões serranas onde outrora haviam vivido os palmaristas".



## **Inconfidência Mineira**

# **Entre a resistência negra e a pressão da metrópole**

O século XVIII foi palco de profundas transformações econômicas e políticas – não raro é considerado um século de transição. O Iluminismo, que já havia dado importantes frutos no século XVII, ampliou seu repertório e se diferenciou internamente; conflitos se acirraram nos países metropolitanos, o regime feudal entrou em sua crise definitiva – em grande parte motorizada pela rede comercial propiciada pelas colônias – enfim, são os últimos dias do Antigo Regime. Para entender melhor o que se passa nas Minas Gerais, interessa-nos localizar Portugal em meio a esse conjunto de transformações. Articular a resposta de Portugal a esse imperativo, à situação colonial e de Minas em particular, com atenção especial à articulação entre quilombos, escravos e autoridade, nos permitirá traçar um panorama mais profundo da Inconfidência Mineira, na tentativa de encontrar seus limites como expressão dos limites da própria elite colonial. Esses que serão, ao longo do século XIX, apesar de importantes diferenças, os limites da nascente burguesia nacional. Portugal, que já vinha sofrendo forte desgaste ao longo do século XVII, encontrou no século XVIII sua localização definitiva como membro periférico da acumulação de capital, apesar de agente fundamental para acumulação inglesa. O sistema colonial, segundo o historiador Fernando Novais, se caracterizou por economias

coloniais especializadas “na produção de determinadas mercadorias para o mercado europeu”, num arranjo que encontrou na expansão ultramarina resposta para os desafios de crescimento da economia mercantil europeia. O historiador continua:

Mais ainda, toda a estruturação das atividades econômicas coloniais, bem como a formação social a que servem de base, definem-se nas linhas de força do sistema colonial mercantilista, isto é, nas suas conexões com o capitalismo comercial. (...) E aqui tocamos no ponto nevrálgico: a colonização, segundo a análise que estamos tentando, organiza-se no sentido de promover a primitiva acumulação capitalista nos quadros da economia europeia, ou noutros termos, estimular o progresso burguês nos quadros da sociedade ocidental. É nesse sentido profundo que articula todas as peças do sistema: assim em primeiro lugar, o regime do comércio se desenvolve nos quadros do exclusivo metropolitano; daí, a produção colonial orientar-se para aqueles produtos indispensáveis ou complementares às economias centrais; enfim, a produção se organiza de molde a permitir o funcionamento global do sistema.<sup>1</sup>

A crise do Antigo Regime encontra na Inconfidência Mineira sua primeira expressão de fato no Brasil. A Revolução Industrial, que se inicia no século XVIII, marca o início da crise irreversível desse sistema; a Independência dos Estados Unidos lhe complementa ao abater o sistema colonial. Portugal beneficiou-se de seu “pioneirismo” nas primeiras fases do capitalismo comercial. Entretanto, na crise do Antigo Regime, seu “pioneirismo” não lhe trouxe vantagens, pois não foi capaz de acompanhar “(...) na época da acumulação originária, o ritmo de crescimento econômico das grandes potências colonizadoras europeias”<sup>2</sup>. Sua relação com a Inglaterra, a posição que ocupava no cenário europeu e, principalmente, a combinação entre atraso e a improdutividade na Metrópole e atraso e produtividade alta (ainda que sazonal) em sua principal colônia, o coloca em posição desvantajosa para lidar com as transformações da época. Os longos

---

<sup>1</sup> Fernando Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Hucitec, 8ª edição, 2009.

<sup>2</sup> Idem, op.cit.



séculos de luta ultramarina e colonial pela hegemonia no atlântico chegam ao clímax, e Portugal não está na disputa.

O Marquês de Pombal foi parte constitutiva da maneira com a qual Portugal respondeu à crise do Antigo Regime e, em particular, à crise do sistema colonial. A política de Pombal pode ser entendida como uma combinação entre o passado e presente, em termos de método e objetivo: a busca por reconquistar maior autonomia política de Portugal de inícios do século XVI, através de um mercantilismo flexível, não-tradicional.

Os anos de Pombal foram a primeira demonstração clara de que qualquer ambição Metropolitana passava pela otimização dos recursos do Brasil, na perspectiva de fortalecê-lo enquanto colônia. A debilidade de Portugal se expressou, justamente, na busca por se apoiar no Brasil como motor de sua economia, baseando-se essencialmente no comércio, enquanto os imperialismos em ascensão utilizavam suas colônias como parte acessória do desenvolvimento econômico industrial interno, de acumulação de capital. Não era a estrutura produtiva do Brasil (nos finais do século XVII) que impedia Portugal de acumular grandes somas de capital e sim a própria organização interna portuguesa. Portugal se centrava no comércio, na reexportação em troca de artigos manufaturados, enquanto os principais países da Europa utilizavam as matérias-primas das colônias para se industrializar. As formas com as quais Portugal utilizava os recursos do Brasil estão relacionadas com sua localização dentro das potências metropolitanas – no caso, uma posição subordinada. Controle mais rígido das fronteiras, estímulo ao povoamento do interior, incentivo aos grandes engenhos na busca por uma maior produtividade agrícola<sup>3</sup>, renovação da estrutura tributária – em Portugal e no Brasil

---

<sup>3</sup> Convém que não nos esqueçamos que maior produtividade agrícola significa, no que refere à relação com o escravo, a busca incessante pelo equilíbrio ótimo entre agressão física como estímulo e a capacidade de reação do escravo. Erros no cálculo sempre houveram; não para menos.

– e o surgimento de organismos de repressão profissionais internos na colônia estão entre as medidas de Pombal. Resta saber o que ficou como legado; no centro da política metropolitana surgia com cada vez mais força o estado de Minas Gerais.

Segundo Novais, é na relação entre agricultura e indústria, entre o campo e a cidade, que o atraso dos países ibéricos se revelava com força. A incipiente industrialização promovida por Pombal não seria capaz de acelerar o ritmo da integração nacional entre esses dois pólos.

A força do Império inglês tinha como núcleo o desenvolvimento da relação entre campo e cidade na qual a última, em algum momento, obteve hegemonia; é através dos interesses da cidade, ou seja, da reprodução ampliada de capital, que se desenvolvem as relações no campo. Para a existência de Manchester, Liverpool, Londres, não foram necessários somente os portos escravistas, mas a espoliação do campo irlandês. O coração capitalista imprimia uma dinâmica desigual e combinada por todos seus poros. Portugal, como se vê, se beneficiou periféricamente da acumulação de capital, mantendo seu horizonte à vista das trocas comerciais. Esta é a força que o Brasil lhe imprimiu e esse é todo o interesse metropolitano que repousou sobre a colônia.

A diferenciação produtiva em Portugal, ainda que tenha sido constituída sob pés não muito firmes, acarretou uma combinação de elementos essenciais para a relação entre Portugal e Brasil (e, naturalmente, entre Portugal e Inglaterra). 1) A queda do rendimento aurífero, a qual postou os olhos da Inglaterra sob o algodão; 2) A fusão entre capital privado e estatal se realizou como “consequência natural”<sup>4</sup> para o desenvolvimento de fábricas em Portugal, e parte considerável do capital era originado através das relações com o Brasil.

---

<sup>4</sup> Kenneth Maxwell. *A Devassa da Devassa*. Paz e Terra, 8ª edição, 2010.

Pombal pautou suas ações pela tentativa de realocar Portugal à crise do Antigo Regime e impedir sua completa subordinação aos demais países metropolitanos, principalmente a Inglaterra. Nesse cenário, Portugal aposta todas suas fichas no Brasil. Esse “apertar” dos cintos, que incluiu como um de seus eixos uma pressão bem maior para a extração de mais impostos para os cofres da Metrópole, impulsionou um grau de insatisfação fora do comum entre os colonos. Uma das expressões mais claras desse aumento da pressão fiscal sobre a Colônia foi não somente a instituição do “quinto” (imposto que a metrópole cobrava sobre 20% de toda a produção aurífera), mas também a criação de novos mecanismos de controle fiscal – incluindo instrumentos de repressão – para garantir a extração dos impostos. Ao mesmo tempo, mesmo com esse nível mais “agudo” de insatisfação com a política metropolitana, que levou à elaboração de um plano inconfidente, as possibilidades dos colonos eram poucas, pois, essencialmente, necessitavam da estrutura produtiva que a metrópole implantou, e tinham pavor de uma mobilização mais intensa dos negros ameaçarem seu próprio poder. Ou seja, havia uma dependência estrutural da elite colonial em relação à metrópole tanto de um ponto de vista econômico como de um ponto de vista político-militar, de controle sobre os conflitos inerentes aos privilégios de uma casta parasita sobre enormes massas de população explorada e oprimida. Apesar de não haver nenhuma mudança estrutural – além da intensificação da crise –, o processo iniciado com Pombal abriu espaço para a entrada efetiva da “Ilustração Europeia”.

Cruzando o Atlântico, Minas Gerais, como província mais reluzente da colônia em função do auge da exploração do ouro, se encontrava no centro dos problemas e atenções de Portugal. As mudanças e os planos da Metrópole atingiam plenamente a vida na província, que os absorvia, rearticulava seu significado, constituindo-se como parte de um mesmo conjunto de interesses; algumas mudanças impostas pela metrópole também eram, de certa forma, benéficas às elites coloniais. Os governantes locais, as elites locais, absorviam essas

mudanças e as implementavam de uma forma que melhor servisse a seus interesses; assim, minimizavam boa parte de uma potencial oposição completa de interesses. Como alcançá-los será grande parte do motor da inconfidência e da rebeldia, um tanto inofensiva, de sua elite, que estava pressionada por todos os lados.

A atenção metropolitana ao estado de Minas, frente ao cenário exposto brevemente acima, se cristalizou na constituição de uma das mais perversas e violentas formas de controle social. Na base do sistema, os escravos. A maior liberdade de trânsito como característica da escravidão urbana fez de Minas a exceção; o controle sobre trabalho escravo respondeu às exigências de produtividade da Coroa.

Houve de fato a constituição, lenta e inicial, de uma camada, de um extrato, intermediário; composta por mineradores que não deram certo, mas não o suficiente para serem eliminados da arena, até migrantes que tiravam vantagem da falta de estrutura comercial, da rara oferta de serviços.

No topo, uma elite irresoluta, apesar de já começar a dar os primeiros passos em direção a uma feição “própria”. O ouro começava a escassear. Uma noção profunda da vida em Minas só é possível levando em conta todos seus agentes. Mas, para os limites deste trabalho, vamos dar atenção aos dois polos, aos escravos e à elite.

Com a mineração surgiram os primeiros quilombos diretamente ligados às cidades. Cidades de porte considerável, como Salvador e Recife, eram, antes de mais nada, portos que articulavam o escoamento da produção de açúcar. O centro do trabalho escravo permanecia nas fazendas. Ao longo do século XVIII e, principalmente do século XIX, essas cidades serão palco de importante resistência escrava, principalmente Salvador, com a Revolta dos Malês. Porém, mesmo nas primeiras décadas do século XIX, o trabalho escravo em Salvador é composto por escravos de encomenda, de serviço, entre outros, com uma economia baiana em declínio. Em Minas, a cidade era o centro produtivo, ou melhor, as cidades se desenvolveram,

desorganizadamente, ao redor das principais minas. Uma situação nova, tanto para os escravos quanto para as autoridades.

Quilombos não tardaram a surgir em Minas. Não houve nenhuma insurreição, ainda que frustrada, durante o período de mineração. Mas os quilombos próximos às cidades, a alta concentração de negros nas ruas e as diversas possibilidades de socialização inerentes às cidades em ebulição (entre as quais o contrabando de ouro e diamante) compunham o receituário do pavor das autoridades coloniais.

Houve quilombos enormes, como o de Campo Grande. Porém, em sua maioria eram pequenos, por vezes nômades e de composição de ex-escravos. Em grande medida eram destes que se articulava a maior parte das relações mercantis entre os quilombos e as cidades. Trocas que eram o temor das autoridades coloniais, uma vez que naturalmente fugiam às taxas legais. Donald Ramos, estudando Vila Rica, afirmou:

O maior problema para as autoridades eram as relações simbióticas desenvolvidas entre os quilombolas e os moradores da região. Os fugitivos claramente buscavam apoio entre habitantes de Vila Rica e outras vilas e, conforme a Câmara, essa ajuda era obtida não apenas de escravos e libertos, mas também de homens livres e brancos. Como parte de sua campanha para destruir os quilombos, em 1735 a Câmara de Vila Rica acusou que os vendeiros ‘de noite recolhem os negros calhambolas para venda de todo o necessário’. Os fugitivos estavam acostumados a trocar produtos que eles próprios produziam por pólvora e chumbo, tipo de transação denunciada pela Câmara desde pelo menos 1714.<sup>5</sup>

Assim como em determinados momentos da história de Palmares, Coroa e Colônia divergiam acerca das medidas repressivas. O Conde de Assumar, por exemplo, chegou a propor o corte do tendão de Aquiles dos escravos fugidos, medida não aceita pela Coroa. A Coroa não tinha

---

<sup>5</sup> Donald Ramos. O Quilombo e o Sistema Escravista em Minas Gerais do Século XVII, In: *Liberdade Por um Fio*. Orgs Flavio Gomes e João José Reis. Companhia das Letras, 1ª edição, 1996.

uma posição definida acerca do que deveria constituir represália aos escravos, buscava conter o que considerava excessos – e não raro fracassava sob a pressão das autoridades coloniais.

Segundo Carlos Magno Guimarães, a atividade econômica dos quilombos variava bastante: os que se encontravam próximos às áreas de mineração se dedicavam à extração clandestina, e “*com o produto dessa atividade obtinham de contrabandistas o que necessitavam, como pólvora, armas e alimento*”; porém “*nas áreas onde não havia ocorrência mineral, como no sertão da capitania, os quilombos tiveram de se dedicar a outras atividades, como a agricultura e a caça.*”<sup>6</sup>

Não é possível, nos limites deste documento, descrever a história dos quilombos em Minas ao longo do século XVIII – o chamado Campo Grande, o Ambrósio e centenas de outros (Guimarães chega ao cálculo de 127 quilombos<sup>7</sup>). De 1746 datam os primeiros registros coloniais dando conta da existência de quilombos na região. Não se sabe exatamente quando se aglomeraram pela primeira vez, mas Campo Grande se constituiu em um dos principais problemas da capitania; “*O grandioso e conhecido quilombo de Ambrósio, por exemplo, localizava-se próximo a essa região*”.<sup>8</sup> O Quilombo de Campo Grande foi destruído em 1759, antes da Inconfidência, mas não saiu da memória dos governantes.

### **Entre a resistência negra e escrava e os ditames metropolitanos**

Para Novais, a crítica iluminista adquire uma conotação específica, de acordo com o local em que se expressa; na metrópole tenderia a ter um caráter reformista (não necessariamente contrarrevolucionário)

---

<sup>6</sup> Carlos Magno Guimarães. *Mineração, Quilombos e Palmares - Minas Gerais no Século XVIII*, In: *Liberdade por um Fio*. op. cit.

<sup>7</sup> “Os mocambos eram tantos que alguns foram descobertos casualmente por expedições que tinham o objetivo principal de procurar novas áreas auríferas no interior da capitania. Muitos dos sítios encontrados já estavam abandonados pelos quilombolas – Flavio Gomes, *A Hidra e os Pântanos*. Unesp, 1ª edição, 2005.

<sup>8</sup> Idem, op. cit.

e, na colônia, revolucionário<sup>9</sup>. Deriva daí, para Novais, que a crise do Antigo Regime, expressa na crise do sistema colonial, adquiriu contornos decisivos de desencontro de interesses entre Portugal e o Brasil e, o que mais nos interessa, as bases que possibilitariam atitudes independentes da colônia. Para Caio Prado, o fim do século XVIII e o começo do século XIX foi um momento decisivo da história brasileira, que lhe configura o “sentido da colonização”; Novais aprofunda essa visão (com diferenças importantes em relação a Caio Prado) ao estudar a relação e as distintas respostas à crise do Antigo Regime, no Brasil e em Portugal. Sem dúvida, a crise do sistema colonial no final do século XVIII foi parte constituinte e iniciou o processo que desemboca na independência da colônia. Entretanto, não a consideramos um marco por si só, nem sua relevância está articulada a um momento de possibilidade de definição nacional. Uma abordagem nesses termos acaba por fortalecer as possibilidades “abertas” à elite colonial de dirigir o país em termos relativamente próprios.

Como expressão da crise do Antigo Regime, a Inconfidência traz consigo as primeiras manifestações explícitas do iluminismo no Brasil. O iluminismo é teoria e ideologia da burguesia enquanto classe que almeja ser dominante. Busca reformar várias noções e ideias do sistema feudal, revolucionar outras, e deixa-las de acordo com seus interesses. É uma simplificação afirmar que as ideias iluministas são reformistas na metrópole e revolucionárias nas colônias. Alguns ideais iluministas serviram como caldo revolucionário em vários países metropolitanos, em momentos distintos. Nas colônias, não necessariamente adquiriram caráter revolucionário; isso dependia dos agentes que mobilizavam noções iluministas e com quais objetivos. No caso específico da Inconfidência, aspectos teóricos e políticos do arsenal iluminista, nas mãos dos inconfidentes, não possuíam caráter revolucionário algum. Presos pela necessidade da escravidão, pela estrutura fundiária, com pavor de mobilização de

---

<sup>9</sup> Novais. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), op. cit.

negros livres e escravizados, os inconfindentes pouco fizeram com a enorme quantidade de livros do arsenal iluminista presentes em suas bibliotecas.

A inconfidência é a marca “nacional” da crise do Antigo Regime (Novais) ao mesmo tempo em que é um dos alicerces desse novo momento da história nacional (Caio Prado). Uma expressão típica de transição na perspectiva de ambos<sup>10</sup>; política, econômica e ideologicamente.

Como econômica e politicamente pouco se alterou no fim do século XVIII, Novais dá especial atenção para as transformações ideológicas: *“A tomada de consciência desse processo estrutural [a ruína iminente do Antigo Regime] manifestava-se concomitantemente na filosofia crítica da Ilustração, que na medida em que se formula e se desenvolve, passa a se constituir em aporte integrante e atuante do próprio processo de mudança”*<sup>11</sup>.

Portugal, como vimos, está empenhado na manutenção das colônias, o que significa a defesa do Absolutismo na metrópole. Nesta, o horizonte da crítica intelectual e ideológica às amarras do Antigo Regime não pode ser nada mais do que estreito. Mesmo assim, as obras que chegam à colônia – e não são poucas –, impulsionam a racionalização da insatisfação dos agentes de controle colonial em relação à política Metropolitana.

Para o historiador, este é quicá o primeiro momento no qual a situação nacional começa a se desenvolver em conflito com a metrópole, e no qual surge a oportunidade de uma expressão ideológica com maiores contornos radicais, o que neste caso adquiriria um conteúdo de contraposição a Portugal. Seria, portanto, o início de uma “consciência nacional”. Segundo Novais, o Iluminismo terá

---

<sup>10</sup> Caio Prado Júnior por inferência lógica, Novais por posição explícita.

<sup>11</sup> Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, op. cit.



contornos revolucionários no Brasil, contribuindo para que a formação nacional se inicie sob a seta radical das ideias. A Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana teriam sido dois exemplos dessa postura radical (radical, neste contexto, adquire o conteúdo de nacional).

(...) “Surpreendentemente grande o número de livros sobre os Estados Unidos”, nota o historiador americano; mas não é de surpreender, quando se pensa no impacto que a independência americana por certo causou na mente desses colonos, para quem era “das menores desgraças, o viver nas colônias”. Ruptura revolucionária do pacto colonial, a independência norte-americana não podia deixar de imprimir ampla repercussão nas colônias que continuavam presas ao sistema; nova forma política de república eletiva, envolvia funda ruptura com o absolutismo, e por isso repercutiu também densamente na Europa. Sistema colonial e Antigo Regime formavam um todo indissolúvel.”<sup>12</sup>

É assim que, para Novais, a colônia no final do século XVIII já não podia mais dialogar com a metrópole. Corretamente, Novais enxerga que a manutenção do *exclusivismo* (o privilégio da prioridade de Portugal sobre o direito de compra e venda de mercadorias provenientes do Brasil) era essencial à metrópole. Entretanto, ainda que o exclusivismo metropolitano tenha sido, de fato, um pilar da crítica da colônia e razão de profundo descontentamento, não foi suficiente para que as elites brasileiras radicalizassem suas posições e encontrassem o gérmen de uma posição radicalmente anti-metropolitana, ou seja, nacional. A própria crítica ao exclusivismo se revestia de muita retórica e pouca alternativa de fato. Serviu, não como o impulso de radicalidade no enfrentamento entre colônia e metrópole, mas como ferramenta de negociação de condições mais favoráveis à elite nativa dentro dos marcos da manutenção da espoliação colonial. Nos parece que Novais entende como intransigentes os desejos dos inconfidentes de praticar o livre comércio e instaurar manufaturas. Portugal representa,

---

<sup>12</sup> Novais, Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), op. cit

dessa forma, para o historiador, o antigo, o exclusivismo, a lógica extrativista, do quinto; os inconfidentes, a perspectiva revolucionária que estava ao alcance de sua época: livre comércio e manufaturas. *“Para os inconfidentes, era nítida a aspiração pelo comércio livre e o estabelecimento de manufaturas nas colônias”*<sup>13</sup>.

Entretanto, os obstáculos às aspirações dos inconfidentes eram claros e intransponíveis: a defesa do escravismo (que implica em concentração de terras) e o medo de negros e negras, livres e escravos, que naquele momento se cristalizava no terror a uma revolta negra no Brasil. Como instaurar manufaturas, de forma generalizada, com força de trabalho escrava é uma questão não respondida por Novais, e o fim da escravidão não passava perto do programa inconfidente. Encontravam-se em uma situação complicada; descontentes com o fortalecimento do peso da metrópole sobre a colônia (descontentamento que chegou ao ponto de se elaborar, de fato, um plano inconfidente), amarrados economicamente (cada vez mais recorrendo ao contrabando); com o calor da revolução haitiana sob suas costas, como um sinal de alerta veemente para o excesso de radicalismo. Não menos importante, com pleno conhecimento do perigo interno, ou seja, da resistência negra e escrava — Palmares não fora esquecido e Campo Grande havia sido destruído somente algumas décadas antes, a repressão aos quilombos era fonte de atenção concentrada das autoridades, e qualquer um que esticasse o pescoço veria alguma forma de resistência negra, sejam escravos negligenciando trabalho, quilombolas se valendo do relativo anonimato urbano, olhares comunicativos entre si, sons, cantos, entre inúmeros outros — Minas Gerais transpirava trabalho escravo e sua elite branca sabia e temia; não por menos.

Ao mesmo tempo, o estabelecimento de relações comerciais (ilegais) que ultrapassavam os limites do exclusivismo metropolitano não eram um impeditivo absoluto à manutenção da colônia. Estas

---

<sup>13</sup> Idem, op. cit.

relações eram consideráveis e fundamentais porque forçavam uma maior dinamização econômica e relativa autonomização regional (Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro). Suas contradições permanecerão presentes durante todo o século XIX – quando as elites regionais se lançam a projetos mais ambiciosos – até os anos 30 do século XX<sup>14</sup>; não são suficientes, entretanto, para constituírem um eixo comum de crítica a Portugal.

Para nós, os laços que unem Portugal à Colônia são profundos e inclusive asseguram a esta estabilidade interna – uma preocupação presente em todo e qualquer “programa” da elite descontente. Segundo Novais, o fato da Inconfidência Mineira – e da Conjuração Baiana – ter sido traída e, portanto, não ter acontecido, é irrelevante frente à seu intuito supostamente radical. Essa abordagem não explica muita coisa. O que nos interessa saber não é a traição de Joaquim Silvério dos Reis e a suposta frustração de um embate real. O cerne da questão se encontra na relação entre os limites econômicos, sociais e políticos da elite mineira, sua dependência de Portugal (para seguir acumulando), a recepção das ideias iluministas e o impacto da crise final do feudalismo, as intenções dos inconfidentes e a própria repressão metropolitana. Visto desta forma, o aspecto “radical” da Inconfidência dilui-se bastante.

A denúncia do complô e as repressões iniciais somente serviram para fortalecer os aspectos conservadores de uma elite já irresoluta e incapacitada para liderar qualquer embate frontal contra a colônia. Ilustrativos são os planos em relação à defesa do país que seria recém-emancipado: não havia sequer uma estratégia definida de constituição de exército ou milícia. Somente os “dragões de Minas” (força militar regional da época) não seriam suficientes e entregar armas para os escravos estava fora de cogitação. Na falta de um exército permanente e de aliados concretos, qualquer plano inconfidente sério exigiria, pelo

---

<sup>14</sup> Na realidade permanecem até hoje, mas a consolidação da unidade nacional se obtém, até segunda ordem, na década de 30.

menos, a formação de um exército de alto contingente negro para defender-se das tropas que certamente os cercariam.

A Inconfidência, apesar de dotada de singularidades, em grande medida expressou uma característica que consideramos decisiva, tanto teórica quanto politicamente. A elite nativa do Brasil colonial – que posteriormente vai dar lugar à burguesia brasileira – nasce espremida entre a resistência negra contra a escravidão e a pressão da espoliação de Portugal e da Inglaterra. Os primeiros confrontos da luta de classes no Brasil foram dos negros escravos em rebeldia contra sua condição, como o grande exemplo de Zumbi dos Palmares. O medo das elites da colônia e do império em relação aos negros, em contínuo estado latente e por vezes aberto de rebelião, fez com que estas fugissem – como o diabo da cruz – da possibilidade de armar as massas para uma genuína luta de independência nacional, restando saídas sempre conciliadoras com os impérios. O próprio processo de independência do Brasil se mostra como um importante exemplo disso, já que foi substancialmente mais subjugado que seus análogos na América Latina. Distintas revoltas separatistas do período imperial no Brasil do século XIX começaram com as elites dominantes regionais ameaçando mobilizar – e algumas vezes de fato mobilizando – as massas populares para se contraporem ao poder central; e terminaram com essas mesmas elites regionais pactuando com o centro político para conter a rebelião das massas populares e negras que ameaçavam sair do controle. Sob a pressão imperialista e o medo da revolta escrava e negra, se formava uma semicolônia, estruturalmente incapaz de encarar de forma minimamente séria qualquer uma das demandas democráticas estruturais ou formais mais sentidas do país.

## **A questão negra na formação do proletariado no Rio de Janeiro**

Em seu anacronismo, a escravidão não se mostrava como um sistema puro. Havia uma série de contradições que, com o avançar dos anos, foram se acrescentando a esse sistema, criando uma estrutura bastante complexa de classes e de relações entre as mesmas. Isto ocorria em todo o país mas, sobretudo, na capital do Império, que era de longe a maior cidade do Brasil e abrigava a maior quantidade de escravos e negros em todo o país (segundo alguns autores, a maior cidade negra do mundo no século XIX, maior que Salvador ou Nova Orleans). Esta complexa rede de relações produziu importantes elementos subjetivos, como as experiências de sindicatos e associações operárias que tinham uma orientação abolicionista ativa, organizando fugas, compra de alforrias e até tentativa de controle operário, no caso dos gráficos. Essas marcas perduraram nos anos posteriores à abolição, sendo chave para recuperarmos a história dos negros e da classe operária brasileira.

### **Composição populacional e de classe na capital imperial**

O Rio de Janeiro como capital do Império era a porta de entrada principal dos escravos em todo o país no século XIX. Entre 1790 e

1830, estima-se que entraram só pelo cais do Valongo 700 mil negros sequestrados da África. Na década de 1840 entraram, em todo o país, 60 mil escravos por ano, a maioria pela via da capital.

Muitos escravos que eram introduzidos no país não paravam na capital. Eram levados às zonas cafeeiras. A proibição da importação de escravos em 1850 é um dos motivos fundamentais para diminuição da proporção de escravos na cidade após este período, tendo o Rio servido como uma das principais fontes do super-lucrativo tráfico interno de escravos. Se o tráfico de escravos sempre foi lucrativo, com a proibição do tráfico internacional o preço dos escravos existentes aumentou muitíssimo. Com o preço dos escravos nas alturas, a elite escravocrata começou a alugar seus escravos por dia, por atividade, ou de outro modo. Manolo Florentino argumenta que o preço do aluguel de um escravo era superior ao de uma casa e que o retorno era mais garantido, além de maior proporcionalmente, ao capital investido previamente<sup>1</sup>. Antes de entrar nessas complexas relações que foram se tecendo na capital, com maior ênfase no período pós-1850, vale ver como três coisas ocorreram simultaneamente na capital durante o século XIX: o decréscimo do número de escravos, o aumento do número de estrangeiros (sobretudo portugueses e, dentre estes, os açorianos, sob o sistema de “engajamento”), e o aumento populacional da cidade.

---

<sup>1</sup> Revista USP, número 58, pg 105.

*A questão negra na formação do proletariado no Rio de Janeiro*

	1821	1849	1872	1890	1906
<b>Rio</b>	112.695	266.466	274.972	522.651	811.443
<b>escravos</b>	55.090	110.602	48.939	0	0
<b>livres</b>	57.605	155.864	226.033	522.651	811.443
<b>estrangeiros</b>	7.000			156.795	?
<b>portugueses</b>	5.000	26.600	54.994	109.757	133.393
<b>negros</b>	?	115.939	?	?	?
<b>não-negros</b>	?		?	?	?
<b>Brasil</b>	4.717.000	8.000.000	9.930.478	14.333.915	
<b>escravos</b>					
<b>livres</b>					
<b>estrangeiros</b>					
<b>portugueses</b>					
<b>negros</b>			6.143.189	8.031.717	
<b>não-negros</b>			3.787.289	6.302.198	

Fontes diversas: IBGE, Marcelo Badaró Mattos, Florentino e outras.\*

Esta composição de classes e a instituição do aluguel de escravos criou uma série de relações complexas entre os distintos tipos de escravos e livres na capital, bem como marcou o incremento proporcional da expressiva camada de escravos com especialização produtiva em funções operárias e artísticas. Para sustentar a elite da capital e manter funcionando uma cidade com população crescente, o trabalho escravo precisava começar a ter outra cara, incluindo “brechas assalariadas” à escravidão.

Badaró Mattos argumenta que

a mais conhecida entre as especificidades do emprego urbano do trabalho escravo era a existência de escravizados – treinados em ofícios especializados ou não – que eram oferecidos por seus senhores por aluguel, bem como de outros que buscavam serviços ocasionais pelas ruas da cidade em troca de uma remuneração monetária, cabendo ao

---

\* Nota da tabela: o número de negros em 1849 só inclui escravos e “pretos”. Não há dado para “pardos”.

escravizado repassar diária ou semanalmente uma quantia estipulada por seu senhor. Estes últimos eram os escravos de ganho.<sup>2</sup>

Ou seja, os escravos eram como meeiros de si mesmos para seus senhores – pagavam uma “renda da terra” de si mesmos. Isto, longe de tornar a escravidão brasileira do segundo reinado algo mais “cordial” e “maleável”, era mais uma expressão híbrida, mas não menos brutal, de um sistema arcaico e desumano. Os escravos que não alcançavam o estipulado pelo senhor podiam ser castigados do mesmo modo que um “fujão”.

Havia uma “brecha assalariada” que permitia várias vezes ao escravo economizar e comprar sua própria alforria (que não era definitiva, como mostra Manolo Florentino, pois muitas alforrias tinham cláusulas para sua reversão em caso de portar-se mal ou não abandonar a cidade – para não “humilhar” o ex-dono<sup>3</sup>). Este sistema não era uma “humanização” da escravidão, mas sim uma nova forma híbrida dos proprietários extraírem o máximo de seus escravos só que em outro contexto de proibição do tráfico internacional de escravos, tráfico interno, e crescentes necessidades urbanas na capital.

Estas necessidades também impulsionaram a especialização de uma camada mais ampla de escravos em distintos tipos de ofícios operários e artísticos (ofícios pequeno-burgueses de artesãos, por exemplo). Segundo o censo de 1872, haviam 5.785 escravos jornaleiros alugados por dia (11,82% dos escravos), 527 marítimos (1,07%), 2.135 “industriais” (4,36%), 1.384 costureiras (2,83%), 497 “artistas” (1,02%) e um sem número de “sem especialização” neste senso que incluía uma grande quantidade de “ganhadores” (o sistema que comparamos acima à meação rural)<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Marcelo Badaró Mattos. *Escravidados e Livres*. Box Texto, Rio de Janeiro, 2008.

<sup>3</sup> Idem, op. cit.

<sup>4</sup> Idem, op. cit.



Badaró Mattos argumenta que o preço do aluguel de escravos determinava o preço de todos os trabalhadores na capital e que era o fator determinante do emprego urbano (que não podia ser considerado um mercado de trabalho, pois não havia só proletários livres). E enquanto subsistiam braços escravos que dessem conta da demanda, o trabalho proletário assalariado propriamente dito não prevalecia na cidade. Diversas outras formas não proletárias de trabalho foram se combinando à escravidão de “jornaleiros” e “ganhadores”. Por exemplo, na década de 1850 a 1860 houve um grande fluxo de açorianos e outros imigrantes trazidos no sistema de “engajamento”, no qual pisavam no Brasil com dívidas que demoravam cerca de três anos para quitar. Havia também os “africanos livres da nação” que eram escravos do Estado (quilombolas capturados, africanos “libertos” do tráfico internacional ilegal e outros). Os “africanos livres” ou “escravos da nação” eram escravizados por até duas décadas e eram utilizados pelo Estado em suas fábricas (“arsenal de guerra” e “arsenal da marinha” – as maiores concentrações fabris do império, cada uma delas com mais de 800 operários – ou ainda eram alugados pelo Estado). Estima-se que até 1860 o número de “africanos livres” não era menor que 11 mil. O Estado brasileiro não foi somente garantidor da escravidão; foi, talvez, o maior proprietário de escravos!

### **Os negros no nascimento da indústria e do proletariado urbano**

Tendo em vista que a economia urbana tinha um peso extremamente minoritário dentro do conjunto da economia nacional entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, motivo pelo qual é impossível uma análise global da transição entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado sem abarcar como esse processo se efetiva nas fazendas de café, a seguir desenvolvemos alguns apontamentos sobre como essa transição se deu especificamente no meio urbano, como fundamentos para analisar as origens do movimento operário brasileiro.

Em meio ao boom urbano do Rio de Janeiro observado na Tabela 1, houve também uma crescente (mesmo que incipiente) industrialização da capital. Os escravos e negros libertos eram parte fundamental desta estrutura produtiva. Em 1857 havia, segundo Eulália Lobo (citada em Badaró Mattos), 1.117 estabelecimentos “fabris” na capital. Entre estes, ela pôde pesquisar 50 e estabelecer que eles tinham uma média de 25 operários cada. A proporção, ao menos nos estabelecimentos por ela pesquisados, de escravos e livres era de aproximadamente 60% livre e 40% escravo, sendo 90% dos livres estrangeiros<sup>5</sup>. Se esta média fosse observada na cidade teríamos 19.000 “operários”.

Em 1881, segundo a mesma autora, já havia ramos que tinham concluído a transição de manufatura à indústria, com destaque para tecidos, seguidos de chapéus, calçados, móveis e metalurgia. Na década de 1880 havia na capital 726 empresas “fabris”, sendo 216 pequenas (até 5 operários), 306 médias (de 6 a 40 operários) e 204 grandes (mais de 40 operários). Somente os três maiores estabelecimentos, o estaleiro Mauá (privado) e os arsenais de Guerra e da Marinha (estatais), empregavam juntos 2.400 operários (livres ou não)<sup>6</sup>. Outro estudo, conduzido com dados de 1882 para 80 fábricas, chega a uma média de 42 operários<sup>7</sup>. Se estendêssemos esta média de 42 operários aos 726 estabelecimentos “fabris”, teríamos um “operariado” (livre ou não) de 30.492 pessoas. Este número parece convincente ou mesmo conservador uma vez que, em 1906, após um expressivo aumento da industrialização, mas que dificilmente foi multiplicado por 4 em 16 anos, o censo encontrou 115.779 operários.

---

<sup>5</sup> Idem, op. cit.

<sup>6</sup> Idem, op. cit.

<sup>7</sup> Idem, op. cit.

### **Fábricas com escravos e livres como um dos fatores para relações progressistas entre proletariado e escravos**

No Rio de Janeiro, prevalecia uma complexa trama hierarquizada de relações entre operários estrangeiros livres, operários estrangeiros “engajados”, negros proletários livres e negros escravos nestas estruturas de trabalho.<sup>8</sup> Há numerosos exemplos de como os escravos, sobretudo os “escravos da nação” (treinados pelo Estado) ocupavam as posições mais especializadas nesta estrutura produtiva ainda fortemente dependente de artesãos. Sua substituição pelos trabalhadores livres imigrantes não foi absoluta e os dados de aumento da concentração operária e transição da manufatura à indústria são os que realmente ilustram a “estrangeirização” e embranquecimento do proletariado. Não houve substituição da força de trabalho, houve substituição do próprio processo produtivo e, concomitante, emprego de força de trabalho branca e imigrante, mas não de forma absoluta, (nem perto disso).

A “forçação” de barra na historiografia que tende a absolutizar este embranquecimento coloca os negros como tendo uma localização exclusivamente de fora do processo produtivo mais dinâmico. É verdade que, rapidamente, os negros foram relegados aos piores trabalhos e serviram de reserva de força de trabalho. Mesmo com a especialização de escravos artesãos, sempre predominou o trabalho mais arriscado e degradante aos negros. Um dos principais “empregos” de escravos “ganhadores” era o de “tigre”, ou seja, o de recolhedor de fezes e urina. Mas, ainda assim, não era um número irrelevante de negros livres proletários que ocupavam empregos “fabris”. Apesar de não haverem dados para qual era a população negra do Rio de Janeiro em 1890, se

---

<sup>8</sup> A análise do mesmo processo na cidade de São Paulo exige um estudo particular, já que a composição racial dessa cidade se desenvolveu de forma distinta do Rio de Janeiro, com uma maior proporção de imigrantes europeus em relação aos negros em sua formação.

supormos que ela era equivalente aos 57% do país segundo a Tabela 1, teríamos um número bastante expressivo de proletários negros fabris, mesmo que os negros predominassem nos empregos domésticos ou a do sistema de “ganhador”, continuasse só que agora como trabalhador livre “informal”<sup>9</sup>.

Esta ideia do embranquecimento súbito e absoluto dos processos produtivos no Brasil apaga não só este proletariado negro como as experiências comuns dos trabalhadores negros e brancos com os escravos negros em seus locais de trabalho e as experiências progressistas – senão tendentes a revolucionárias – que se estabeleceram justamente em ramos industriais onde havia maior concentração de trabalhadores (livres ou não).

### **Continuidade e descontinuidade – as experiências abolicionistas do proletariado da década de 1880**

A primeira greve da história brasileira foi uma greve de operários escravos do estaleiro Mauá, em 1857 (a terceira maior concentração operária do rio no século XIX). Uma das categorias que estabeleceu uma prática progressista neste período foram os trabalhadores do Arsenal da Marinha, que coletavam dinheiro dos associados para comprar alforrias (e esta fábrica, como argumentamos acima, era a segunda maior concentração operária do Rio).

Segundo jornal da época, o sindicato dos gráficos no Rio de Janeiro

reuniu-se e publicou um manifesto aderindo à Sociedade Cearense Libertadora, resolvendo negar absolutamente os seus serviços aos jornais que se declararam adversos ao movimento abolicionista da província e do país, fazendo publicações de qualquer gênero neste sentido<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Sidney Chalhoub em *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, p. 51, escreveu que 48% dos não brancos economicamente ativos estavam nos serviços domésticos, 17% na indústria e 16% não tinham profissão declarada ou estavam em atividades extrativas.

<sup>10</sup> Citado em Marcelo Badaró Mattos. *Escravidados e Livres: experiências comuns na*

Esta mesma categoria, que tentou organizar este controle operário da produção, teve importante história e contribuição na luta pela abolição. Na segunda greve da história do país, em 1858, os gráficos publicavam artigos em seu jornal defendendo a abolição em meio à sua greve. Em todo o período dos anos 1880, assim como os trabalhadores do Arsenal da Marinha, este sindicato juntava dinheiro de seus associados para comprar alforrias.

Os panificadores cumpriram um papel de vanguarda neste processo, com seu dirigente João de Mattos, que havia organizado fugas em Santos, montado um quilombo em Barra do Pirai (próximo a Volta Redonda), e depois no Rio de Janeiro, onde organizou várias greves de operários brancos e negros panificadores bem como estas fugas e falsificações<sup>11</sup>. Esta era uma categoria que, para as médias da época, apresentava uma concentração superior à normal (não chegava a 50 o número de padarias na capital e a maioria delas contava com mais de 20 panificadores – livres ou não, negros ou não). Este grande dirigente operário abolicionista ajudou a montar um sindicato sob a proteção de um clube de dança (para assim subversivamente esconder-se dos escravocratas e do Império). João de Mattos é um nome que precisa ser lembrado e tomado como exemplo para erguer uma nova história de luta contra as continuidades da escravidão no trabalho precário e violência policial.

Não só a classe trabalhadora e os negros tinham diversas táticas de luta pela abolição, sem esperar passivamente que a monarquia e os escravocratas “concedessem” a liberdade aos escravos. Setores pequeno-burgueses organizados em torno da Escola Politécnica – atual prédio do IFCS/UFRJ – organizavam espécies de arrastões, “persuadindo” os donos de escravos a libertarem todos os negros, e assim arrancar a abolição dos escravocratas “ruas livres” no Rio. Estes arrastões

---

*formação da classe trabalhadora carioca*, Bom Texto, Rio de Janeiro, 2006.

<sup>11</sup> Ver diversas referências no livro supracitado de Marcelo Badaró Mattos.

reuniam-se periodicamente e iam livrando rua a rua do centro do Rio de Janeiro, começando pelo Largo São Francisco onde fica o atual Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, seguindo em outro dia em libertar toda a Rua do Ouvidor, do Teatro, Uruguaiana etc.

As pequenas, mas muito impactantes, experiências que alguns setores do proletariado carioca tiveram na década de 1880 nos servem de exemplo para pensar como que, mesmo sem tradição marxista, setores do proletariado chegavam, na prática e não na política ou teoria, à noção de hegemonia operária, de sindicatos como tribunais do povo, e de unidade das fileiras proletárias (neste caso, dos oprimidos e não só dos proletários). Essa prática se contrasta com a tradição legada pelo anarco-sindicalismo, pelo PCB e pelo PT (continuada pela esquerda atual), em que prima o corporativismo economicista na atuação sindical, separando as lutas pelas demandas particulares de cada categoria dos interesses gerais da população mais explorada e oprimida, dentre as quais se destaca a questão negra. Ou seja, houveram tradições nativas no Brasil que permitem pensar que não estava nada dado que a questão negra sumisse como questão importante do proletariado no pós-abolição, por ter cumprido papel tão relevante antes.

Enfatiza ainda mais este estranhamento, a respeito do qual precisamos pesquisar as causas e tirar lições, o fato de que o samba foi se desenvolvendo no século XIX e XX sob auspício de sindicatos operários. Até hoje, algumas escolas, como a Império Serrano (uma escola que é da resistência dos portuários em sua origem), tem presidentes de sindicatos do início do século como patronos.

Podemos buscar causas geográficas para explicar isto com a rápida urbanização e industrialização de São Paulo, que não contava naquele período com expressiva população negra, e sim com tradições políticas do proletariado imigrante com o crescente predomínio de tendências

anarco-sindicalistas. Assim como também podemos verificar, com a reforma Pereira Passos – comparável à Haussman de Paris pós-Comuna –, um relativo processo de embranquecimento no Rio, não só do proletariado como da própria cidade. Mesmo as tradições que emergiram do próprio proletariado carioca nascente tenderam a negar os aspectos de raça já poucos anos após a abolição. Badaró Mattos, apoiado em pesquisadores dos sindicatos do período e jornais operários das duas primeiras décadas de 1900, mostra como há um esforço dos sindicatos, mesmo naqueles em que predominavam negros, em afirmar-se como classe em detrimento de afirmar-se duplamente como classe e raça, pois afirmar-se como raça era visto como continuar sendo tratado de forma inferior e tratava-se de ser tratado como “livre” e “igual”<sup>12</sup>. Porém, o mesmo autor mostra como a contribuição do sindicato dos panificadores do Rio de Janeiro ao I Congresso da COB em 1906 relatou o muito que fizeram previamente pela abolição.

Os ires e vires deste processo da constituição da classe operária brasileira, a questão negra e suas inter-relações (não-harmônicas), precisam ser estudados para melhor localizar como a inflexão da abolição e da república na história nacional não só alteraram as relações políticas e as correlações de força entre as classes, mas mesmo as tradições subjetivas no proletariado brasileiro, para assim melhor tirar lições dos exemplos e das lutas políticas, e com isso dar passos para pensar as possibilidades de hegemonia proletária em cada período histórico, nos armando para o presente e futuro.

---

<sup>12</sup> Badaró Mattos. *Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*, op. cit.





## **O racismo como pilar estruturante da formação do Brasil**

O Brasil tem a maior população negra fora da África. Segundo os dados oficiais do governo — subestimados pelo racismo existente — metade da população brasileira é negra, sendo que em alguns estados do norte e do nordeste esse percentual chega próximo de 80%. Apesar da enorme quantidade de dados estatísticos que demonstram como a população negra tem uma condição inferior à população branca nos mais distintos indicadores — taxa de analfabetismo, formação educacional, nível de renda, condições de moradia, taxa de mortalidade etc. —, não é necessário recorrer a esses dados para demonstrar a existência de um racismo monstruoso no Brasil. Salta aos olhos que os negros são a maioria esmagadora dos que vivem nas favelas, sofrem com as enchentes, são vítimas da violência policial, ocupam os trabalhos mais pesados e mais precários etc.

O racismo é a relação de opressão histórica que constrói e reproduz essa condição subjugada dos negros na sociedade. Ou seja, é não somente a condição desigual em si, mas também os mecanismos de reprodução histórica das relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas que constituem e sustentam tal desigualdade.

O racismo que considera o negro inferior por argumentos genéticos foi a base ideológica das relações de produção predominantes durante a escravidão. Essa ideologia diz que os imigrantes europeus foram necessários porque os negros eram “indolentes e preguiçosos”. É o mesmo que diziam dos índios no início da colonização. Mas, assim como no caso dos índios, a suposta “indolência e preguiça” dos negros do ponto de vista dos brancos capitalistas eram, na verdade, a rebeldia e a revolta permanente que os negros protagonizaram frente às condições de opressão e exploração que sofriam, que adquiria um conteúdo ameaçador na medida em que compunham a maioria esmagadora da população. Combinado com as necessidades técnicas da indústria, esse foi o motivo principal da política de importação do imigrante europeu como força de trabalho por parte da burguesia nascente, utilizado especialmente nos polos mais dinâmicos da economia - ainda que tais polos não pudessem se desenvolver sem contar também com a presença da força de trabalho negra. A importação do imigrante branco europeu, diferentemente de estar em função de uma suposta incapacidade do negro de se adaptar ao trabalho assalariado (que em grande parte já fazia), esteve a serviço de impedir que a rebelião negra que vinha atravessando a colônia e o império fosse um entrave para a economia capitalista em desenvolvimento e a estabilidade política nacional, assim como de criar uma camada de setores médios de cor branca que reproduzisse o racismo da elite dominante, introduzindo uma profunda divisão nas massas exploradas e oprimidas do país. Ou seja, a importação do imigrante europeu por parte da burguesia respondia a uma combinação de necessidades econômicas e políticas. Por um lado, a burguesia buscava criar uma divisão adicional nas fileiras operárias, colocando a maioria dos imigrantes brancos nos polos mais dinâmicos da economia e a maioria dos negros nos trabalhos mais precários. Por outro lado, fazendo com que os negros integrassem a maior parte do exército de

reserva de desempregados e a maior parte dos empregos mais precários, o racismo transformou-se em um instrumento nas mãos dos capitalistas para rebaixar o custo da força de trabalho geral do país.

### **O racismo velado da “democracia racial”**

Com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o racismo de tipo genético foi substituído por outro tipo de racismo, que se baseou numa ideologia que nega a existência do próprio racismo: a chamada “democracia racial”, que até hoje predomina nas classes dominantes brasileiras e seus agentes das classes médias e subalternas. A “democracia racial” enxerga a desigualdade social separada das condições histórico-estruturais que compuseram suas bases e que garantem sua reprodução, encarando a miscigenação e o distanciamento em relação à condição escrava como um gradualismo que tende a colocar a população negra em situação de igualdade à população branca juntamente com o crescimento econômico capitalista e o desenvolvimento da democracia burguesa. A compreensão marxista do racismo, ao contrário, parte de que este foi originado pela espoliação imperialista do continente africano, que escravizou os povos que ali viviam, assassinou-os em massa, sequestrou-os, deportou-os para outros continentes amontoados em navios, onde morreram aos milhares por doenças, e posteriormente, explorou sua mão de obra escrava ou barata para colocar de pé o capitalismo em várias partes do mundo, dando lugar a sistemas de opressão que se constituem como componentes histórico-estruturais das relações sociais e econômicas que formaram o capitalismo de vários países, como é o caso do Brasil.

A ideologia da “democracia racial” só pôde se constituir a partir da operação ideológica de dimensão histórica que apaga toda a heroica trajetória de resistência e luta do povo negro contra a escravidão e posteriormente contra sua condição subjugada no capitalismo semicolonial. Se a história das revoltas e dos levantes negros contra a opressão

e a exploração não fosse apagada pela historiografia dominante, seria impossível ter-se construído a ideologia de um povo “pacato e pacífico” que a burguesia e seus sequazes fazem questão de cultivar. Seria impossível construir o discurso das relações de “influência mútua” entre a Casa Grande e a Senzala, entre o negro escravizado e o branco explorador. Não se poderia vender por tantas décadas o mito mentiroso de que os negros foram “libertados” pela Princesa Isabel.

A exploração necessária à acumulação de capital no Brasil, espremida entre a opressão imperialista, a preservação do latifúndio e a luta negra, não poderia desenvolver as forças produtivas no país sem um maior grau de “integração” racial, sob pena de ter que enfrentar uma revolução negra como a ocorrida no Haiti. A “democracia racial” busca se justificar no fato de que o racismo nos EUA, diferentemente do Brasil, era institucionalizado, constituindo um sistema de segregação racial (Jim Crow) normatizado pela Constituição.

Entretanto, apesar de, no Brasil, a institucionalização do racismo se dar através de uma ideologia que nega sua existência, enquanto nos EUA esta institucionalização se expressa numa legislação que o reconhece, tanto lá como cá o negro se insere no modo de produção capitalista de maneira subordinada e inferior em relação à do operário branco. A inexistência, no Brasil, de uma aristocracia operária que pudesse materialmente se descolar das massas negras mais exploradas e oprimidas, como pôde acontecer nos EUA, foi um dos motivos fundamentais para que nas terras tupiniquins não tenha sido possível desenvolver uma segregação racista institucionalizada pela constituição.<sup>1</sup>

Os negros que viviam nas cidades eram privados dos direitos mais elementares, como educação e saúde, além de sofrerem uma brutal

---

<sup>1</sup> Nos EUA, além dos negros serem uma minoria da população, as leis de segregação racial fizeram parte de uma contrarrevolução necessária para a burguesia golpear os negros depois que precisou libertá-los e armá-los para lutarem na Guerra Civil do Norte capitalista contra o Sul escravocrata.

discriminação racial em restaurantes, clubes, bares e demais locais públicos. Numa “república” censitária, na qual votavam os que tinham dinheiro e não votavam os analfabetos, a maioria esmagadora do povo negro era completamente excluída de toda e qualquer decisão política. A repressão estatal e paraestatal — seja ela mais explícita nos momentos de ditadura militar ou mais velada nos momentos de democracia burguesa — constituiu-se como o mecanismo essencial de domínio para lidar com as explosivas contradições sociais resultantes de uma estrutura marcada por enormes contingentes de miséria crônica e monstruosa desigualdade social. Esse sistema de domínio e exploração, no qual cada parte é inseparável da outra, constitui a base histórico-estrutural que determina a relação orgânica entre o racismo, o latifúndio, as favelas, o trabalho precário e a repressão estatal na formação do capitalismo e do Estado brasileiro, como moléculas de um mesmo DNA que está na estrutura do “projeto de país” das elites dominantes. Ou seja, a formação do capitalismo no Brasil estabeleceu uma relação orgânica entre a questão negra, a questão agrária, a questão urbana, os direitos trabalhistas, o salário digno, os direitos civis e os direitos democráticos mais elementares.

Sem a reprodução histórica do racismo contra o povo negro, ou seja, sem a negação do direito ao negro de afirmar sua identidade racial ligada a sua condição social e, com isso, afirmar-se a si mesmo como sujeito, seria impossível impedir que os negros se assentassem na imensidão de terras férteis e improdutivas do país para cultivar sua subsistência, que a classe operária se afirmasse como sujeito político independente da burguesia, que as favelas se desenvolvessem como focos de permanentes rebeliões sociais que colocassem em xeque a estabilidade política nacional.



## Identidade negra e sujeito proletário

Ao contrário do que diz a maior parte dos intelectuais e historiadores, os negros cumpriram um papel fundamental nos primeiros destacamentos da classe operária urbana na segunda metade do século XX, a qual deu importantes demonstrações de luta contra a escravidão e o racismo – incluindo experiências abolicionistas –, deixando assentados embriões de experiências de unidades das fileiras operárias e de hegemonia proletária que demonstram as tendências espontâneas que fizeram parte da própria natureza da classe trabalhadora brasileira, negra, branca e mestiça.

Zumbi, Palmares e o conjunto da luta dos negros ao longo de mais de três séculos de colonialismo devem deixar de ser vistos apenas e sobretudo como ícones da luta negra para serem também entendidos como parte fundante e fundamental da história da luta das classes exploradas do nosso país, ancestral não apenas da luta dos negros pela sua libertação, mas de todos os modernos proletários brasileiros de todas as raças, em nossa luta pelo fim da exploração e opressão.

No mesmo sentido, visto por outro ângulo: a luta dos negros é revolucionária desde muito antes de poder ser comunista. No caso dos

quilombos, expressou uma forma de organização social muito superior ao seu paralelo contemporâneo, o latifúndio monocultor para exportação baseado no trabalho escravo. No caso das lutas de libertação que cruzaram o período de transição entre a colônia e o Brasil capitalista semicolonial do século vinte (isto é, aproximadamente os 150 anos compreendidos entre 1750 e 1900), a resistência negra marcou a possibilidade de que a dita transição tivesse assumido uma forma revolucionária que garantiria, se não imediatamente o início da transição socialista, ao menos a derrubada das principais barreiras que continuaram a tolher o desenvolvimento mais amplo, autônomo e progressista possível dentro das condições existentes na ordem internacional da época. E, depois, fundindo-se o conteúdo libertador de sua luta secular com as novas potencialidades abertas pela dupla transição da economia nacional para o capitalismo moderno e da economia mundial para a época imperialista, fundindo-se aquela tradição revolucionária proveniente do período colonial e imperial com a potencialidade comunista, a luta negra trouxe consigo a possibilidade de estabelecer um novo marco na batalha mundial do proletariado para instaurar o novo mundo.

Quando os trabalhadores imigrantes europeus faziam suas primeiras greves salariais e por melhores condições de trabalho, quando viviam seus primeiros enfrentamentos de classe contra os patrões por uma melhor repartição da *mais-valia*, há décadas (ou séculos) os negros já pautavam a luta de classes no país formando os quilombos, protagonizando levantes locais e colocando de pé as primeiras greves e os primeiros sindicatos (junto a trabalhadores brancos). Enquanto o capitalismo se desenvolvia, e com ele os primeiros passos do movimento operário organizado entre distintas categorias, o Brasil estava permanentemente atravessado por guerras camponesas em determinadas regiões que abriam verdadeiras crises nacionais, com a resistência heroica das massas negras e mestiças levantadas em armas, que chegaram a derrotar



mais de uma vez as expedições militares enviadas pelo governo central até que fossem finalmente debeladas. A Guerra de Canudos de 1896-97 e a Guerra do Contestado de 1912-16 são enormes exemplos de lutas camponesas protagonizadas por ex-escravos, mestiços e imigrantes pobres contra a tirania dos coronéis aliados à chamada “república”.

Mas a presença da luta negra não era só rural, onde a maioria esmagadora da população era negra. Era também urbana, apesar de, em algumas cidades (como São Paulo), a imigração europeia ter dado lugar a uma proporção menor de negros<sup>1</sup>. Para além das primeiras greves operárias e dos primeiros sindicatos protagonizados por negros no Rio de Janeiro e em Salvador, outros grandes exemplos de como a questão negra estava presente na vida urbana da época são a Revolta da Vacina, em 1904, quando a população pobre da capital se levantou contra a política de “higienização” da cidade; e também a Revolta da Chibata, em 1910, onde os marinheiros de baixa patente, em sua quase totalidade negros, se rebelaram contra as punições da oficialidade branca.

Os negros fugidos ou “libertos” constituem as massas de primeiros camponeses pobres sem-terra do país, assim como também constituem parte importante dos primeiros contingentes de operários. Ao mesmo tempo em que os quilombos devem ser encarados como as primeiras ocupações de sem-terra da história, como parte da tradição heroica de revolta dos explorados e oprimidos que deve ser erguida não só pela classe operária negra, mas também branca; os primeiros exemplos de luta protagonizados pelos operários negros e brancos em defesa dos setores mais explorados e oprimidos da sociedade devem ser apropriados e tomados como referência. Os negros sem-terra,

---

<sup>1</sup> Segundo as estatísticas oficiais, que em geral são influenciadas pelo racismo e por isso subestimam o peso dos negros na sociedade, em 1872 a soma de negros e pardos equivalia a 58% da população nacional. Na capital de São Paulo, onde se concentrou a maior parte dos imigrantes europeus, estima-se que em 1893 a soma de negros e pardos equivalia a algo em torno de 11% da população local.

obrigados a submeterem-se à continuidade de um regime de semiescravidão ou semiservidão no campo, constituem a principal força social que vai dar uma dimensão de massas à luta pela reforma agrária, à qual se agregará também setores de imigrantes pobres. Os negros urbanos – que vão compor a maior parte dos que nas cidades ocupam as moradias<sup>2</sup> e empregos mais precários – serão os protagonistas, juntamente com os imigrantes europeus mais pobres, das principais rebeliões urbanas que marcaram a história do país.

A combinação entre os quilombos, as revoltas urbanas e rurais, assim como as experiências sindicais e abolicionistas nas primeiras décadas do movimento operário brasileiro expressam as tendências espontâneas à ligação entre a luta contra o racismo, a luta pela unidade das fileiras operárias e luta pela hegemonia proletária sobre os setores mais explorados e oprimidos da população no campo e na cidade. A unificação dos distintos segmentos de trabalhadores em torno aos seus objetivos comuns de luta contra a exploração, assim como a hegemonia da classe operária sobre os demais contingentes subalternos da sociedade sempre foi e segue sendo fundamental para que o movimento operário possa emergir como sujeito político inde-

---

<sup>2</sup> O surgimento da palavra “favela” com o significado que conhecemos hoje expressa essa profunda relação. Em fins do século XIX, esse foi o nome dado aos morros do Rio de Janeiro nos quais foram viver em condições precárias e irregulares – junto aos negros e imigrantes desabrigados, expulsos dos cortiços – os soldados que haviam participado das expedições da “Guerra de Canudos” (1896/97), uma revolta de camponeses pobres que lutavam por terra no interior da Bahia, que ficou conhecida por ter resistido a três expedições do Exército, sendo derrotada apenas na quarta expedição, depois de um ano de batalhas. Após o fim da guerra, os soldados que dela participaram ficaram sem receber seus salários e nem tampouco as promessas de moradia do governo. “Favela” era o nome dado a um morro ao sul de Canudos, pelas plantas que ali brotavam, típicas da caatinga, extremamente resistentes à seca. A partir deste episódio, os morros recém-habitados ficaram conhecidos como favelas, em referência à “favela original” (o atual morro da Providência). Em 1948, foi realizado o primeiro Censo nas favelas cariocas. Neste contexto, a Prefeitura do Rio de Janeiro, num documento oficial, afirma: “Os pretos e pardos prevaleciam nas favelas por serem hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas”. Alba Zaluar e Marcos Alvito (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

pendente da burguesia para dar uma saída de fundo aos problemas mais sentidos do país ligado aos seus irmãos de classe em todos os países do mundo. As massas negras, tanto urbanas como rurais, tanto proletárias como sem-terra, eram fundamentais para desenvolver essas tendências, tanto pelo papel que poderiam cumprir na unificação das fileiras operárias divididas pela burguesia como no modo como poderiam facilitar a hegemonia da classe operária sobre as massas pobres do campo. Se essas tendências não se desenvolveram não foi por qualquer problema “ontológico” da classe trabalhadora brasileira, como fazem parecer muitos intelectuais de esquerda, e sim porque a estratégia sindicalista e de conciliação de classes das direções que passaram a predominar no movimento operário se constituíram como um obstáculo para tanto.

Na convulsiva década de 1930, em que os ex-escravos do campo e da cidade, assim como seus descendentes diretos, contavam com inteiras gerações que vivenciaram a escravidão como história própria e/ou familiar, a questão negra emergiu como um problema central, assim como, posteriormente, em todos os ascensos proletários e camponeses vivenciados no Brasil. Uma visão abrangente da história brasileira mostra de maneira irrefutável que cada novo ascenso proletário traz à tona novamente, “com a força de uma lei natural”, as contradições e irresoluções do desenvolvimento da questão negra na formação social brasileira (tal como também revela a questão da terra e da moradia urbana). Essa é a explicação principal para o pânico que acomete a burguesia quando se fala da ligação inextricável entre a perspectiva de um novo ciclo ascendente da luta de classes (que virá, sim, cedo ou tarde) e a reposição, em novos marcos, da mais antiga das “questões sociais” brasileiras, a questão dos negros.

As relações mútuas entre a questão negra e a questão operária no Brasil estão longe de ser lineares ou estanques, e estão longe de serem determinadas de uma vez e para sempre pela correta análise das fa-

ses “germinativas” de uma formação social que – em muitos aspectos – começou a degenerar antes de alcançar qualquer sentido de plenitude. Ao contrário, é preciso partir da realidade que mostra como a relação entre os negros e proletariado no Brasil não é uma relação de identidade simples reducionista, já que nem todos os negros são proletários e nem todos os proletários são negros. E tampouco é uma mera relação de externalidade em que de um lado estaria um proletariado composto por uma miríade de linhagens e povos sem peso preponderante dos negros africanos em sua origem e, de outro lado, estariam os negros como reduzidos à condição de “párias sociais”. Diferentemente dessas duas interpretações igualmente equivocadas, uma interpretação marxista deve enxergar a dialética que existe entre o papel central que os negros cumprem na tanto na formação do proletariado e como do campesinato pobre no Brasil, constituindo parte essencial dos setores mais postergados de ambas as classes no campo e na cidade.

Nesse sentido, para se constituir como sujeito político independente da burguesia, a classe trabalhadora deve aprender a reconhecer e afirmar a identidade negra que carrega em sua história e em sua composição social no sentido de não só reconhecer a luta negra desde a escravidão como parte de sua própria tradição de luta, mas também compreender, dentro de um programa e uma estratégia revolucionária, a importância que a questão negra cumpre na luta pela unidade das fileiras operárias e pela hegemonia proletária sobre as demais classes sociais oprimidas pela sociedade.

Essa afirmação da identidade negra que existe dentro do proletariado deve se dar em luta político-ideológica contra as distintas expressões de culturalismos pós-modernos que utilizam o conceito de identidade racial para diluir a centralidade da classe trabalhadora para uma perspectiva científica de transformação revolucionária da sociedade. Essa diluição se mostra, por exemplo, quando diversas alas do movimento veem maior proximidade sua com Obama que com um

proletário branco brasileiro, ou negam a relação de solidariedade com um revolucionário branco apesar de aceitá-la com um policial negro. Milhões de negros não se reconhecem como tal. Outros milhões, mesmo se reconhecendo negros, vivem sistematicamente, tal como os que se negam a ver como negros, uma opressão e uma tortura imposta para negar sua identidade racial, desde o cabelo à história de seus antepassados que não foram só sequestrados (“sujeitados pela história”), mas foram também sujeitos da história: ergueram-se, formaram quilombos, lutaram. A afirmação de uma identidade negra, mesmo em um sentido culturalista, pode cumprir um papel progressista ao desmascarar o racismo passado e presente. Mas a afirmação de uma identidade em si (no sentido pós-moderno que nega as diferenciações de classe) não leva ao combate consequente contra o racismo, não leva à unidade das fileiras proletárias contra o racismo, que os brancos também precisam travar para derrotar o inimigo comum e para se desvencilhar das ideias da elite branca. A afirmação cultural de uma identidade negra não pode ser um instrumento de divisão das fileiras proletárias. A afirmação de uma identidade negra como fim em si mesmo descolado de uma estratégia baseada na luta de classes para que esta possa se desenvolver em toda sua potencialidade será sempre um beco sem saída que levará à conciliação de classes e consequentemente a derrotas e desmoralizações, como demonstram os vários movimentos culturalistas reformistas que se transformam em instituições clientelares através de ONGs com mil laços com os governos capitalistas e abandonam as demandas mais sentidas pelas massas negras que compõem a maioria explorada e oprimida do país.

Toda luta pelo resgate da identidade cultural, social e histórica dos negros, para que possa se desenvolver plenamente, deve se dar através da aliança entre a classe trabalhadora negra e branca e em completa independência política frente às classes dominantes e ao Estado burguês. Nosso fim é erguer uma sociedade comunista que parta do mais profundo reconhecimento das bases históricas, sociais, e culturais de todos os povos, para erguer uma nova humanidade.



## **A estratégia de independência de classe frente às tarefas democráticas**

Para constituir uma nova tradição em setores de vanguarda da classe operária que seja capaz de alentar a confiança do proletariado em suas próprias forças e recompor os fios de continuidade entre o movimento operário brasileiro e as melhores tradições legadas pelo marxismo revolucionário, faz-se necessário resgatar os debates sobre a questão negra que atravessaram a III Internacional antes de sua degeneração burocrática e a IV Internacional, confrontando esse legado com as concepções estratégicas stalinistas e petistas que até hoje moldam a prática política da esquerda.

Historicamente no Brasil, o conjunto das correntes de esquerda, inclusive aquelas que se reivindicam trotskistas (com exceção da Liga Comunista Internacionalista nos anos 30), abandonaram o princípio marxista segundo o qual as questões democráticas só podem ser encaradas a partir de uma estratégia de independência de classe em relação a todas as frações da burguesia, inclusive aquelas que se colocam como “nacionalistas, democráticas ou progressistas”. Esse é um problema fundamental para pensar a questão negra na medida em que a mesma se apresenta tanto através de demandas mínimas e transitórias de

natureza diretamente proletária como através de demandas democráticas do conjunto das classes subalternas como o problema da moradia, da questão agrária, da violência policial e da igualdade de direitos políticos e civis em geral – ou seja, questões democráticas estruturais e formais que foram engendradas pelo imperialismo e que não puderam ser respondidas por uma burguesia que nasce espremida entre a pressão da metrópole e a resistência negra.

O IV Congresso da Internacional Comunista em 1922 deixou em aberto a possibilidade ou não de generalização das conclusões da Revolução Russa para o conjunto dos países ditos “do oriente” (países atrasados em seu conjunto). O debate em torno à generalização ou não dessas conclusões girava fundamentalmente em torno à definição do papel que as distintas classes sociais poderiam ou não cumprir na revolução. Generalizar as conclusões da Revolução Russa para os demais países atrasados significaria dizer que em todos eles a burguesia, devido a seu atrelamento estrutural com o imperialismo e os grandes proprietários de terras, não seria capaz de cumprir nenhum papel fundamental na resolução das demandas democráticas mais sentidas pelo país, e que a classe operária era quem estava chamada a cumprir esse papel histórico, mesmo não sendo a classe mais numerosa do país nem tampouco existindo um capitalismo avançado, pois se trataria de enxergar a revolução como um processo internacional no qual as relações econômicas e políticas entre os países de capitalismo atrasado e avançado são parte de uma mesma totalidade. Não generalizar essas conclusões significou deixar em aberto a possibilidade de que a burguesia pudesse cumprir algum papel significativo na resolução dessas demandas democráticas. Nas chamadas “Teses do Oriente”, que sintetizaram esse debate do IV Congresso da Internacional, que apesar se definir a incapacidade da burguesia resolver íntegra e efetivamente as tarefas democráticas (reforma agrária, unificação nacional, emancipação do jugo imperialista), em função das dúvidas sobre o papel que o prole-



tariado já poderia cumprir nessas revoluções, não se tira as conclusões estratégicas dessa definição, estabelecendo como meio privilegiado a possibilidade de alianças táticas com a burguesia, que entraram para a história conhecidas como a tática de “frente única anti-imperialista”.

A Revolução Chinesa de 1925-27 termina de “saudar” esse debate. Esta demonstrou que o poderoso movimento nacionalista burguês gerado pela opressão imperialista japonesa teve que voltar suas armas contra o proletariado, e que o maior contingente de camponeses pobres da humanidade foi incapaz de cumprir um papel independente da burguesia.

A única “condição” de qualquer acordo com a burguesia, acordo separado, prático, limitado a medidas definidas e adaptado a cada caso, consiste em não mesclar as organizações e as bandeiras, nem direta nem indiretamente, nem por um dia nem por uma hora, em distinguir o vermelho do azul, e não acreditar jamais que a burguesia seja capaz de levar a cabo uma luta real contra o imperialismo e de não constituir um obstáculo para os operários e camponeses que estejam dispostos a fazê-lo. (...) Apresentar as coisas como se o jugo colonial atribuísse necessariamente um caráter revolucionário à burguesia nacional é reproduzir inversamente o erro fundamental do menchevismo, que acreditava que a natureza revolucionária da burguesia russa devia deduzir-se necessariamente da opressão absolutista e feudal. (...) A burguesia russa foi a de um estado imperialista opressor. A burguesia chinesa é a de um país colonial oprimido. A queda do czarismo feudal foi um fator de progresso na antiga Rússia. Derrubar o jugo imperialista na China é um fator de progresso histórico. Mas a conduta da burguesia chinesa com relação ao imperialismo, ao proletariado e ao campesinato não é mais revolucionária que a atitude da burguesia russa com respeito ao czarismo e às classes revolucionárias russas, senão que talvez, de certa forma, seja mais reacionária e covarde. Esta é a única forma de colocar a questão. (...) A burguesia chinesa é suficientemente realista e conhece bastante bem o imperialismo mundial ao ponto de compreender que uma luta realmente séria contra ele exige uma pressão tão forte das massas revolucionárias que a própria burguesia se vê ameaçada desde o princípio.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>“Balanço e perspectivas da revolução chinesa”, em “Stálin, o grande organizador de

A tática de “frente única anti-imperialista” tal como concebida pelo IV Congresso da Comintern em suas “Teses do Oriente” estava superada pela história. A Revolução Chinesa de 1925-27 demonstrou que, apesar do relativamente débil peso social da classe operária chinesa em comparação com o campesinato daquele país e, apesar da nefasta política de conciliação levada a cabo pelo stalinismo, a forte carga de espontaneidade e a influência das alas esquerdas do PC Chinês ligou a solução das demandas democráticas com tarefas socialistas. Essa experiência é a base sobre a qual Trotsky generaliza a Teoria da Revolução Permanente para todos os países atrasados:

Para os países de desenvolvimento burguês retardatário e, em particular, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas tarefas democráticas e nacional-libertadoras só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que, assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas. (...) Tanto a questão agrária como a questão nacional conferem ao campesinato, como enorme maioria da população dos países atrasados, um papel primordial na revolução democrática. Sem a aliança entre o proletariado e o campesinato, as tarefas da revolução democrática não podem ser resolvidas, nem mesmo ser colocadas a sério. Essa aliança das duas classes, porém, só se realizará numa luta implacável contra a influência da burguesia nacional-liberal. (...) Quaisquer que sejam as primeiras etapas episódicas da revolução nos diferentes países, a aliança revolucionária do proletariado com os camponeses só é concebível sob a direção política da vanguarda proletária organizada como partido comunista. Isto significa, por outro lado, que a vitória da revolução democrática só é concebível por meio da ditadura do proletariado apoiada em sua aliança com os camponeses e destinada, em primeiro lugar, a resolver as tarefas da revolução democrática.<sup>2</sup>

Todos os problemas mínimos e democráticos mais elementares, que foram parcialmente encarados pela burguesia dos países imperialistas em suas revoluções burguesas (apesar de passarem por retrocessos pos-

---

derrotas”. Pág. 229, 232 e 234-235. El Yunke Editora.

<sup>2</sup> L. Trotsky, “A Revolução Permanente”, 1929.

teriores), a burguesia brasileira não foi capaz de encarar como uma pré-condição para o desenvolvimento de um país capitalista atrasado, que já nasce subjugado à espoliação do imperialismo e com um movimento de massas que ameaça desde o início o poder da burguesia nativa. Essa é a condição que coloca sobre os ombros da classe operária a responsabilidade pela resolução dos problemas democráticos do país e das demandas mínimas mais elementares da população – como, por exemplo, os que se desprendem da questão negra –, que só poderão ser conquistados à custa dos interesses das distintas frações da burguesia nativa e imperialista; mesmo de uma eventual minúscula elite negra que, tal como a burguesia chinesa ou russa, sempre vão preferir seus privilégios a desatar a luta das massas negras, como ficou demonstrado em inúmeros processos revolucionários ocorridos na África ao longo do século XX.

### **Fundamentos programáticos e estratégicos**

Um programa e uma estratégia para responder à questão negra precisa responder, ao mesmo tempo, tanto ao problema da unidade das fileiras operárias – unificando os imigrantes brancos concentrados nos polos mais dinâmicos da economia com os trabalhadores negros concentrados nos empregos mais precários ou desempregados –, como o problema da hegemonia da classe operária sobre os demais setores subalternos mais oprimidos do campo e da cidade. Responder ao problema da unidade das fileiras operárias exige que se parta da defesa de condições dignas de emprego, salário e direitos para todos os trabalhadores, mas em especial os negros, por sofrerem as piores condições. Responder ao problema da hegemonia proletária sobre as massas negras exige que se parta da luta pela reforma agrária, pela titulação das terras quilombolas e por igualdade de direitos civis plenos aos negros em primeiro lugar, e também condições de moradia, saúde e educação dignas para todos, mas em especial para o povo negro, que são os mais privados desses direitos democráticos elementares.

Uma ferramenta fundamental para desenvolver a hegemonia proletária é a luta por uma Assembleia Constituinte Livre e Soberana, que da plena igualdade de direitos políticos e civis aos negros, debatesse e resolvesse sobre todos os problemas mais estruturais do país, como o racismo, a reforma agrária, a questão da moradia, a emancipação em relação ao jugo imperialista etc. Essas demandas operárias e democráticas deveriam ser articuladas de modo a demonstrar como a política da burguesia de não resolvê-las está intimamente associada com a dominação imperialista sobre o país.

Ainda que siga sendo um problema completamente atual, a necessidade de uma política de hegemonia que respondesse às necessidades das massas negras do campo se colocava como ainda mais grave nas primeiras décadas do movimento operário, pois a classe operária urbana ainda era uma força social muito minoritária em relação às massas camponesas do país.

As demandas operárias que poderiam soldar a unidade das fileiras operárias entre brancos e negros, assim como as demandas democráticas que poderiam desenvolver a hegemonia proletária sobre os demais setores oprimidos da sociedade, em sua maioria negros, deveriam estar no primeiro plano de agitação dos setores de vanguarda que se propusessem a construir um partido revolucionário. Esse primeiro plano de agitação, na medida em que fosse assumido por setores da massa, transformando-se em força material na luta de classes, deveriam se articular com demandas transitórias – como as escalas móveis de horas de trabalho e de salário, o confisco dos imóveis dos capitalistas para distribuí-los à população pobre, um plano de obras públicas e serviços públicos que atenda as necessidades da maioria mais pobre da população em base ao não pagamento da dívida do Estado com o imperialismo, a interrupção da remessa de lucros para o exterior e impostos progressivos aos capitalistas, a

nacionalização dos monopólios estrangeiros sob controle dos trabalhadores etc.

No Programa de Transição, de 1938, Trotsky desenvolve como os países atrasados deveriam articular o sistema de reivindicações que compunha seu programa:

Os países coloniais e semicoloniais são, por sua própria natureza, países atrasados. Mas esses países atrasados vivem nas condições da dominação mundial do imperialismo. É por isso que seu desenvolvimento tem um caráter **combinado**: reúnem ao mesmo tempo as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da técnica e da civilização capitalista. É isto que determina a política do proletariado dos países atrasados: ele está obrigado a combinar a luta pelas tarefas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial. As reivindicações democráticas, as reivindicações transitórias e as tarefas da revolução socialista não estão separadas em épocas históricas distintas, mas surgem imediatamente ligadas umas às outras. (...) As tarefas centrais dos países coloniais e semicoloniais são: a **revolução agrária**, isto é, a liquidação da herança feudal, e a **independência nacional**, isto é, a derrubada do jugo imperialista. Estas duas tarefas estão estreitamente ligadas uma à outra. (...) A palavra-de ordem de **Assembleia Nacional (ou Constituinte)** conserva todo seu valor (...). É necessário ligar, indissolavelmente, esta consigna às tarefas de emancipação nacional e da reforma agrária. É necessário, antes de tudo, armar os operários com esse programa democrático. Somente eles podem sublevar e unir os camponeses. Sobre a base do programa democrático revolucionário é necessário opor os operários à burguesia "nacional". (grifos de Trotsky)

A luta da vanguarda proletária pela hegemonia de um programa que combinasse demandas mínimas vitais, democráticas e transitórias deveria se apoiar nas tendências espontâneas do movimento de massas a se unificarem para se defender dos ataques da burguesia. Essa tendência, ligada às crises que provocavam enormes sofrimentos à população, constituem as bases para o desenvolvimento de organismos de auto-organização de tipo soviético (conselhos eleitos através

de assembleias por local de trabalho). Os organismos de frente-única das massas, na tradição marxista revolucionária, têm um triplo papel: se constituem como uma ferramenta a serviço de permitir a unidade na ação entre as distintas camadas e níveis de consciência que inevitavelmente sempre existem na classe operária para empreender batalhas parciais (dimensão tática); são um mecanismo para concretizar alianças na ação com semialiados circunstanciais em função das necessidades da luta de classes (dimensão de manobra); e um instrumento para, a partir da experiência das massas nos embates da luta de classes, debilitar a influência das direções reformistas e fortalecer a influência das direções revolucionárias (dimensão estratégica). Esses organismos de tipo soviético, que nas primeiras fases da luta surgem como instrumentos de defesa frente aos ataques do capital, a partir da atuação do partido revolucionário em seu interior se desenvolvem como organismos de luta pelo poder e posteriormente como a própria estrutura do Estado operário que emerge após a derrubada revolucionária do capitalismo.

## **O PCB frente à questão negra**

A forma como a questão negra foi historicamente tratada pelo movimento operário brasileiro cumpre um papel fundamental na explicação do ceticismo atualmente predominante na esquerda no que diz respeito à possibilidade da classe operária emergir como sujeito político independente da burguesia a partir de uma estratégia de unidade das fileiras proletárias, bem como da hegemonia da classe operária sobre os demais setores mais explorados e oprimidos da sociedade. Em certo sentido, a questão negra no Brasil, ligada à questão agrária, cumpriu um papel análogo ao da questão agrária e da questão nacional na Rússia. Enquanto a resposta correta a esses problemas por parte do Partido Bolchevique russo foi fundamental para o triunfo da revolução de 1917, a resposta errada aos mesmos por parte do stalinismo brasileiro foi fundamental para o desvio e a derrota dos principais acontecimentos da história da luta de classes no país.

### **O corporativismo economicista do anarco-sindicalismo**

Apesar da enorme presença da luta negra contra a opressão e a exploração que sofriam (tanto no campo quanto na cidade); apesar dessa luta se relacionar por múltiplas vias com os trabalhadores

imigrantes europeus, nas resoluções dos primeiros três congressos operários do país – que reuniram os setores mais conscientes do movimento sindical em 1906, 1913 e 1920 –, nem mesmo se encontra qualquer referência à palavra “negro”. As primeiras greves gerais que unificaram distintas categorias nas principais cidades como a que ocorreu em 1907 e em especial a de 1917, tiveram como demandas centrais a redução da jornada de trabalho e o aumento dos salários, sem levantar qualquer demanda específica da população negra que fortalecesse os laços entre os setores mais organizados e mais precários da classe trabalhadora ou defendesse as demandas dos camponeses pobres. Essa é a maior demonstração de que a política burguesa de utilizar o imigrante europeu como um instrumento para aprofundar as divisões entre as fileiras da classe operária e entre essa e as demais classes oprimidas teve significativo êxito, conseguindo inculcar no proletariado branco mais organizado e concentrado nos polos mais dinâmicos da economia boa parte da naturalização daquelas condições sociais estruturadas sobre o racismo.

Por mais que não houvesse um racismo ofensivo no proletariado brasileiro, tal como se desenvolveu na aristocracia operária dos países imperialistas, o que seria muito difícil pela própria inexistência de uma aristocracia operária baseada em concessões materiais mais profundas, a burguesia teve êxito em difundir os preconceitos do racismo velado e escamoteado que se escondia por trás da ideologia da “democracia racial”, que tinha como objetivo justamente naturalizar aquelas condições econômicas, políticas e sociais baseadas no racismo, mas sem precisar recorrer ao racismo com argumentos genéticos como foi na escravidão. A ideologia da democracia racial cumpriu um papel essencial para impedir que se desenvolvessem as tendências à unidade das fileiras operárias e à hegemonia operária sobre as demais classes exploradas e oprimidas do país.



O corporativismo economicista próprio das ideias anarco-sindicalistas, trazidas pelos imigrantes europeus que influenciaram majoritariamente a direção do movimento operário brasileiro em suas primeiras décadas de existência, se acomodou à ideologia da “democracia racial”. A direção anarco-sindicalista, ao adotar uma estratégia sindicalista, se adaptava ao racismo imperante no país. Essa capitulação ao racismo das elites brancas chegava ao ponto dos anarquistas combaterem a ideia de que a luta contra a opressão racial deveria ser parte do programa defendido pelos sindicatos.

### **A influência da “democracia racial” nas origens do PCB**

Desde o seu nascimento, em 1922, o primeiro documento do PCB em que encontramos algo que diz respeito à opressão ao povo negro foi em uma manifesto publicado às vésperas do golpe militar de 1930, no qual podemos ler: *“Trabalhadores negros! – a vossa escravidão continua! Lutai em conjunto com outros trabalhadores contra a exploração feudal, por vossa libertação definitiva!”*.<sup>1</sup> Em julho desse mesmo ano, o PCB apresenta como candidato à presidência da república o operário negro Minervino de Oliveira, apesar de em sua plataforma não constar qualquer programa especial contra a opressão racial.

Em “Agrarismo e Industrialismo”, o primeiro ensaio com uma tentativa de interpretação mais profunda e de viés marxista da formação social do Brasil, escrito entre 1924 e 26 por um dos dois principais dirigentes do PCB – Octávio Brandão – lemos que *“não havia brasileiro – um tipo definido [e sim] uma mistura desordenada de raças e sub-raças”*. Ou seja, para o PCB não existia uma diferença de qualidade entre o brasileiro negro, que constituía a esmagadora maioria mais pobre da população do campo e da cidade, a elite branca proveniente da corte imperial ou da burguesia nascente, uma classe operária sindicalmente organizada de maioria bran-

---

<sup>1</sup>Ver “Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro” (1922-1964); Pedro C. Chadarevian.

ca originada da imigração europeia e concentrada nos melhores empregos, e uma miscigenação que – por maior que fosse – não invalidava essa estrutura fundamental. Isso demonstra que desde suas origens o PCB se adaptava aos preconceitos da “democracia racial”, que anos depois foram transformados em ideologia consciente por Gilberto Freire.

Ao longo da década de 20, o PCB trabalhou com o marco estratégico de que, depois das rebeliões tenentistas de 1922, 1924 e da Coluna Prestes, haveria uma “terceira rebelião tenentista”, para a qual apostavam em concretizar uma aliança entre a classe trabalhadora, o movimento tenentista e os capitalistas industriais – que significaria a união dos setores da sociedade interessados no desenvolvimento industrial do país contra os setores agrários interessados no latifúndio agroexportador – como uma primeira etapa do desenvolvimento capitalista necessário para uma posterior luta pelo socialismo (uma leitura mecânica, de viés menchevique, do marxismo). O bloco entre esses três setores sociais urbanos seriam os “industrialistas” do livro “Agrarismo e Industrialismo”. Desta forma, o PCB, em suas origens, substituía a estratégia de lutar pela unidade das fileiras operárias e pela hegemonia proletária sobre as demais classes subalternas como ferramentas para que a classe trabalhadora emergisse como sujeito político independente da burguesia pela aliança estratégica com as classes médias urbanas (extrato social do qual provinham os tenentes) e a burguesia industrial.

Enquanto a estratégia de independência de classe exigiria colocar a resposta à questão negra no centro de uma política operária, a estratégia de conciliação de classes não poderia aceitar a afirmação da identidade negra, sob pena de colocar em risco a hegemonia burguesa. A consequência, por mais que seguissem fazendo propaganda do socialismo e do triunfo da classe operária na Rússia de 1917, era a adaptação à democracia racial como parte de uma estratégia nacional-desenvolvimentista.

## **O sectarismo do PCB em relação às demandas do povo negro**

Entre 1929 e 1934, o Brasil atravessava um convulsivo período marcado pelos impactos da aguda crise econômica desatada com o crack da bolsa de Nova York em 1929; por fortes crises entre as distintas frações da burguesia (incluindo dois momentos de guerra civil e golpes militares em 1930 e 1932); por um poderoso ascenso de greves operárias; por elementos de guerra civil no campo ligados ao fenômeno do canção de Lampião; e pelo desenvolvimento do integralismo e de bandas fascistas armadas que passam a atacar as organizações operárias. Durante esses anos, o PCB é influenciado pelo chamado “Terceiro Período” da Internacional Comunista sob comando do stalinismo. Depois das derrotas sofridas pelos PCs em todo o mundo – inclusive na União Soviética – como subproduto da orientação estratégica em geral oportunista que caracterizou o período de 1924 a 1928, o stalinismo forçou um giro predominantemente ultra-esquerdista para todos os PCs<sup>2</sup>.

Nesse giro, os PCs foram orientados a rechacarem a frente única com outras organizações operárias, romper com sindicatos de massas comandados por direções reacionárias e fundar sindicatos paralelos apenas com os comunistas, bem como negar ou combater a ideia de que a classe operária deveria assumir para si as demandas democráticas que a burguesia não era capaz de realizar, dentre as quais se inseriam muitas das demandas relativas à questão negra.

## **O ascenso negro nos anos 30 é capitalizado pelo integralismo**

Pelo menos desde 1887 tem-se notícia do surgimento e da proliferação de organizações de negros, chegando alguns pesquisadores a contabilizar a existência de 123 associações negras até a década de 1930. A maior parte delas terem um conteúdo centralmente assistencialista,

---

<sup>2</sup> A orientação em geral oportunista de 1924-28 não deixou de contar com traços ultra-esquerdistas para cobrir-se pela esquerda. Mas esses traços nem se comparam ao que foi a linha em geral ultra-esquerdista que passou a primar a partir de 1929.

recreativo e/ou cultural, e algumas relacionadas aos trabalhos compostos por muitos negros (como portuários, ferroviários e ensacadores) tenham um conteúdo sindical. Mas estas terminavam sendo um espaço de afirmação da identidade negra e de resistência em relação à brutal opressão racista e marginalização econômica que sofriam. Paralelamente a essas associações, desenvolveu-se uma ampla rede de imprensa negra, contabilizando a existência de pelo menos 31 jornais desse caráter que circularam até a década de 30. Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, habitação, educação e saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para a denúncia contra o racismo do regime de segregação racial que sofriam na prática, o qual impedia os negros de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas.

Se o PCB tivesse articulado um programa de independência de classe tanto para as demandas operárias como para as demandas democráticas mais sentidas pela maioria explorada e oprimida da população, em especial aquelas que diziam respeito ao povo negro, a extensão de sua influência sobre uma grande parte desse poderoso movimento negro em ascensão seria segura. Entretanto, o que aconteceu foi o contrário. Deu-se algo análogo ao que Trotsky analisou frente à ascensão do fascismo na França na década de 1930<sup>3</sup>. No contexto referido, Trotsky explicava que, em cenários deste tipo, de crise econômica e política aguda, de degradação acentuada das instituições da democracia burguesa em função da degeneração do capitalismo e da polarização social, na medida em que a classe operária não dá uma saída de fundo – revolucionária – às demandas mais sentidas pelas massas, seu desespero a leva os setores mais pauperizados da população para os braços do fascismo, que oferece uma alternativa

---

<sup>3</sup> Ver "Aonde vai a França", de León Trotsky.

também radical, apesar de que com um sentido simetricamente oposto, repleto de demagogia. Foi exatamente o que aconteceu no Brasil na década de 1930.

A Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931, constituiu-se como a mais importante organização negra urbana existente até então, sendo influenciada pela ideologia fascista tupiniquim encarnada no integralismo, inspirado por Hitler e Mussolini. As “delegações” (espécie de filiais) e grupos homônimos da FNB em diversos estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia) chegaram a arregimentar milhares de negros. Algumas pesquisas dizem que a FNB chegou a reunir, em seis meses de existência, 25 mil membros, além de organizar “milícias frente-negrinas” inspiradas nos “boinas verdes” do fascismo italiano. Transformando-se em partido político em 1936, a FNB chegou a ser recebida em audiência por Vargas, tendo algumas de suas reivindicações atendidas, como o fim da proibição de ingresso de negros na guarda civil em São Paulo.<sup>4</sup>

A aproximação entre a FNB e a ideologia fascista/integralista é uma demonstração monstruosa de como as oscilações estratégicas oportunistas e ultra-esquerdistas do PCB, somadas à adaptação aos preconceitos racistas disseminados na classe operária imigrante branca, impedia a vanguarda operária de responder à altura da real dimensão em que se colocava a questão negra no Brasil.

### **A defesa formal das demandas negras subordinadas a uma estratégia de conciliação de classes**

Em sua plataforma para a Assembleia Constituinte de 1934, o PCB, em um novo giro político, defendeu pela primeira vez a

igualdade absoluta de direitos econômicos, políticos e sociais sem nenhuma distinção de cor ou nacionalidade. (...) amplo direito das nacio-

---

<sup>4</sup> “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”, Petrônio Domingues.

nalidades oprimidas de disporem de si mesmas, inclusive o direito de separação, constituindo seus próprios governos, separados do governo federal e dos estaduais, com território, governo, costumes, religião, língua e cultura próprios.

Entretanto, essa demanda, que era parte do programa legado pela tradição revolucionária da 3ª Internacional antes da degeneração stalinista, longe de ser parte da luta pela hegemonia proletária por uma estratégia de independência de classe, se colocou inteiramente dentro de um perspectiva estratégica de conciliação de classes.

A partir de 1934, a Internacional Comunista, golpeada pela derrota histórica que significou o ascenso do fascismo na Europa, o qual não teria triunfado sem a nefasta orientação ultraesquerdista do “Terceiro Período”, dá uma nova guinada à direita, teorizando e impulsionando as chamadas “frentes populares” em todo o mundo, que consistiam em buscar alianças estratégicas com as chamadas “alas esquerdas” da burguesia em cada país como forma de se defender do fascismo.

No Brasil, a concepção teórico-estratégica de conciliação de classes que marcou as origens do PCB se vê fortalecida, legitimada e potencializada, o que se materializou na chamada Aliança Nacional Libertadora (ANL), um rejunte do PCB com setores burgueses e pequeno-burgueses opositoristas ao varguismo, que rapidamente ganhou ampla influência de massas devido ao prestígio que Luís Carlos Prestes trazia das rebeliões tenentistas da década de 1920.

### **O elogio do PCB à “democracia racial”**

Depois da ditadura militar do Estado Novo, no período que transcorreu entre 1943 e 1946, em meio a um forte ascenso operário, o PCB teve um crescimento vertiginoso. Segundo alguns pesquisadores este partido alcançou cifra de 200 mil filiados, chegando a ter várias editoras, diversos semanários e oito jornais diários distribuídos nas

principais cidades do país, com uma tiragem de 50 mil exemplares no Rio de Janeiro. Nas eleições de dezembro de 1945, o PCB concorreu à Presidência da República e à Assembleia Nacional Constituinte, obtendo 10% da votação nacional. Num universo de 320 parlamentares, elegeu 15 deputados federais e um senador, sendo Prestes o segundo mais votado no país, suplantado apenas por Vargas. Entre as 13 agremiações partidárias, o PCB tornou-se a quarta força eleitoral do país, atrás do Partido Social Democrático (PSD), da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em janeiro de 1947, quando se realizaram eleições para governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores, o PCB elegeu 18 vereadores no Rio de Janeiro, compondo a maior bancada da Câmara Municipal do Distrito Federal.

Essa conjuntura de especial fortalecimento do PCB expressa um caldo de cultura extremamente favorável à defesa de um programa que novamente voltasse a articular as demandas operárias com a luta pelas demandas democráticas mais candentes do país, colocando a questão negra no centro da política de um partido proletário, relacionada à questão agrária. Entretanto, todo esse crescimento estava a serviço de cumprir o papel de agente da burguesia no movimento operário para conter as greves e amortizar as tensões da luta de classes, defendendo que era necessário “evitar agitações”, “apertar os cintos” e “passar fome se for preciso”, tudo em prol da manutenção da aliança circunstancial de Vargas com a União Soviética.

Frente ao ascenso operário de meados dos anos 40, o PCB oscilava entre a defesa do “aprofundamento da democracia racial” e o contentamento com a “democracia racial” tal como existia, chegando a colocar-se à direita dos setores liberais burgueses e de classe média da UDN que propunham leis para a garantia dos direitos civis mais elementares aos negros.

Por um lado, o escritor e deputado comunista Jorge Amado propôs à Assembleia Nacional Constituinte de 1946 um projeto da primeira lei federal que estabeleceria a liberdade para a prática das religiões afro-brasileiras. Nesse mesmo sentido, ocorre também a criação do Teatro Experimental do Negro, que tem como um de seus principais expoentes o ator, poeta e teatrólogo comunista Francisco Solano Trindade, que também era influenciado por um espírito de “aprofundamento da democracia racial”.

Entretanto, por outro lado, nesse mesmo período, quando o senador Hamilton Nogueira (UDN) apresentou à mesma Assembleia Nacional Constituinte um projeto de lei anti-discriminatório, formulado originalmente na Convenção Nacional do Negro um ano antes, o PCB se opôs ao projeto, alegando que a lei iria “*restringir o conceito amplo de democracia*”; e que ter uma política especial frente à questão negra “*dividiria a classe trabalhadora*”.<sup>5</sup> Desta forma, o PCB deixa a direção do movimento negro nas mãos dos setores burgueses e pequeno-burgueses liberais herdeiros de Gilberto Freire.

### **A debilidade dos trotskistas dos anos 30 frente à questão negra**

Se por um lado os trotskistas da Liga Comunista Internacionalista (LCI) tinham como parte de sua estratégia a luta pela reforma agrária e por uma Constituinte Livre e Soberana, em luta política contra todas as frações da burguesia, buscando os métodos da luta de classes para que setores de vanguarda da classe operária pudessem emergir como um sujeito político independente ligado à hegemonia das outras classes oprimidas da sociedade, por outro lado sua política equivocada em relação à questão negra transformava-se em um enorme obstáculo para que pudesse estender sua influência sobre as massas mais exploradas e oprimidas do país.

---

<sup>5</sup> Abdias do Nascimento, “Depoimento”, Memórias do exílio, Pedro Celso Uchoa e Ramos Jovelino (orgs.), São Paulo, Livramento, 1978, p. 33. Retirado de “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”, escrito por Petrônio Domingues entre 2006 e 2007.



Apesar da LCI ter sido uma das poucas organizações trotskista do mundo que durante o Terceiro Período stalinista conseguiu obrigar o PCB a participar de uma frente única operária antifascista, como a que ocorreu na “Revoada dos Galinhas Verdes” – uma frente política que expulsou os integralistas da praça da Sé em 1934 –, seu relativo dogmatismo lhes impediu de ver que a questão negra no Brasil se colocava como uma questão democrática fundamental que deveria ser respondida pelos revolucionários, dificultando a capitalização desse triunfo tático para constituir-se como uma alternativa de massas ao PCB.

Mesmo que uma orientação distinta não garantisse que a LCI pudesse superar a força que o PCB recebia do aparato stalinista assentado sobre a Internacional Comunista, seguramente teriam sua influência estendida de forma qualitativa e legariam um programa e uma estratégia que fez falta às gerações futuras. O “cosmopolitismo” (no mau sentido) e dogmatismo dos primeiros verdadeiros marxistas brasileiros – os dissidentes do PCB que fundaram a LCI – os impediu de dar um peso minimamente consequente ao tema, de modo que a aproximação da Frente Negra Brasileira ao integralismo, em particular a adesão de um líder negro como João Cândido a Plínio Salgado, fazem as vezes de balanço histórico desse erro (não obstante os importantes méritos que tiveram em outros âmbitos).

### **A questão negra frente ao golpe de 1964**

Desde meados da década de 1950, o PCB consolida uma aliança estratégica com os setores da burguesia chamada “progressista e democrática” que se aglutinavam em torno ao PTB, dentre os quais João Goulart era o principal expoente e representante político. Essa aliança estratégica se expressava fundamentalmente na defesa em comum das chamadas “reformas de base” como a grande expressão do projeto nacionalista burguês. As reformas de base eram um conjunto de projetos de Lei elaborados em 1954 e encaminhados ao parlamento

em 1958, que tratavam de uma série de pequenas reformas mínimas e restringidas – centralmente elementos de reforma agrária, urbana, política e educacional – para conceder algumas migalhas frente a algumas das principais demandas democráticas que se acumulavam durante décadas e eclodiam como chagas vivas naqueles anos convulsivos. Ou seja, ao contrário de se apoiar no ascenso operário e camponês em curso desde meados da década de 50 para lutar pela resolução íntegra e efetiva das questões democráticas mais candentes, o que só poderia ser feito em base a uma estratégia baseada na luta de classe contra as distintas frações da burguesia, o PCB se subordinava à defesa de reformas cosméticas pela via controlada dos instrumentos do Estado.

A questão negra foi a única questão democrática mais estrutural do país que não contou com nem mesmo a mínima menção dentre as “reformas de base”. Por suposto, esse não era um mero esquecimento. Se por um lado a implementação de elementos parciais, restringidos e controlados de reforma agrária, urbana e educacional era útil ao desenvolvimento de determinados setores capitalistas em sua disputa com o capital imperialista, por outro lado, a afirmação da identidade negra, na medida em que serviria como motor da luta de classes, apenas ameaçaria as possibilidades de reformas parciais e controladas, assim como questionaria as bases da acumulação capitalista assentada sobre a exploração exacerbada das massas negras. O próprio João Goulart era um dos latifundiários mais ricos do país. Desta forma, o PCB não só abria mão em geral de defender soluções de fundo para os problemas democráticos mais candentes como virava as costas para a questão negra em particular, separando-a das questões agrária e urbana. Assim, o PCB seguiu deixando a questão negra nas mãos dos liberais burgueses e de classe média que defendiam melhorias na “democracia racial”.

Mas a realidade da luta de classes e os problemas mais profundos da formação nacional não respeitaram os esquemas stalinistas. As

duas expressões mais profundas e explosivas do processo revolucionário que culminou no golpe de 64 foram negras por excelência: as Ligas Camponesas e a Rebelião dos Marinheiros. Os marujos e sargentos que romperam a hierarquia militar e abriram uma crise de duplicidade de poder no interior das Forças Armadas, chegando a se armarem para resistir ao golpe militar, eram, em sua quase totalidade, compostos por negros; assim como os camponeses que, influenciados pela Revolução Cubana, decidiram se armar para lutar pela reforma agrária.

O PCB, que dirigia a esmagadora maioria dos sindicatos, se tivesse adotado uma estratégia de independência de classe, poderia ter unificado essas forças para lutar pelas demandas mínimas e democráticas mais sentidas do país, articulando as demandas que respondiam à questão negra, à questão agrária, à questão urbana e às reivindicações operárias. Esse seria o programa de uma efetiva resistência ao golpe militar, que, formando milícias operárias e camponesas, preparasse as bases de uma insurreição vitoriosa. Entretanto, se essa perspectiva histórica não se materializou foi devido à estratégia do PCB de seguir a reboque do janguismo até o último momento, enfrentando-se contra as tendências mais radicais do movimento de massas para contê-las e desviá-las sempre que essas ameaçavam dita aliança.

Os balanços que historicamente primaram na esquerda em relação ao golpe militar – seja aquele que atribui a derrota às supostas ações ultra esquerdistas dos marinheiros e das Ligas camponesas, seja aquele que debita a tragédia em uma “imaturidade” da classe operária – estão a serviço de encobrir o real papel cumprido pelo stalinismo frente ao golpe, tendo como resultado a naturalização de um ceticismo quase “ontológico” em relação à possibilidade da classe operária emergir como sujeito político independente da burguesia.

Isso não significa que caso o PCB tivesse adotado uma estratégia correta, ou caso uma organização trotskista emergisse e ganhasse

influência de massas, o Brasil teria sido necessariamente a porta de entrada para a União de Repúblicas Socialistas da América Latina. Mas tampouco significa que essa possibilidade estivesse descartada. Como mínimo, o que sim é certo é que uma estratégia correta – ou até mesmo um balanço revolucionário desse processo, como base para a construção de uma tradição revolucionária no Brasil – teriam permitido que a vanguarda proletária chegasse melhor preparada no ascenso operário dos fins dos anos 70.

Entretanto, não existe nem mesmo setores de vanguarda – e muito menos setores de massas – que tenham tirado as lições corretas de toda a trajetória do PCB até sua debacle completa frente ao golpe de 64. Uma das maiores aberrações da história da classe operária brasileira foi o fato de que a fundação do PT se deu por fora de qualquer lição estratégica da experiência do PCB, fechando os olhos para a enorme experiência vivida pela classe operária nas décadas anteriores. Essa é a principal marca do pragmatismo que caracteriza a trajetória do movimento operário brasileiro, um esquecimento funcional ao projeto reformista e de conciliação de classes que a burocracia lulista, a igreja e a intelectualidade pequeno-burguesa desde o início buscaram impor ao PT.

## O ascenso negro dos anos 70-80 e a tradição petista

Na segunda metade da década de 70, ligado ao descontentamento generalizado contra a ditadura e o ascenso proletário e camponês em curso, emergiu um poderoso movimento negro, até então inédito na história do Brasil desde a abolição. Foi um movimento que, influenciado pelas lutas de libertação das colônias negras na África (Angola, Guiné Bissau, Moçambique etc.) e pelos movimentos de Martin Luther King, Malcom X e dos Panteras Negras nos EUA, se desenvolveu em várias dimensões, não só político-sociais, mas também culturais. Nos bairros da periferia do Rio de Janeiro, o funk transforma-se em um instrumento de afirmação da identidade negra, juntamente com uma forma própria de vestir, pentear o cabelo (“Black Power”) etc. Revalorizam-se as religiões de origem africana, os filhos de negros começam a ser batizados com nomes africanos e as letras de samba passam a expressar a identidade negra em maior medida. É nesse momento histórico que surgem grupos que buscam reviver a cultura afrodescendente através dos movimentos culturais pan-africanistas, ao ponto de se desenvolver uma ideologia “anti-miscigenação”, na qual os negros eram estimulados a terem relações apenas com negros. Diferentemente do que ocorreu nos anos 30, esse novo movimento negro se identificava com as lutas operárias e

populares em curso contra a ditadura, com as ideias e as organizações de esquerda. É nesse momento que surge o primeiro questionamento profundo à ideologia da “democracia racial”, contestada como um instrumento de escamoteamento do racismo. O mito da Princesa Isabel como “libertadora” e do 13 de Maio como dia da “libertação” é pisoteado, e em seu lugar emerge a história do Quilombo de Palmares e o dia da morte de Zumbi em 20 de Novembro como referência de luta.

A emergência desse movimento negro está profundamente ligada à política repressiva criada pela ditadura militar para conter o enorme agravamento do problema da moradia e da pobreza nos principais centros urbanos do país. O êxodo rural das décadas de 50, 60 e 70, agravado pelo boom de crescimento econômico durante o “milagre brasileiro”, provocou um enorme adensamento das favelas, ao mesmo tempo em que constituiu boa parte da força de trabalho que gerou o novo proletariado urbano que protagonizará o ascenso grevístico desenvolvido a partir de 1978.

Os grupos de extermínio paramilitares criados pela ditadura utilizando policiais tinham como função primordial, além da perseguição e do assassinato a operários combativos, a imposição do clima de terror nas favelas contra o povo pobre e negro para impedir a organização e a ação política dos setores mais postergados do proletariado, submetidos a condições de vida humilhantes que provocavam explosões sociais permanentes. Esses grupos de extermínio, ligados à miséria agravada nas favelas com a chegada do desemprego em massa e a hiperinflação na década de 80, constituem a origem do crime organizado tal como conhecemos hoje no país. Além de uma enorme fonte de lucros para setores da burguesia, o crime organizado se constituiu no Brasil como um instrumento auxiliar à repressão Estatal oficial, como mecanismo de desvio e contensão das explosões sociais inerentes à pobreza crônica e estrutural. A combinação entre tráfico,

milícias e polícia constitui-se, desde a década de 70, como um sistema de guerra civil de baixa intensidade destinado, entre outras coisas, a impedir que as crises permanentes provocadas pela precariedade ou a falta de moradia, pelo racismo e pela falta de serviços públicos nas favelas não se politizem e se transformem em novas formas de organização ou em violência social e política contra a ordem. Nos anos 70, os bailes funks que reuniam o movimento negro nas favelas tinham como um dos principais motivos de protesto em suas músicas a violência policial e o racismo. Nos primeiros anos da década de 80, os choques da crise econômica deram lugar a verdadeiras rebeliões nas periferias, com ondas de saques que desestabilizaram politicamente os principais centros urbanos, que algumas vezes se dirigiram contra os centros de poder político e econômico locais.

Na segunda metade da década de 70, a relação estrutural historicamente construída entre a questão agrária, a questão negra e a questão urbana no Brasil ganha um entrelaçamento superior, desenvolvendo o potencial de emergir em distintas formas de luta contra o regime político. Esses processos se ligavam por múltiplas vias aos peões super-explorados que construíram com seu suor e seu sangue o “milagre brasileiro”, em grande parte composto por negros, retirantes nordestinos, camponeses pobres que se proletarizaram ao longo da década de 70 e que fizeram parte do enorme adensamento das favelas nesse período.

As greves do ABC, a partir de 1978, contaram com a solidariedade das mais diversas partes do país. Frente ao arrocho salarial imposto pela ditadura e agravado pela espiral inflacionária, assim como diante das demissões impostas como retaliação às greves e à crise econômica que golpeou o país, essas greves estabeleceram a possibilidade e a necessidade de lutar concretamente pela unificação dos distintos setores em luta, avançando das reivindicações corporativamente isoladas para a formulação de pautas unificadas que respondessem às demandas

de conjunto. Para se desenvolver de forma consequente, a unificação dessas pautas deveria assimilar as consignas mínimas, democráticas e transitórias, como o fim da violência policial nas favelas; moradia, saúde e educação dignas; igualdade econômica, política e social aos negros; salário mínimo necessário para que todos tenham uma vida digna com reajuste mensal automático de acordo com o aumento do custo de vida; redução da jornada de trabalho para garantir emprego para todos sem redução dos salários; expropriação dos grandes monopólios e das empresas que fechem ou demitam em massa colocando a produção sob controle dos trabalhadores; expropriação do agronegócio, com criação de frentes coletivas de trabalho no campo combinadas com a reforma agrária. A articulação dessas demandas, ligadas à denúncia do racismo, cumpriria um papel fundamental para afirmar a identidade negra como parte fundamental da classe trabalhadora. Essa seria a orientação capaz de unificar as fileiras da classe trabalhadora – empregada e desempregada -, assim como unificar o movimento grevístico com os movimentos negro, camponês e de juventude, conduzindo as lutas parciais para a derrubaa revolucionária da ditadura.

Essa perspectiva não poderia ter sido levada à cabo senão através de um duro combate às burocráticas assembleias-comícios que reuniam dezenas de milhares de operários no ABC apenas para servir ao comando da burocracia de esquerda “autêntica”, a mesma que combatia e domesticava o desenvolvimento das comissões de fábrica, impedindo que se constituíssem como embriões de organismos de duplo poder. As oposições sindicais dos metalúrgicos de São Paulo e as comissões de fábrica do ABC poderiam e deveriam ter servido de embriões na luta pela auto-organização de um movimento de greve que ultrapassasse os limites corporativos impostos pelos sindicalistas “autênticos” e defendesse a constituição de uma coordenação de delegados com mandatos revogáveis eleitos por locais de trabalho para unificar, centralizar e dirigir a luta, aproveitando-se da estrutura piramidal do comitê de



greve do ABC para que o poder emanasse das fábricas através das assembleias de base.

O final da década de 70 estabeleceu condições excepcionais para que as correntes de esquerda, em especial as tendências de origem trotskista, propagandassem e agitassem, entre as grandes greves de 1978-80 no ABC, a necessidade dos operários que as protagonizavam assumirem como sua a luta por uma Assembleia Constituinte que debatesse os problemas estruturais de concentração de terras no campo, a falta de moradia nas cidades, a opressão secular ao povo negro e a opressão imperialista. Existiam condições para lutar por uma Assembleia Constituinte Revolucionária imposta pela força da mobilização independente das massas em luta, que emergisse a partir da unificação das greves em curso em torno a essa demanda, hegemonzando o conjunto dos setores mais oprimidos da sociedade que se encontravam descontentes. Tal política só poderia se dar a partir do combate contra os setores burgueses opositores que buscavam uma transição controlada “por cima”, que não colocasse em risco o domínio capitalista e consequentemente não questionasse todas as travas à solução das questões mínimas e democráticas mais importantes do país e que historicamente não foram encaradas pela burguesia. Estava colocada a possibilidade de discutir amplamente com os operários em luta problemas fundamentais como a luta pela punição aos assassinos e torturadores da ditadura; de confisco dos imóveis utilizados para a especulação imobiliária e planos de obras públicas sob controle dos trabalhadores para garantir uma verdadeira reforma urbana; de não pagar a dívida externa para garantir o direito à educação e à saúde de qualidade e universal etc.

Articuladas com a luta por uma Assembleia Constituinte Revolucionária, essas questões poderiam e deveriam ter sido levadas ao cotidiano das greves. Essa era a forma através da qual seria possível que os setores de vanguarda da classe operária assumissem como sua a tarefa

de, através da ação independente das massas trabalhadoras com seus próprios métodos de luta, afirmando a identidade negra existente dentro de suas fileiras, desenvolver uma aliança sólida com as demais classes exploradas e oprimidas pelo capitalismo. Essa perspectiva deveria estar em função de uma orientação estratégica que levasse a classe trabalhadora à conclusão da necessidade de derrubar a ditadura militar pela via insurrecional.

### **O corporativismo economicista do PT e da CUT**

Sem tirar qualquer balanço da experiência com o PCB – a rigor, re-produzindo as mesmas concepções estratégicas do “partidão” – a política corporativista da burocracia autêntica frente às greves tem como complemento inseparável a estratégia de conciliação de classes com setores “progressistas” da burguesia em relação aos problemas democráticos que atravessavam a vida nacional. Não se concebeu que a ditadura poderia e deveria ter sido derrubada através da ação independente das massas operárias. A alternativa adotada frente ao projeto de transição “lenta, gradual e segura” articulado pelos mandantes da ditadura, que propunha adiar o máximo possível a eleição indireta de um governo civil através do Colégio Eleitoral, foi aliar-se com os setores oposicionistas da burguesia que propunham um pacto de transição um pouco mais democrático, ainda que completamente subordinado ao que seria possível de implementar através da auto-reforma paulatina das próprias instituições oriundas da ditadura, recorrendo como muito à mobilização controlada de setores de massas para melhorar as condições de negociação com os militares. O corporativismo economicista do novo sindicalismo autêntico, na medida em que tratava as greves salariais de cada categoria de forma isolada, restringindo-as às reivindicações econômicas mais mínimas, respeitava na prática as regras da data-base prevista na legislação trabalhista de Vargas que de palavra tanto criticavam. Essa orientação política era contraposta pelo

vértice à luta por uma Assembleia Constituinte imposta pela mobilização das massas sob os escombros das instituições do regime militar.

A consequência da negativa em buscar uma saída proletária independente para as questões mínimas e democráticas mais sentidas foi que em todas elas o PT aceitou um programa restringido sob medida ao que seria possível alcançar através de alianças com setores “progressistas” da burguesia e pela via institucional do Estado burguês, seja através de pressão sob a própria ditadura ou esperando a transição à democracia para que ditas mudanças fossem implementadas através de um governo eleito. O PT contentou-se com uma Constituinte restringida sob medida para um acordo possível com setores da burguesia e da ditadura, como terminou ocorrendo com a Constituinte tutelada em 1988, a qual não foi capaz de responder às demandas democráticas mais sentidas pelas massas. Parte dessa alternativa foi não lutar para que os operários em greve assumissem para si a batalha pela punição dos assassinos e torturadores da ditadura, o que significava aceitar passivamente a imposição por parte dos militares da Lei da Anistia “aos dois lados” em 1979, independente disso implicar na continuidade dos grupos de extermínio da ditadura, que seguiram existindo apenas com uma nova fachada através dos grupos de choque especiais da polícia militar, como a ROTA, em São Paulo, ou o BOPE, no Rio de Janeiro.

Todas as correntes da esquerda petista, inclusive as trotskistas, não só avalizaram e participaram ativamente dessa orientação geral do PT no que diz respeito à luta contra a ditadura, como nunca fizeram qualquer autocrítica em relação à mesma. Todos os setores da esquerda consideravam natural que as questões democráticas fossem tratadas em aliança com os setores “progressistas” da burguesia, assim como consideravam natural que as mesmas não tivessem que ser assumidas como parte da pauta dos operários em greve. As divergências com relação às greves eram se, de acordo com a maior ou menor capacidade

de mobilização ainda existente, seria ou não possível apertar a corda um pouco mais para que a patronal pudesse ceder um pouco mais das reivindicações mínimas apresentadas.

### **O Movimento Negro Unificado e a tradição petista**

A concepção estratégica comum a todos os setores de esquerda de que era necessária a aliança com setores supostamente “progressistas” da burguesia para responder às tarefas democráticas repercutiam diretamente sobre a estratégia para responder as demandas democráticas em seu conjunto, dentre elas a questão negra.

Em 1978, as várias organizações negras que surgem nesse processo confluem para um movimento comum, que passou a ser chamado Movimento Negro Unificado (MNU). Entretanto, apesar deste movimento ter sido fortemente influenciado por organizações operárias de esquerda, inclusive por grupos trotskistas como a Convergência Socialista (que posteriormente deu origem ao PSTU), em sua primeira “Carta de Princípios” não existe qualquer referência ao imperialismo, à luta de classes, à ditadura ou ao capitalismo, como se a opressão ao povo negro não estivesse completamente ligada à opressão imperialista e à exploração da burguesia sobre o proletariado. Tampouco existia qualquer referência ao papel dos operários em greve no ABC na luta contra o racismo. Essa separação era a expressão, em relação à questão negra, da mesma estratégia que separava as greves operárias da luta contra a ditadura.

Ao mesmo tempo, se olharmos para a fundação do PT e da CUT, verificamos que as mesmas organizações que participaram da fundação do MNU, quando atuavam nas organizações de massas do movimento operário, nunca encararam a luta contra a opressão ao povo negro como uma tarefa da ação independente das organizações operárias, fundamental para que essas conquistassem hegemonia sobre os contingentes massivos de pobres urbanos que se acumulavam nas cidades

e que serviam como base social do clientelismo estatal dos partidos burgueses dominantes.

Tanto na “Carta de Princípios” do movimento pró-PT publicada no 1º de Maio de 1979, como no “Manifesto de Fundação” do partido, aprovado em 10 de Fevereiro de 1980 – onde estavam presentes essas mesmas correntes de esquerda que participavam do MNU –, não existe qualquer menção especial à luta contra a opressão histórica ao povo negro no Brasil. Da mesma forma, o primeiro CONCLAT, movimento de fundação pró-CUT, em 1981, não faz qualquer referência à questão negra. Apenas nas resoluções do CONCLAT de 1983 e nas resoluções do primeiro Congresso da CUT de 1984 existe um referência superficial que se limitou a dizer: *“Contra todo tipo de discriminação do negro, da mulher e das minorias”*.

Nenhum setor da esquerda – nem mesmo as correntes trotskistas – batalhou para que a questão agrária, a Assembleia Constituinte, a emancipação da opressão imperialista ou a luta contra o racismo constituíssem demandas concretas que mobilizassem a ação independente de setores de massa do movimento operário, pois isso implicaria bater de frente com o corporativismo economicista e o “conciliacionismo” que marcava a atuação petista e cutista nos sindicatos. Essa é uma demonstração cabal de que a esquerda trotskista concebia que as questões democráticas deveriam ser levadas adiante em frentes-únicas mais ou menos semi-permanentes, não só com agentes do reformismo dentro do movimento operário, mas também com setores da burguesia.

### **As bases para as ações afirmativas como estratégia**

A conciliação de classes na defesa das demandas democráticas e na luta contra a ditadura em determinado momento deu lugar à conciliação de classes na contraposição às medidas anti-neoliberais, buscando uma aliança estratégica no terreno eleitoral com os setores da bur-

guesia que eram prejudicados por aquelas medidas. Na luta contra as medidas neoliberais, essa orientação estratégica se expressou através da contraposição às tendências da classe operária a assumir para si a defesa de suas posições conquistadas ao longo dos anos 80 através da ação direta e independente de suas próprias organizações. A estratégia revolucionária que o marxismo carrega como lições da história da luta de classes do proletariado em escala internacional foi substituída pelo método das marchas, atos e encontros efusivos e muitas vezes repletos de fraseologia “revolucionária”, mas completamente descolados da ação independente das organizações de massa da classe operária, e justamente por isso voltados às alianças, plataformas e campanhas eleitorais, seja para as eleições parlamentares ou sindicais (eleitoralismo e sindicalismo).

Frente às demissões em massa, o corporativismo economicista foi sendo cada vez mais aprofundado, com os pequenos triunfos econômicos táticos e conjunturais constituindo-se como a moeda de troca dentro da derrota estratégica de longo prazo que significou a generalização da terceirização. A lógica do “menos pior” se transforma no instrumento por excelência através do qual as classes dominantes e a burocracia sindical vão impondo a desmoralização das fileiras operárias e a perda de confiança em suas próprias forças.

A cada nova derrota, ao invés desta servir para tirar as conclusões necessárias e passar a preparar-se corretamente para as novas batalhas, cantava-se uma “vitória parcial” que cumpria o objetivo de naturalizar o corporativismo e a divisão das fileiras operárias, construindo o enorme ceticismo que impera nos dias atuais. A militância operária consciente e enraizada no chão da fábrica, de preparação para a luta de classes e de luta pela unidade das fileiras operárias e pela hegemonia proletária, foi substituída pela militância de esquerda que privilegia a ocupação dos espaços superestruturais oferecidos pelo regime democrático burguês,

não só os espaços parlamentares, mas também os espaços sindicais. Tanto o terreno parlamentar como o movimento sindical, ao contrário de constituírem-se como instrumentos táticos a serviço de uma estratégia baseada na luta de classes, transformam-se em fins em si mesmos, configurando a defesa ou a conquista de posições superestruturais no regime democrático burguês como a própria estratégia, que se descola por completo do programa da revolução socialista.

É nesse marco que as ações afirmativas, inicialmente reivindicadas por setores burgueses defensores da “democracia racial” paulatinamente emergem como parte da estratégia política das correntes da esquerda e do movimento negro.

A ausência de um balanço correto da responsabilidade do PCB frente à derrota do processo revolucionário que culminou no golpe de 64, combinado com a ausência de um balanço da responsabilidade do PT pelo desvio das potencialidades revolucionárias contidas no ascenso operário, camponês e popular que, no final da década de 70, colocou em xeque a ditadura militar, cumprem um papel fundamental para assentar as bases do ceticismo atualmente predominante na esquerda em relação às possibilidades da classe operária emergir como sujeito político independente da burguesia.

Os dois principais processos da luta de classes que marcaram a história da classe operária brasileira se caracterizam por uma negação dos princípios estratégicos fundamentais do marxismo revolucionário e uma total ausência de qualquer balanço que busque recompor esses princípios. O balanço em relação ao papel subjetivo que cumpriram as direções do movimento operário em relação à possibilidade de setores de vanguarda da classe operária cumpre um papel fundamental para assentar as bases de uma nova tradição que contribua para a recomposição da confiança da classe trabalhadora em suas próprias forças.





## **Ofensiva neoliberal “ações afirmativas” e estratégia revolucionária**

O desvio do ascenso operário que eclodiu nas greves do ABC de 1978-80 abriu o caminho para que a burguesia deflagrasse a ofensiva neoliberal dos anos 90. A estratégia de separar a luta econômica da luta política pela democracia – combinando corporativismo econômico nas greves e conciliação de classes nas Diretas Já e nas eleições posteriores – foi paulatinamente sendo substituída, por parte da direção reformista que hegemonizava o PT, pela estratégia de conter e amortecer as próprias lutas econômicas para se constituir como uma alternativa eleitoral por dentro da democracia burguesa.

O amortecimento da luta de classes para fazer emergir o PT como uma alternativa eleitoral assentou as bases para que a burguesia, paulatinamente, fosse revertendo a correlação de forças a seu favor, implementado as medidas neoliberais que já vinham ganhando espaço em outros países da América Latina: privatizações dos serviços públicos, intensificação dos níveis de exploração no chão das fábricas, retirada de direitos, arrocho salarial, desemprego e terceirização. Para os negros, isto significou também um salto exponencial na violência policial e na população carcerária.

O ceticismo em relação à possibilidade da classe operária emergir como sujeito político independente da burguesia, assim como a estratégia de conciliação de classe elevada à sua décima potência nos marcos da democracia burguesa, golpearam profundamente as tendências à organização e luta do negro de forma independente do Estado tal como existiam nos anos 70 e parte dos 80.

### **A origem das ações afirmativas**

Frente aos movimentos de massas por direitos civis universais e pela igualdade racial que se alastraram pelos EUA nas décadas de 50 e 60, fazendo tremer as bases da potência imperialista mais poderosa do mundo, questionando sua participação na Guerra do Vietnã, as “ações afirmativas” surgem como um conjunto de medidas propostas pelo governo dos Estados Unidos para dividir o movimento negro com algumas concessões mínimas dadas em substituição da generalização universal dos direitos civis reivindicados, cooptando e corrompendo setores minoritários de negros para a conformação de uma camada de negros de classe média que servisse de amortecimento para o choque entre as massas negras empobrecidas e a minoria branca que compõe a elite daquele país. Com a derrota da ala esquerda do movimento negro representada por Malcom X e os Panteras Negras (que se opunham a aceitar as cotas) a partir do assassinato de seus principais líderes e da brutal repressão estatal contra esses movimentos, as cotas terminaram sendo implementadas nos EUA. Logo, as ações afirmativas transformaram-se em instrumento de política exterior do imperialismo, que através de suas ONGs, Fundações multinacionais e agências instaladas em países como o Brasil passou a difundir esse mecanismo como forma de lidar com o ascenso das massas negras influenciadas pelo movimento negro nos EUA e pelas lutas de libertação nacional na África. Com a ofensiva neoliberal, grande parte das concessões mínimas dadas para acabar com o ascenso das massas negras nos anos 50 e 60 foram novamente retiradas.

As ações afirmativas surgem internacionalmente dentro do bojo das várias “políticas compensatórias” de cunho assistencialista que caracterizaram a adequação ao “Estado mínimo” próprio da ofensiva neoliberal em detrimento da universalização de direitos básicos e elementares que caracterizava o modelo do “Estado de bem-estar” construído na Europa após a 2ª Guerra Mundial. Ou seja, constituem-se como demandas mínimas restringidas em função dos ajustes fiscais necessários ao pagamento da dívida pública ao capital financeiro internacional. Em alguns casos, como no das cotas para as universidades, as ações afirmativas não questionam a condição elitista de um direito que deveria ser universal. Desta forma, os problemas democráticos mais elementares que historicamente não foram encarados pelas classes dominantes do país, e que tiveram os negros como suas principais vítimas, como o acesso à saúde e à educação gratuita e de qualidade para todos, são esquecidos ou colocados de lado em troca de algumas concessões mínimas a uma restrita minoria de negros enquanto a maioria esmagadora segue como sempre esteve.

### **A implementação das ações afirmativas no Brasil**

Já nos primeiros anos da década de 80, a burguesia brasileira, percebendo a enorme ameaça que significava a organização das massas negras de forma independente do Estado para lutarem contra toda a condição de exploração e opressão a que foram historicamente submetidas, começou a criar “secretarias do negro” em seus governos municipais e estaduais para tentar reproduzir no Brasil a mesma estratégia que havia sido implementada nos EUA. Na década de 90, essa estratégia foi aprofundada e erigida como instrumento privilegiado do governo federal por Fernando Henrique Cardoso, que buscou promover a as primeiras iniciativas de cotas no país. No governo Lula foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) e foi aprovado o “Estatuto da Igualdade Racial” no Congresso (ainda que

este tenha sido mutilado em diversas reivindicações do movimento negro para viabilizar sua aprovação); e começaram a ser implementadas em algumas universidades federais um sistema de cotas restrito a uma parte minoritária das vagas existentes em cada instituição e numa proporção inferior ao real peso da população negra de cada estado. Mesmo com essas restrições e limitações, os defensores da “democracia racial” se organizaram para combater tais medidas e, em distintas universidades, estudantes proto-fascistas fizeram ações de repúdio.

No governo Dilma, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso aprovaram uma Lei que obriga as universidades federais a separarem 50% de suas vagas para estudantes de escolas públicas, e metade dessas (ou seja, 25%) para cotas raciais proporcionais ao peso de negros e índios na população de cada estado.

### **A adesão do movimento negro às ações afirmativas**

Apesar de, num primeiro momento, boa parte do movimento negro ligado às correntes da esquerda ter assumido uma postura crítica em relação às ações afirmativas, progressivamente esses setores foram sendo cooptados para as secretarias das distintas esferas de governo e para as ONGs, transformando as ações afirmativas em seu principal programa e reivindicando a pressão sobre os órgãos do Estado e os partidos dominantes para que sejam implementadas como a sua principal estratégia. Com a chegada do petismo ao governo federal, inclusive os setores até então mais críticos foram cooptados ou corrompidos, restando pouquíssimos grupos que resistiram minimamente aos “cantos de sereia” e como mínimo mantiveram certa denúncia de como as cotas não atingem a maioria esmagadora dos negros.

O lulismo, com a ajuda das direções reformistas do movimento negro, conseguiu vender o Estatuto da Igualdade Racial e as cotas como “grandes avanços sociais” de caráter histórico. Apesar do reacionarismo dos

setores higienistas, hoje minoritários, e dos defensores mais recalcitrantes da chamada “democracia racial”, não por acaso as cotas começaram a ser implementadas pelo governo FHC, um insuspeito defensor da teoria criada por Gilberto Freire. As concessões feitas através das ações afirmativas implementadas pelos governos, ao contrário de implicarem qualquer tipo de “reparação histórica” – como costumam dizer os reformistas do movimento negro –, se encaixam perfeitamente no programa de “melhoria” e “aperfeiçoamento” da chamada “democracia racial”, sem fazer qualquer questionamento mais de fundo aos mecanismos estruturais e históricos que garantem a reprodução do racismo e cumprem um papel tão fundamental para a sustentação do esquema de acumulação capitalista baseado no trabalho precário. Aqui também o petismo “roubou” parte do programa dos tucanos, abandonando os valores social-democratas que em sua origem defendiam direitos universais, dando uma roupagem mais de esquerda à “miséria do possível” dentro dos marcos de um país que destina mais de 40% de seu orçamento público para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública a não mais que 20 mil famílias milionárias, que em muitos estados gasta muito mais em “segurança pública” do que em educação.

### **A adaptação da esquerda à “miséria do possível”**

Mas não é apenas o movimento negro petista que considera um importante triunfo as ações afirmativas feitas pelo petismo no governo federal. As principais organizações da esquerda anti-governista também partem de reivindicar as cotas concedidas pelo governo como um “grande avanço”. Tal é sua adaptação à miséria do possível que não denunciam o fato de que a esmagadora maioria dos negros não tem nem mesmo uma educação fundamental decente e nem consideram a possibilidade de vir a cursar o ensino superior. Tanto o PSOL como o PSTU defendem, no máximo, uma “ampliação das políticas públicas” a outros direitos fundamentais e uma extensão de sua abrangência,

nem mesmo colocando como programa a necessidade de que sejam universais, tampouco de que sejam subproduto com uma estratégia de independência de classe.

Vindo do PSOL, um partido que defende um programa reformista, essa realidade apenas demonstra como sua estratégia de conciliação de classes o condiciona ao *status quo* de um reformismo de reformas parciais e restringidas, abandonando a defesa da universalização dos direitos fundamentais que era levantada pela social-democracia do pós 2ª Guerra. Mas, vindo do PSTU, que defende o programa da revolução socialista, esse fato demonstra como sua estratégia está adaptada à miséria do possível de conquistas nos marcos da democracia burguesa. De que adianta o PSTU dizer que o fim da opressão ao povo negro só se dará no marco da revolução socialista se no dia-a-dia da atuação nos sindicatos este partido alimenta as ilusões nesse mecanismo de conciliação e amortecimento da luta de classes que constitui as ações afirmativas?

Ao mesmo tempo em que defendem as cotas implementadas por Dilma como um importante triunfo, o PSOL e o PSTU consideram “sectário” nosso combate para que toda e qualquer defesa das cotas esteja inseparável da luta pela estatização das universidades privadas, pelo fim do vestibular e pela aplicação do critério de cotas proporcionais à população de cada estado sobre todas as vagas disponíveis como única via de garantir uma efetiva democratização do acesso ao ensino superior – ligada a um ensino fundamental e a condições gerais de vida dignas. Ou seja, consideram sectário estabelecer como mínimo programático o direito universal ao ensino superior e a uma educação de conjunto gratuita e de qualidade.

Esses partidos, assim como muitas alas do movimento negro, justificam sua adaptação à miséria do possível com o argumento da necessidade de uma “reparação histórica” frente aos séculos de opressão impostos

ao povo negro. Mas é uma vergonha – uma subversão completa dos valores minimamente progressistas (pra nem dizer os revolucionários) – considerar que as concessões que o governo dá a título de ações afirmativas possam significar qualquer tipo de reparação histórica! Mesmo que, frente à ameaça de perder o poder, a burguesia concedesse o acesso livre e direto de toda a população ao ensino superior gratuito e de qualidade com cotas proporcionais à população negra de cada estado para desviar uma revolução, essa concessão estaria longe de qualquer reparação histórica ao povo negro, pois seria apenas o mínimo necessário para um ponto de partida menos injusto, desigual e repleto de privilégios. Ou seja, mesmo a plena igualdade de direitos econômicos, políticos e sociais aos negros – com os direitos elementares universalmente garantidos pelo Estado – não garante uma “reparação histórica” pelo que sofreram nas mãos do imperialismo e das elites nativas ao longo de séculos.

Por outro lado, a adaptação da esquerda anti-governista ao *status quo* da democracia neoliberal em que vivemos demonstra-se na sua política em relação ao trabalho precário, à diferenciação salarial de brancos e negros, às favelas e à violência policial, quatro pilares do esquema de acumulação capitalista que são inseparáveis do racismo. Os sindicatos dirigidos pela esquerda não travam uma luta minimamente consequente em defesa dos trabalhadores terceirizados, temporários, informais ou mais precários (sendo que os parlamentares do PSOL chegaram a apoiar a lei do Super-simples, que flexibilizou ainda mais as condições de trabalho nas pequenas e médias empresas). Esses sindicatos não lutam para que todos os trabalhadores brancos e negros ganhem o mesmo quando realizam o mesmo trabalho; assim como não lutam para que todos os setores precarizados da classe trabalhadora tenham salários e direitos iguais aos efetivos melhor posicionados, e muito menos lutam para que os terceirizados sejam incorporados como parte do quadro efetivo das empresas (sendo inclusive contrários a que essa incorporação se dê sem concurso no caso do serviço público). A

luta contra a desigualdade salarial em cada empresa e repartição pública deve ser parte central do combate ao racismo, que tem sua expressão mais brutal nos milhões de trabalhadores precários e terceirizados, mas é necessária também em setores melhor qualificados, dos médicos, professores universitários e técnicos. Tampouco lutam pelo confisco dos imóveis utilizados para a especulação imobiliária para fins de reforma urbana ou por um plano de obras públicas controlado pelos sindicatos, que acabe de vez com o problema das moradias precárias e das enchentes que matam e desabrigam dezenas de milhares de famílias negras todos os anos. E muito menos lutam pelo fim da violência policial contra a juventude negra nas favelas e periferias através da dissolução da polícia, adaptando-se ao programa de uma “segurança pública mais democrática”.

Essas distintas batalhas hoje cumprem um papel fundamental em qualquer programa minimamente consequente de luta contra a opressão racial. Mas os sindicatos dirigidos pela esquerda anti-governista se restringem ao corporativismo economicista e ao rotineirismo das datas-bases, contentando-se em representar os setores mais bem pagos das categorias, quando muito participando de marchas ou campanhas anti-neoliberais, que por estarem a serviço da projeção superestrutural dessas correntes, descolados dos métodos da luta de classe e da hegemonia proletária na ação, servem apenas para fins eleitoralistas, dentre os quais se inclui a plataforma das ações afirmativas.

Muitos setores reformistas do movimento negro criticam os revolucionários dizendo que, para nós, “a questão negra só poderá ser resolvida com a revolução socialista”, e que por isso “não nos dispomos a combater o racismo no dia-a-dia”. Vindo de direções reformistas conscientes, sabemos que essa é uma forma de justificar sua estratégia de reivindicar a “miséria do possível” nos marcos da democracia burguesa neoliberal. Entretanto, não podemos deixar de enxergar que, nessa crítica, os reformistas se apoiam em um abandono



da estratégia revolucionária por parte das correntes de origem trotskista como o PSTU, que, adaptando-se ao corporativismo econômico, não defendem que as demandas do povo negro sejam objeto de greves operárias, e depois contentam-se com o apoio às ações afirmativas, combinado com a propaganda abstrata do socialismo. Essa mescla de sindicalismo e propaganda abstrata, no fundo, esconde por trás de si o oportunismo em relação à política da burguesia para o movimento operário de limitar as reivindicações das organizações de massas ao patamar reivindicativo econômico mais mínimo, impedindo-as de levantar as demandas mais sentidas pela maioria mais explorada e oprimida do país.

### **Programa e estratégia para responder à questão negra hoje**

O petismo busca vender a ideia de que os setores mais pobres da população, impulsionados pelo crescimento econômico, pelo crédito farto e pelos planos assistenciais, vão ascender socialmente de forma sustentada, formando uma “nova classe média” que sairia da pobreza estrutural e daria lugar a um “país de classe média”. Essa imagem, ligada às ações afirmativas, ao serem defendidas por um presidente que teve uma origem social igual à da maioria da população, oferece uma ilusão de que se poderia “superar” o racismo e a opressão aos negros por uma via gradual e evolutiva, no marco do projeto de país que vem sendo implementado pelas classes dominantes.

A ideia de uma ascensão social sustentada não é somente uma mentira que nega o papel estrutural do trabalho precário no esquema de acumulação capitalista. Mais do que isso, frente aos desdobramentos da crise econômica mundial, com seus novos impactos sobre o Brasil, o setor social que mais sofrerá será justamente a maioria negra do país, pois a condição flexível do trabalho precário existe justamente para se adaptar mais facilmente aos ciclos de ascenso e declínio da economia. O que nos anos de bonança foram mais empregos, mais

renda e mais poder de consumo através do crédito, nos anos de crise serão mais desemprego, queda da renda e dívidas impagáveis.

A cooptação do movimento negro para as ações afirmativas, ligado a uma transformação da questão negra “embranquecida” em mercadoria de consumo capitalista (atores negros com padrões estéticos brancos, propagandas de produtos de beleza que “embranquecem” as características genuinamente negras etc.), estão associados a uma negação ou retrocesso da identidade negra que havia se forjado no ascenso dos anos 70 e 80. Entretanto, contraditoriamente, o fato de que não só negros como também pardos passem a se autodeclarar negros para se beneficiar do programa de cotas nas universidades, ao ponto da burguesia querer fazer uma “averiguação se são negros de fato”, constitui um indicador de que a identidade está reprimida pelo racismo, mas sem deixar de existir de forma latente.

É nesse marco que os milhões de empregos precários criados sob o lulismo guardam uma enorme potencialidade de luta de classes. Essa potencialidade já se expressa embrionariamente – mesmo nos anos de crescimento – nas revoltas da construção civil e dos trabalhadores precários que lutam contra as condições semiescravas de trabalho, como vimos explodir nas obras do PAC e da Copa nos últimos anos, e que tiveram sua expressão mais radicalizada na rebelião dos operários de Jirau em 2011 e de Pacém e Suape, em 2012. Devemos nos preparar para que uma irrupção generalizada dos trabalhadores precários em todo o país emerja juntamente com um novo ascenso da identidade negra. Da mesma forma como no ascenso operário dos anos 70 e 80 onde os negros tiveram o momento de maior afirmação de sua identidade na história do país, os negros, num próximo ascenso da luta de classes, certamente colocarão seu peso na balança da história. É necessário construir um partido revolucionário que contribua para que, da próxima vez esse peso seja determinante, a classe operária possa triunfar.

Em 1922, as “Teses sobre a questão negra”, do 4º Congresso da Internacional Comunista, dizem que

A história reservou aos negros dos EUA um papel importante na libertação de toda a raça africana. (...) A grande participação dos negros na indústria pós-guerra, o espírito de rebelião que neles foi despertado pelas brutalidades de que são vítimas, coloca os negros da América e, sobretudo, os da América do norte, na vanguarda da luta da África contra a opressão.

Por ser o maior país de população negra fora da África, os negros brasileiros podem e devem colocar-se a tarefa de ser vanguarda da luta pela emancipação do povo negro subjugado pelo imperialismo tanto na África como em todos os demais países do mundo. Esse ponto de vista internacional para a luta negra foi completamente perdido e é necessário ser resgatado.

A primeira tarefa da luta contra a opressão negra ainda é desmascarar o racismo que se esconde por trás da ideologia da “democracia racial” (atrás da qual também se escondem os discursos de racismo genético ainda existentes). A luta política contra a estratégia de conciliações de classes em torno às ações afirmativas será tão mais eficaz quanto mais se demonstrar como esta não entra em contradição com o programa de “aprofundamento da democracia racial”.

Ao mesmo tempo em que denunciemos como as ações afirmativas constituem pequenas concessões que atingem apenas uma ínfima minoria de negros enquanto a maioria esmagadora segue nas mesmas condições, acompanhamos a experiência dos setores do movimento negro que têm ilusões nessa perspectiva, criticando seus limites e alentando os métodos da luta de classes e da ação direta e independente do Estado e da burguesia para lutar até mesmo pelas demandas mais mínimas, combatendo as estratégias conciliadoras que aceitam restringir sempre um pouco mais as já parcas migalhas para chegar a acordos pacíficos com as elites racistas do país. As deman-

das mínimas específicas do movimento negro precisam se colocar no marco de direitos universais que beneficiem toda a população negra, em especial a maioria mais pobre. Na medida em que são encaradas como demandas de direitos universais que atinjam toda a população negra e não uma minoria privilegiada, as reivindicações mínimas do povo negro adquirem imediatamente um caráter mobilizador da luta de classes.

Um programa de luta contra a opressão racial deve defender o fim do trabalho precário na cidade e no campo, com a incorporação dos terceirizados, temporários e informais como parte das empresas em que trabalham (sem necessidade de concurso, no caso do serviço público), com salários e direitos iguais para trabalhos iguais e um salário mínimo equivalente ao do Dieese. Frente às enchentes que todo ano assolam o país, à falta de moradias e à precariedade das moradias nas favelas, devemos lutar pela expropriação (sem indenização) dos imóveis destinados à especulação imobiliária, bem como por um plano de obras públicas controlado pelos sindicatos, que acabe com as favelas e as enchentes, dando condições de moradia digna para todos e gerando empregos. A defesa de direitos econômicos, políticos e civis iguais entre brancos e negros deve garantir a liberdade de culto das religiões afrodescendentes.

Para acabar com a violência policial, devemos lutar pelo fim das UPPs e todos os grupos policiais especializados na repressão social, impulsivando uma campanha pela punição de todos os responsáveis pela morte dos negros e pobres nas favelas, constituindo as forças necessárias para que, ligado ao recrudescimento da luta de classes, se possam materializar a constituição de milícias proletárias de autodefesa que imponham a dissolução da polícia e de todos os órgãos de repressão da burguesia.

Para acabar com a miséria no campo, devemos defender a combinação entre uma ampla reforma agrária, com acesso a crédito barato para aqueles que querem plantar, combinada com a titulação das terras

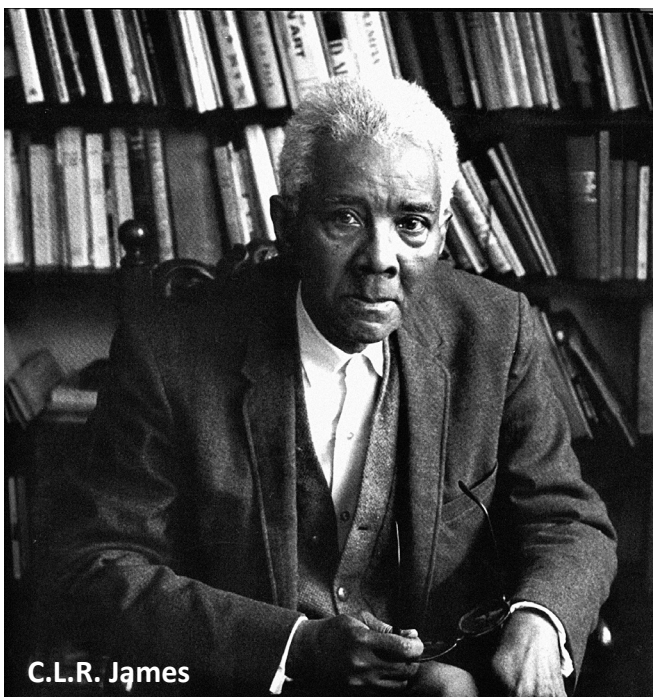
quilombolas e a expropriação do agronegócio com a abertura de frentes de trabalho coletivo em empresas estatais e no campo, controladas pelos operários agrícolas para o abastecimento de alimento às cidades. A titulação das terras quilombolas deve ser tomada como um símbolo de luta contra o projeto de país historicamente constituído sobre a base do latifúndio agroexportador. É necessário defender a criação de “cordões verdes” no entorno das grandes cidades, que não só combine empresas agrícolas estatais com a repartição de terras de qualidade e boa localização aos camponeses pobres, mas que também amplie o potencial de solução do adensamento demográfico nas cidades e dê uma solução para acabar com os desastres humanitários e ecológicos provocados pela urbanização anárquica do capitalismo. Tanto o plano de obras públicas como o crédito barato aos camponeses pobres ou às empresas agrícolas estatais devem ser financiados com o dinheiro hoje utilizado para pagar juros e amortizações da dívida pública, bem como mediante a aplicação de impostos progressivos aos capitalistas. Esse programa, tomado com um todo, deve estar a serviço de colocar de pé as batalhas parciais que vão forjar uma vanguarda que, a partir de sua experiência concreta na luta de classes, deve chegar à conclusão sobre a necessidade de expropriar a burguesia, planificar a economia e lutar pelo socialismo em nível internacional.

Essas são as consignas fundamentais ao redor das quais atualmente devemos lutar pela unidade das fileiras operárias e pela afirmação da identidade negra existente dentro do proletariado como pré-condição para a afirmação da classe operária como sujeito político independente da burguesia. Para combater o corporativismo que predomina nas categorias de trabalhadores mais organizadas e, assim, transformar a luta contra a opressão ao povo negro como parte das tarefas fundamentais para que a classe trabalhadora unifique suas fileiras e emergja como sujeito político independente da burguesia, esse programa deve ser defendido pelos sindicatos e organizações operá-

rias, em primeiro lugar pelos que são dirigidos pelas correntes que se reivindicam da esquerda.

Frente aos futuros ascensos da classe operária brasileira, que também serão ascensos de afirmação da identidade negra, cada uma das batalhas parciais devem ser combinadas e articuladas entre si, aproveitando as crises econômicas e políticas assim como os ascensos da luta de classes, com o objetivo de preparar a tomada do poder pela classe operária através de uma combinação entre a greve geral política e a insurreição, apoiada pelo conjunto da população explorada e oprimida, instalando um governo baseado nos organismos de democracia direta e autodeterminação das massas, destinado a expropriar a burguesia, planificar os meios de produção, lutar contra todos os tipos de opressão — racismo, machismo, homofobia etc. — e pela expansão internacional da revolução. Dentro dessa dinâmica revolucionária, na qual a resolução das demandas democráticas pendentes se liga com início da planificação socialista da economia, a revolução proletária irá parir, como parte de si mesma, uma revolução negra que cumprirá um papel chave no levantamento das massas negras africanas e norte-americanas, como parte de uma cadeia que deve levar à expansão da revolução em nível internacional até sua consolidação em escala mundial, assentando as bases para a extinção das classes sociais e conseqüentemente do Estado como instrumento de opressão de uma classe sobre outra, abrindo o caminho para o desenvolvimento da humanidade como uma associação de homens livres produtores, entendendo a produção e o trabalho não como o fardo alienante imposto pelo capitalismo e, sim, como relação criativa e emancipadora do homem com a natureza, como arte.

\*\*\*\*\*



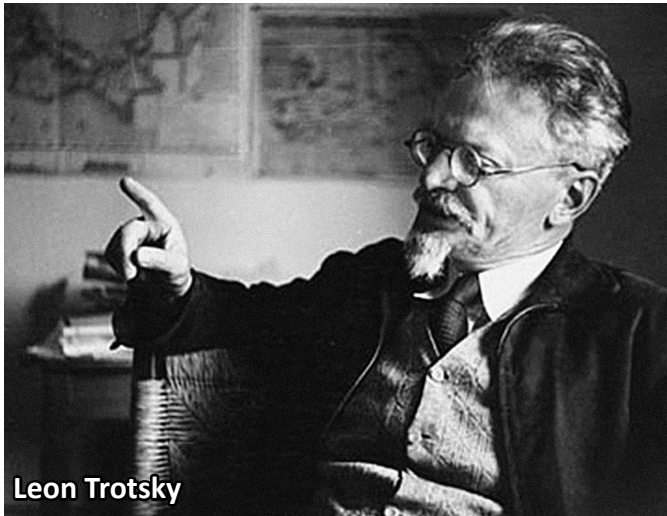
### **Revolução e o Negro ( excerto )**

*O que nós como marxistas devemos ver é o tremendo papel desempenhado pelos negros na transformação da sociedade ocidental do feudalismo ao capitalismo. É somente desse ponto de vista que seremos capazes de reconhecer (e nos prepararmos para) **o ainda maior papel que necessariamente desempenharão na transição do capitalismo para o socialismo.** (grifos do tradutor)*

Trecho de "Revolution and the Negro", New Internacional, Volume V, Dezembro 1939. Este artigo foi assinado por J.R. Johnson, pseudônimo de C.L.R. James . Em breve, pelas edições Iskra, serão publicados uma série de artigos sobre a questão negra inéditos em português.







Leon Trotsky

### **Uma organização negra (excerto)**

*Acredito que a primeira questão seja a atitude do Socialist Workers Party entre os negros. É muito inquietante descobrir que até agora o partido não tem feito praticamente nada neste terreno. Não foi publicado sequer um livro, um panfleto, folhetos, mesmo um único artigo na New International. Dois companheiros que compilaram um livro sobre a questão, um trabalho sério, ficaram isolados. Aquele livro não foi publicado, nem se estima quando o será. Não é um bom sinal. É um mal sinal. O traço peculiar dos partidos, organizações sindicais norte-americanos é a sua característica aristocrática. Isto é a base do oportunismo. Os trabalhadores qualificados que se sentem estabelecidos na sociedade capitalista ajudam a classe burguesa a dominar os negros e os trabalhadores não qualificados, que se encontram em um patamar muito baixo. Nosso partido não está a salvo desta degeneração se ele continuar sendo um lugar de intelectuais, semi-intelectuais, trabalhadores qualificados, e trabalhadores judeus que constroem um meio muito fechado o qual está quase isolado das massas genuínas. Sob estas condições, nosso partido não pode se desenvolver e se degenerará.*

*(...) Devemos colocar este grande perigo diante dos seus olhos. Muitas vezes propus que todos os membros do partido, especialmente os intelectuais e semi-intelectuais, que, durante um período de, talvez, seis meses, não tenham conseguido ganhar um trabalhador para o partido, deveriam ser rebaixado à categoria de simpatizante. Podemos dizer o mesmo na questão do negro. As velhas organizações, a começar pela AFL, são as organizações da aristocracia operária. Nosso partido é parte do mesmo meio, não da base explorada das massas, onde se encontram a maioria dos negros explorados. O fato de que o nosso partido até agora não tenha se voltado à questão do negro é um sintoma muito preocupante. Se a aristocracia dos trabalhadores é a base do oportunismo, uma das fontes de adaptação à sociedade capitalista; então os mais oprimidos e discriminados compõem as bases mais dinâmicas da classe trabalhadora. (...)*

*Nós devemos explicar aos elementos conscientes das massas negras que o desenvolvimento histórico os coloca na vanguarda da classe operária. O que funciona como freio para as camadas mais elevadas? São os privilégios, a comodidade que as impedem de se tornarem revolucionárias. Isto não existe para os negros. Que fator pode transformar uma determinada camada social, torná-la mais imbuída de coragem e disposição ao sacrifício? Este fator encontra-se concentrado nos negros. Se acontece de nós do SWP não estarmos aptos a encontrar o caminho para as massas negras, então definitivamente não somos dignos de nossa tarefa. A Revolução Permanente e todo o resto seriam apenas uma mentira. (...)*

*É uma questão vital para o partido. É uma questão importante. É uma questão de se o partido está para se transformar em uma seita ou se é capaz de encontrar seu caminho até a porção mais oprimida da classe trabalhadora.*

**Trecho do artigo "Uma organização Negra" de Leon Trotsky, 1939**



A contracapa deste livro foi baseada na arte gráfica de Juliana Esposito sobre o mapa da Serra da Barriga, região de Alagoas onde se instalou o Quilombo de Palmares.

**Este livro composto na fonte Calibri 10, e impresso na gráfica Daikoku em papel off set 90g para a Edições Iskra.**